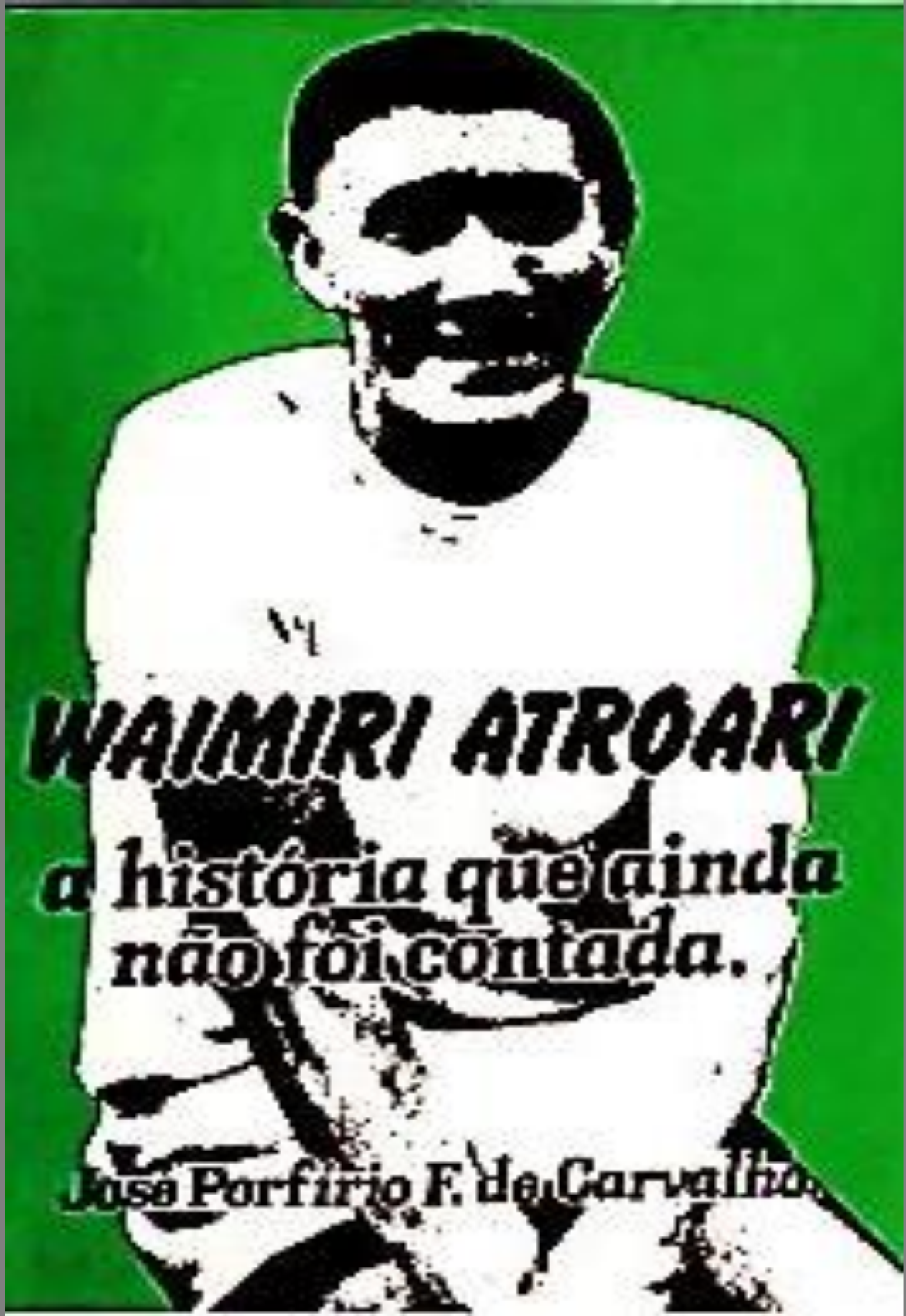

WAIMIRI ATROARI
a história que ainda não foi contada.
José Porfírio F. de Carvalho.

Waimiri-Atroari
A História que Ainda não foi Contada

José Porfírio Fontenelle de Carvalho
Brasília, 1982

Dedico este trabalho, aos que, mesmo sem saber por que estavam fazendo, sacrificaram suas vidas, em defesa dos índios. Presto aqui minha homenagem pessoal a Gilberto Pinto Figueiredo e a João Dionísio do Norte, o "*João Maracajá*", que sacrificaram suas vidas na defesa dos índios Waimiri-Atroari.

Quando iniciei este trabalho, nos idos de 1974, não imaginei que levaria tanto tempo para concluí-lo.

Não se trata de nenhum trabalho com pretensão científica ou acadêmica, trata-se de depoimentos pessoais sobre fatos que testemunhei e de resumo sobre o resultado de exaustiva pesquisa bibliográfica e documental.

Por isto, ao escrever este trabalho, não sigo nenhum chavão estético comumente usado, escrevo e narro os episódios de forma como o pesquisei e da maneira que costumo contar estórias.

"*Eu nunca quis saber por que os índios mataram ou deixaram de matar... Tenho-os como meus filhos, considero-os o prolongamento de minha família. Ando armado na floresta, mas não atiro nos índios em caso de ataque.*

Se me matarem um dia, paciência... – Gilberto Pinto Figueiredo", indigenista morto em serviço, na floresta, no Posto indígena de Atração do Abonari em 29 de dezembro de 1974.

Sumário

Sumário 5
Os Waimiri-Atroari 7
Barbosa Rodrigues e os Crichanás 19
A Defesa dos Índios Waimiri-Atroari Pelo SPI 27
Os Waimiri-Atroari "Versus" 4 Th Photo Charting Squadron..... 35
Os Waimiri-Atroari 45
Posto Indígena Irmãos Bríglia 49
A Missão Calleri 57
Ataque no Rio Alalaú 71
Manaus-Caracaraí-Boa Vista 89
Gilberto Pinto Figueiredo Costa..... 125
Os WA Depois da Morte de Gilberto P. Figueiredo 155
A Reserva Indígena Waimiri-Atroari 161
Diminuição da Reserva Waimiri-Atroari..... 169
Nova Estrada Dentro da Terra dos Indios WA 173
Anexo A 177
Anexo B 181
Anexo C 187
Anexo D 191
Anexo E 195
Anexo F..... 197
Anexo G 201
Bibliografia 205

Os Waimiri-Atroari

Todas as notícias que encontrei nos documentos pesquisados sobre os índios denominados Waimiri-Atroari e os contatos mantidos com aquele grupo tribal, não garantem que eles se autodenominem como são conhecidos.

Sabe-se que os índios que habitam a área de influência do rio Camanaú, Jauaperí o Santo Antônio do Abonari, quando se referem aos índios que habitam a área de influência dos rios Alalaú e Uatumã, chamam-lhes de Atroari. E aqueles quando fazem referência aos índios do Camanaú e Jauaperí, Santo Antônio do Abonari, denominam-lhes de Waimiri. Entretanto são poucos os historiadores que fazem referências aos índios habitantes na região compreendida pelos rios Jauaperí, Camanaú, Uatumã, Santo Antônio do Abonari, Alalaú e seus afluentes, com a denominação Waimiri Atroari.

As primeiras notícias que se tem dos índios habitantes na margem esquerda do Rio Negro, compreendendo a área que se estende do rio Jatapú ao Rio Branco [vide mapa n° 01, na pág. 9], datam do século XVII.

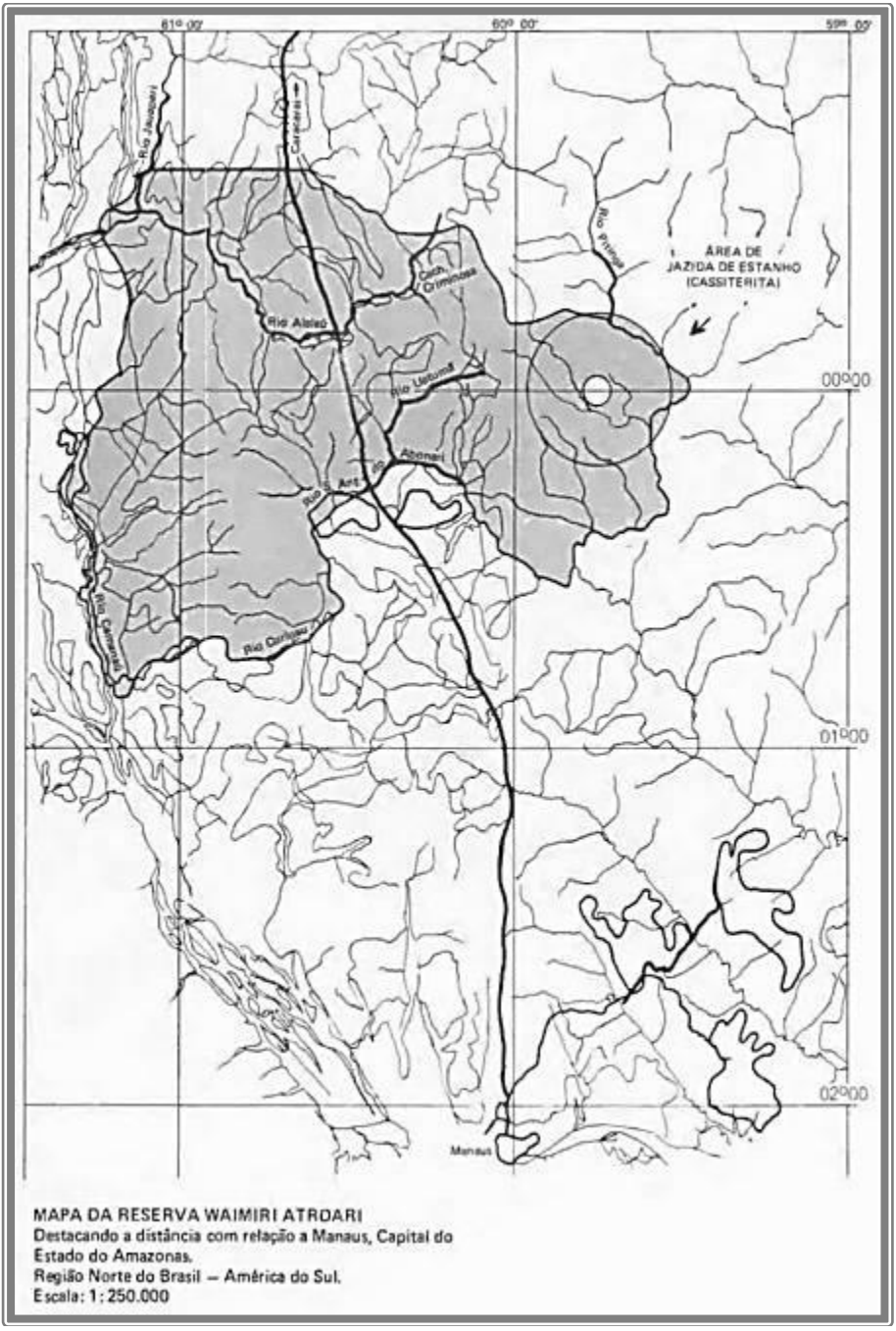
Barbosa Rodrigues, famoso etnólogo brasileiro, foi um dos primeiros que manteve contatos amistosos com os índios Waimiri Atroari, que ele na ocasião, denominou-os de Crichanás. Sobre os contatos com os índios, Barbosa Rodrigues, publicou um trabalho em forma de livro intitulado "*Jauaperí, Pacificação dos Crichanás*" [1885].

Sabe-se também que o missionário Frei Teodoro das Mercês, um dos primeiros exploradores do Rio Negro, manteve cantata com os Waimiri-Atroari, denominando-os, entretanto, de "*Aruaques*".

Os Waimiri-Atroari eram também conhecidos com a denominação de Tarumás, Caripunas, Cericunás, Crichanás, Alalaús, Jauaperís e Wautemiri.

O relacionamento entre os índios Waimiri-Atroari com os segmentos da sociedade colonizadora manteve-se sem maiores problemas até o início do século XIX, quando o comércio e a exploração dos castanhais atingiram economicamente grande importância. As terras ocupadas pelos Waimiri-Atroari são ricas em produtos vegetais, destacando-se a Castanha do Brasil, Balata, Pau Rosa e outros artigos de grande procura comercial naquela época.

Foram criadas nas margens do Rio Negro pequenas vilas como Moura, Carvoeiro e Airão sem que fosse registrada nenhuma resistência por parte dos índios à fixação daqueles povoados dentro do território ocupados por eles.



MAPA DA RESERVA WAIMIRI ATRDARI
Destacando a distância com relação a Manaus, Capital do Estado do Amazonas.
Região Norte do Brasil – América do Sul.
Escala: 1:250.000

Mapa n° 01

Após a ida para a região [área de influência dos rios Jauaperí e Rio Branco] do Major Manoel Ribeiro de Vasconcellos, nomeado pelo Presidente da Província do Amazonas, Dr. João Pedro Dias Vieira, em 1856, iniciou-se uma verdadeira guerra, aberta e desigual, contra os índios Waimiri-Atroari ([1]). Para "*pacificar*" os índios Waimiri-Atroari, o Major Vasconcelos, seguiu no dia 29 de abril de 1856, levando consigo, ao Rio Jauaperí, 50 guardas bem armados prontos para entrarem em ação contra os índios. A pacificação entendida pelo Major Vasconcelos, era de forçar à bala o rendimento dos índios, para que os comerciantes exploradores de Castanha pudessem realizar suas coletas sem que fossem molestados.

Major Vasconcelos, subindo o rio Jauaperí, entrou com seus guardas no Igarapé Uatupurá, onde foi encontrada uma grande aldeia de índios Waimiri e ali foi travado um combate entre as Praças e os índios, que colhidos de surpresa e pela desigualdade de armas fugiram apavorados, deixando nas proximidades da maloca um grande número de mortos ([2]). Os comandados do Major Vasconcellos, saquearam as casas dos índios, lançaram fogo em toda a maloca, chegando a morrer dentro várias crianças e velhos que não conseguiram fugir. Segundo relatórios da expedição, devem ter morrido mais de 300 índios entre adultos, crianças e velhos ([3]).

---

[1] Mais uma falácia protagonizada por diversos sertanistas e pseudo-antropologistas e seus sequazes aferrados ao Partido dos "*Trabalhadores*", que certamente não leram o "*RELATÓRIO APRESENTADO À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVIDENCIAL PELO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JOÃO PEDRO DIAS VIEIRA, DIGNÍSSIMO PRESIDENTE DESTA PROVÍNCIA NO DIA 8 DE JULHO DE 1856*" que publico, na íntegra, no Tomo IV da coletânea "*Descendo o Rio Branco*". (Hiram Reis)

[2] **?**. (Hiram Reis)

[3] **?**. (Hiram Reis)

Depois do ataque, o Major Vasconcellos retornou a Manaus para relatar o fato, e a seu pedido foi instalado na foz do pequeno igarapé chamado Macucuauá, um destacamento militar para garantir aos coletores de castanha segurança necessária aos seus trabalhos.

Muitos dos castanheiros atraídos pela presença do destacamento militar foram estabelecendo-se nas margens dos rios Jauaperí e Alalaú, dando continuidade a exploração das matas, dentro do território dos índios Waimiri-Atroari.

Não custou muito, os índios passaram a tentar afastar os invasores de seus domínios. Fuão Jordão, um dos moradores que se estabelecera na margem esquerda do rio Jauaperí, no local mais tarde conhecido como Mahaua, foi atacado pelos índios a flechadas, juntamente com as pessoas que residiam com ele e estavam participando da coleta de castanha.

Na foz do igarapé Tunuau, afluente do rio Jauaperí, os índios saquearam a casa de D. Catarina que se encontrava ausente, fazendo com que depois disto todos os que se aventuraram a subir o rio Jauaperí abandonassem de vez suas residências. Iniciou-se então, uma guerra sem tréguas, entre os exploradores de produtos naturais e os índios Waimiri-Atroari.

Toda vez que um dos invasores das terras dos Waimiri-Atroari avistavam um índio, faziam-lhe fogo. O índio por sua vez e quando era possível, revidava. O "*crime*" dos índios aparecia, mas as vítimas indígenas nunca se tornavam conhecidas.

Nessa guerra desigual o índio, sempre levava o pior e isto fatalmente provocava nos índios maior ira contra os colonizadores.

Em 1867, Frei Samuel Lucianny, vigário da paróquia de Moura, Vila à margem direita do Rio Negro, estabelecida nas proximidades da foz do rio Jauaperí, elaborou um projeto para "*Pacificar os índios Waimiri-Atroari*". Foi então Presidente da Província do Amazonas, Antônio Epaminondas de Melo e conseguiu os meios para levar adiante o seu projeto. Entretanto, Frei Samuel não saiu de Moura Enviou ao rio Jauaperí em missão de "*Pacificação*", guardas armadas para manter contato com índios. O grupo de guardas ao encontrar-se com os índios, por falta de conhecimento e meios de lidar com eles, foi hostilizado e retornaram a Moura, tão logo foi possível.

Frei Lucianny, escreveu ao Presidente da Província comunicando o ocorrido e pediu reforços de mais guardas armados para levar adiante sua desastrosa missão. O Presidente da Província do Amazonas, Antônio Epaminondas de Melo, negou o pedido do Frei, rescindindo em seguida o contrato firmado com o Padre para "*Pacificar os índios*". Os atritos entre índios e castanheiros continuaram toda vez, que dentro do território dos Waimiri-Atroari, encontra-vam-se.

No dia 12 de janeiro de 1879, a Vila de Moura, foi atacada pelos índios Waimiri. Os moradores ao notarem a presença dos índios nas proximidades, tiveram tempo de refugiar-se numa ilha existeme na frente da Vila [a ilha era conhecida com a denominação de ilha Curupiari ou Sabiá]. Os moradores de Moura depois do ataque dos índios, passaram a denominar a ilha de onde escaparam dos índios de ilha da Salvação, nome pela qual ainda é conhecida. O ataque dos índios à Vila de Moura, limitou-se quase somente a danos materiais, apenas dois dos moradores morreram, isto porque reagiram, a bala, a presença dos índios.

Quando a notícia da presença dos índios em Moura chegou a capital da Província do Amazonas [dias depois], o Presidente fez seguir para Moura uma força do 3° Regimento de Artilharia e outra do Corpo Provisório sob o comando do Brigadeiro João de Barros Falcão, a bordo de duas lanchas de artilharia.

Quando as forças atingiram Moura, os índios já tinham se afastado. O Brigadeiro Comandante dividiu a força em duas frentes de combate e saíram à procura dos índios. Subindo o rio Jauaperí, uma das lanchas encontrou-se com um grupo de índios que seguiam em 11 ubás de retorno às suas malocas.

As úbas foram alvejadas com tiros de artilharia e todas metidas a pique. Os índios que viajavam nas embarcações morreram quase todos e segundo o relatório da expedição, foram mais de uma centena.

A segunda lancha, tendo no seu comando o Tenente Pastana, encostou-se à margem esquerda do Rio Jauaperí, acima do local onde as ubás foram postas a pique, tendo seguido com seus comandados por terra. Ao encontrar-se com um grupo de índios foi feita uma intensa fuzilaria que durou "*até a noite chegar*".

Seguindo pelo rio Curiaú, partindo de Tauapessassu, saiu outra expedição armada contra os índios.

Próximo à foz do Curiau, a expedição encontrou-se com um grupo de cerca de 80 índios, que após a fuzilaria dos expedicionários, poucos escaparam, fugindo mata a dentro.

Nesse revide a presença dos índios na Vila de Moura, mais de 400 índios morreram alvo das balas dos colonizadores.

Depois do retorno das expedições, em Moura ficou sediada uma Lancha de Guerra, destinada ao combate sistemático aos índios Waimiri Atroari.

No mês de outubro de 1874, o Tenente Antônio de Oliveira Horta, comandante do destacamento militar da Vila de Moura, flagrou nas proximidades do povoado, um grupo de cerca de 200 índios Waimiri-Atroari, que foram mortos a bala pelas praças sob seu comando. Apenas a praça de nome Quintiliano José Ferreira ficou ferido entre os guardas da guarnição militar de Moura.

No dia 9 de novembro do mesmo ano, o Tenente Horta, comandando 20 praças armadas, a bordo da Lancha de Guerra que se achava estacionada em Moura, seguiu ao rio Jauaperí à caça dos índios Waimiri-Atroari.

No dia 12 do mesmo mês, por volta das 10 horas, a expedição, ainda no rio Jauaperí, encontrou aparentemente abandonadas 5 úbas, que por ordem do Comandante Horta foram destruídas. Os índios, possíveis passageiros daquelas embarcações não apareceram.

Em seguida, um pouco mais acima, encontraram mais 2 ubás, também aparentemente abandonadas. Estas, o Comandante Horta resolveu levá-las para Moura, como se fossem troféus de guerra.

No dia 21 de novembro, a sentinela do Destacamento Militar, ao avistar um índio nas proximidades do povoamento, deu um tiro matando-o, alertando a população e o próprio destacamento.

Iniciou-se então mais um sangrento combate, tendo o Tenente Horta, usado sua Força Militar ajudada pelos moradores da Vila.

Morreram muitos índios "*incontáveis*" segundo notícias dos jornais da época. Muitos índios, entretanto, conseguiram fugir, levando consigo alguns mortos e feridos.

Após o ataque, o Tenente Horta organizou uma patrulha e saiu em perseguição aos índios que conseguiram escapar.

Novo encontro deu-se entre índios e os comandados pelo Tenente Horta e mais uma vez a mortalidade ocorreu. Ainda assim alguns feridos conseguiram refugiar-se nas matas próximas das margens do rio Jauaperí.

No dia seguinte continuou a perseguição aos índios feridos. Escondidos entre a folhagem das arvores "*onde estavam trepados e silenciosos*" encontravam-se cerca de 23 índios feridos.

Os guardas armados ao encontrarem os índios escondidos e trepados nos galhos das árvores ficaram eufóricos "*como caçadores entusiasmados ante um grupo de guaribas*". Cada um dos expedicionários procurava destacar-se em sua pontaria. Apontavam a arma e, ao disparar, o pobre índio caía de onde se encontrava abrigado, no meio de gargalhadas gerais e gritos de satisfação.

> *Assim caíram todos, à exceção de um que ficou preso a um galho*.

No outro dia, as praças voltaram ao local da chacina e após empilharem os corpos, lançaram fogo.

O Comandante Horta era sempre auxiliado em suas missões contra os índios pelos "*civis*" de nome Manoel Gonçalves, vulgo Bicudinho, Hermógenes Rodrigues Pastana, Hermenegildo Rodrigues Pastana e alguns outros com menos frequência.

Em 1875, o Presidente da Província do Amazonas, Dr. Domingos Jaci Monteiro, em seu relatório anual, comentando os atos do Tenente Horta com relação aos índios Waimiri-Atroari frisava:

> *fez-se neles [nos índios] uma grande mortandade, já quando o perigo já estava passado e eles retiravam-se. Deste modo dificulta-se a conciliação com aqueles selvagens, em que cresce o espírito de vingança com repetição das ofensas.*

Apesar de tudo, os índios continuaram aparecendo nas cercanias da Vila de Moura, ora no Paraná da Desgraça, ora no Paraná do Limão, nas ilhas Urupunan e na ilha do Cureru, sendo sempre recebidos a tiros de fuzil. O Tenente Horta foi afastado do Comando Militar incumbido de proteger Moura e em seu lugar assumiu o Comando o Tenente Malaquias Neto.

No dia·16 de dezembro de 1876, o Tenente Malaquias em "*viagem de inspeção*" dirigiu-se ao rio Jauaperí, a bordo da lancha de guerra que fazia parte de seu destacamento. Já no rio Jauaperi, ao encontrar uma ubá aparentemente abandonada numa praia, próximo ao Tanau, mandou encostar a lancha para averiguações.

Ao aproximar-se da margem onde se encontrava encostada a ubá, a lancha encalhou nos bancos de areia formados no leito do rio. De repente, surgiram vários índios atacando a lancha a flechadas. Houve fogo cerrado de artilharia

> *Querendo os índios tomar a lancha, cobriram-na de flechas, pelo que a tripulação fugiu para os porões, depois de dar um tiro de metralha com rodízio de proa que, não estando preso pelo vergueiro, saltou ao convés. Ficaram alguns marinheiros e índios feridos, morrendo muitos desses. [Jornal Amazonas, n° 121 – 28.04.1878].*

Em 1878, o então Presidente da Província do Amazonas, Barão de Maracajú, convidou o Padre José Maria Vila, para assumir a missão de catequisar os índios Waimiri-Atroari, chamados na época de Crichanás. Ao tentar aproximar-se dos índios, o Padre José Maria Vila, foi hostilizado e seus acompanhantes reagiram à bala, entretanto não se registrou nenhuma morte. Com o insucesso do primeiro contato, o Padre José Maria desistiu de sua missão.

O destacamento policial, sediado em Moura, continuou com regularidade e insistência a caçada aos índios habitantes no rio Jauaperí e seus afluentes. Em 08 de junho de 1886, o Presidente da Província do Amazonas, designou o Frade Jesualdo Machetti para, com os Padres que vieram da Europa em sua companhia, organizar e dirigir o serviço de catequese aos índios Crichanás [Waimiri-Atroari]. Frade Jesualdo, achando-se sem condições para desempenhar a catequese dos índios, não chegou a iniciar o trabalho para o qual fora designado pelo Presidente da Província. Diante da recusa do Frei Jesualdo, o Presidente da Província nomeou Frei Venâncio Zelochi, que chegou a ir às cabeceiras do Rio Branco [hoje Território Federal de Roraima] a procura de intérpretes entre os índios Macuxí, que pertencem ao mesmo grupo linguístico dos Waimiri Atroari.

Como não conseguiu trazer para o rio Jauaperi, os intérpretes que necessitava para o seu trabalho, Frei Venâncio também desistiu de catequisar os Waimiri-Atroari. Com mais esta desistência de religiosos para a catequese dos índios Waimiri-Atroari, o Presidente da Província do Amazonas, Coronel Conrado, determinou a instalação na foz do Rio Branco e rio acima Postos Militares, visando a proteção dos segmentos da sociedade colonizadora que já invadiam o território indígena à procura das riquezas naturais.

Em 1889, retorna o Tenente Horta ao comando do Destacamento Policial encarregado de proteger a Vila de Moura. E também volta a perseguição implacável e sistemática aos índios Waimiri-Atroari.

A bordo da Lancha de Guerra, sediada em Moura, e acompanhado do subdelegado daquela Vila, o elemento conhecido pela alcunha de Fato, o Tenente Horta volta ao rio Jauaperí e no lugar conhecido como Maracajá encontrou-se com os índios Waimiri-Atroari, ocorrendo intensa fuzilaria, onde mais de uma centena de índios tombou sem vida.

Moura foi o local, de onde, no século passado, partiram a maioria das Expedições de caça aos índios Waimiri-Atroari.

Barbosa Rodrigues e os Crichanás

Em 29 de março de 1884, o Diretor do Jardim Botânico do Amazonas etnólogo e botânico, Barbosa Rodrigues, a bordo de uma lancha da Marinha de Guerra, comandada pelo Tenente José de Almeida Bessa, acompanhado ainda do Alferes Manoel Ferreira da Silva e do Conde Ermanno Stradelli, partiu de Manaus com destino ao Rio Jauaperí para tentar um contato amistoso com índios habitantes daquela região.

Na Vila de Moura, incorporaram-se à Expedição os Srs. Manoel Gonçalves, Zeferino Jararaca e o índio Macuxí, Petro Ferreira Marques Brasil, que participava na condição de intérprete, pois tudo indicava que o idioma dos índios Crichanás [Waimiri-Atroari] como denominava o etnólogo Barbosa Rodrigues, pertencia ao mesmo grupo linguístico dos índios Macuxí, habitantes no alto Rio Branco [hoje região do Território Federal de Roraima].

A expedição partiu da Vila de Moura, no dia 01 de abril de 1884, a bordo da lancha da Marinha, que foi cedida a Barbosa Rodrigues pelo Presidente da Província do Amazonas, exclusivamente para a missão.

Na boca do Paraná Calango, que une o Rio Negro ao Rio Jauaperí, a Lancha ficou fundeada e os expedicionários seguiram a viagem daquele ponto em diante em uma canoa, levando de reboque mais duas que transportavam brindes e artigos para alimentação. Numa das ilhas do lago denominado Mahauá foram avistadas 4 ubás, tripuladas por cerca de 40 índios.

Foi o primeiro contato dos expedicionários chefiados por Barbosa Rodrigues com os índios.

Um alarido horrível e gritos ameaçadores retumbaram pela floresta. Era de fazer estremecer o ruído produzido pelos galhos das árvores que se quebravam e a vozeria dos selvagens.

Assim expressou-se Barbosa Rodrigues ao narrar em seu relatório o primeiro encontro com os índios. Barbosa Rodrigues, muito receoso, procurou se aproximar do grupo de índios que gesticulava e acenava aos gritos. Através do intérprete, o índio Macuxí que acompanhava a expedição, convidou-os a irem até a canoa, pois ali tinha brindes e presentes para eles.

Os outros expedicionários ficaram dentro da canoa, pois temiam a qualquer momento o ataque dos índios. Os índios cercaram Barbosa Rodrigues e depois de muito insistir, aceitaram a acompanhá-lo até onde encontravam-se as canoas com os objetos destinados a presentes. Mas, os companheiros de Barbosa Rodrigues, ao verem o grupo de índios se aproximando das canoas, remaram com pressa, se afastando da praia, deixando-o sozinho com os índios. Escreveu Barbosa Rodrigues:

De repente, os selvagens me envolveram, me agarraram e me levaram a força para um córrego que dividia a ilha na parte coberta de vegetação. O córrego era bem profundo. Não me atrevi a atravessá-lo porque se tornava necessário nadar e eu não podia por estar doente e vestido.

Procurando conter os índios, fazendo gestos com as mãos, demonstrando que não sabia nadar, conseguiu Barbosa Rodrigues, acalmá-los. Depois de mandar distribuir aos índios os presentes que tinha levado na Expedição recebendo deles, em troca, as suas próprias flechas e arcos, deixando-os, por conseguinte desarmados.

Procurando sempre demonstrar o uso dos presentes entregues aos índios, Barbosa Rodrigues, aparentemente conquistara naquele primeiro contato, a confiança dos Crichanás [Waimiri-Atroari]. Os brindes "*trocados*" foram, principalmente, Machados, Terçados, Facas, Tesouras, Agulhas, Calças, Camisas e Chapéus.

Os índios, por sua vez, gostaram dos óculos e do bigode de Barbosa Rodrigues. Queriam que lhes desse o bigode. E como logicamente não era possível, demonstravam certa tristeza por não o possuírem, porque segundo o próprio Barbosa Rodrigues, os índios passavam os dedos pelo lado superior do lábio e fazendo gestos, comparando com o seu bigode.

Enfim, terminaram fazendo Barbosa Rodrigues dançar com eles, colocando-o no meio de uma grande roda de dançarinos índios.

Mais de uma semana, conviveu Barbosa Rodrigues com os índios. Guando os víveres acabaram, a Expedição retornou a Moura para reabastecimento.

No dia 12 de abril do mesmo ano, a Expedição novamente entrou no rio Jauaperi. Nas proximidades do lugar conhecido como Sapa encontraram ubás com vários índios a bordo. Barbosa Rodrigues, fazendo sinais, conseguiu que as embarcações dos índios se aproximassem das que viajava, e ele passou, daí em diante, a viajar numa das canoas dos índios, que seguiam com destino ao lugar conhecido como Mahauá. Depois da troca de presentes, a Expedição seguiu viagem rumo às cabeceiras do rio Jauaperí. Na foz do igarapé Chichinau, a expedição encontrou um novo grupo de índios, tendo, Barbosa Rodrigues, mantido contatos amistosos com eles, realizando também troca de presentes.

Todos os contatos mantidos por Barbosa Rodrigues e os índios foram amistosos e coroados de êxitos. Os índios pareciam confiar no cientista. A Expedição chefiada por Barbosa Rodrigues, contou com a ajuda do Alferes Manoel Ferreira da Silva, Tenente Bessa e o Conde Stradelli, destacando-se ainda a participação do índio Macuxí, Pedro Ferreira Marques Brasil, que serviu de intérprete nos primeiros contatos com os índios Crichanás [Waimiri Atroari].

Acompanhado de sua esposa e filha, Barbosa Rodrigues, em 3 de junho do mesmo ano, partia de Manaus em nova Expedição ao Rio Jauaperí. A população de Vila de Moura criou várias dificuldades para a saída da Expedição de Barbosa Rodrigues, que passara naquele povoado, para reabastecer-se de víveres, pois, sabedores de sua missão pacifista, a população desaprovava a ação do etnólogo, preferindo a ação do "*Tenente Horta*" e suas Expedições punitivas. Enfrentando toda sorte de dificuldades, Barbosa Rodrigues retornou ao rio Jauaperí, chegando a 26 de julho ao lugar denominado como Tauaquera que ao chegar rebatizou-o com a denominação de Teoduretópolis, em homenagem ao então Presidente da Província do Amazonas, patrono de suas Expedições.

Depois de dois dias de espera pelos índios, eles não apareceram. Barbosa Rodrigues resolveu seguir viagem rio acima. No lugar denominado par Barbosa Rodrigues, de Triunfo, local onde na expedição anterior teve contatos amistosos com os índios, as embarcações foram encostadas para pernoite. Ao amanhecer, Barbosa Rodrigues, acompanhado pelo Alferes Ferreira, e do índio Pedro Ferreira Marques Brasil, e ainda de mais cinco índios da nação Tucano, seguiu por terra a procura da maloca dos índios Crichanás [Waimiri-Atroari].

Encontra a poucas horas da margem do rio, uma maloca vazia, com sinal de que ainda estava habitada. Deixaram no local os brindes que traziam e retornaram ao lugar onde se encontravam acampados seus companheiros de expedição.

Um dia depois da visita à maloca, surgiu nas proximidades do acampamento aa Expedição, um numeroso grupo de índios que fizeram um "*enorme alarido*" ao aproximar-se. Uns vieram por terra e outros em suas canoas vindo de pontos diferentes. Barbosa Rodrigues cita que, aquele grupo de índios era chefiado pelo Tuchaua "*Apanaracá*" que manteve contatos amistosos com eles, realizando ali, troca de presentes.

Depois da troca de presentes, a expedição retornou a Tauaquera ou Teoduretópolis. como rebatizara o lugar Barbosa Rodrigues.

Lá havia ficado um grupo de expedicionários, encarregados de construir uma pequena casa, onde mais tarde poderia servir de abrigo aos expedicionários. Foi erguido naquele lugar, também, um "*Cruzeiro*", "*para simbolizar n paz, a união. entre civilizados e selvagens*".

Barbosa Rodrigues, no ano seguinte, retornou ao rio Jauaperí e sempre mantendo contatos amistosos com os índios. Ele passou a levar nas Expedições, sempre a sua esposa e filha, as quais eram objeto de admiração para os índios, devido a tez branca e a cabeleira loira. No período em que Barbosa Rodrigues esteve no rio Jauaperí, cessaram as hostilidades entre "*civilizados*" e índios.

No dia 28 de outubro de 1884, quando Barbosa Rodrigues encontrava-se na Vila de Moura, lá apareceram uns índios, que vindos das matas,

aproximaram-se das casas dos moradores, que assustados tentaram reagir. Entretanto Barbosa Rodrigues foi de encontro aos índios e depois da troca de presentes realizada naquela hora, sem nenhum incidente, os índios retornaram de onde vieram rumo às suas malocas.

> *Este acontecimento foi o mais notável dos fatos da Vila de Moura.*

Barbosa Rodrigues, entretanto não pode continuar seus trabalhos pacifistas junto aos índios. Por motivos de ordem particular foi obrigado a deixar a tarefa a que se propôs "*de conduzir ao convívio da civilização os aborígenes do Jauaperí*".

Já em 1900, depois da saída de Barbosa Rodrigues, do rio Jauaperí, e da desistência da continuidade da missão, o Cel Conrado J. Niemeir, Presidente da Província do Amazonas, determinou a instalação nas margens do Rio Branco, de Postos Militares, visando

> *A proteção dos segmentos da sociedade invasora dentro do Território Indígena, abrangendo toda a área do rio Jauaperí e de seus afluentes.*

Em 1901, o etnólogo Ricardo Payer conseguiu visitar por alguns dias os índios Waimiri-Atroari, habitantes das proximidades do lugar denominado Mahaua.

Por terem acabado os brindes e ainda por notar alguma atitude hostil à sua presença, o etnólogo não se demorou muito na visita, entretanto levou consigo farto material etnográfico e que pelo que se sabe foi recolhido ao Museu de História Natural de Viena.

Desse trabalho de pesquisa foi elaborado um resumido vocabulário do idioma dos índios habitantes do rio Jauaperí [Theodor Koch-Grünberg – Die Jauapery, Georg Hübner – Einleitung]

Em 1905, por causa de um incêndio num barracão de um dos moradores de nome Antunes, que se estabelecera no rio Jauaperí e relacionado com o assassinato de um índio, o Governo do Amazonas, enviou mais uma Força Policial ao rio Jauaperí.

A Força Policial era chefiada pelo Catingueira, que seguiu mata a dentro até as malocas dos índios, realizando ali, a mais trágica hecatombe que se pode imaginar acontecer a um povo.

O grupo policial destruiu todas as malocas que encontrou, incendiando-as e matando os índios a bala. Naquela horrível carnificina pereceram cerca de 283 índios, alguns mortos dentro das próprias malocas incendiadas.

As praças forçavam à bala os índios permanecerem dentro das malocas e depois ateavam fogo. Os que tentavam mesmo assim fugir do fogo eram recebidos fora da maloca por intensa fuzilaria. Morreram na ocasião muitas crianças junto com suas mães, no interior das malocas incendiadas.

O capitão Catingueira, para comprovar o seu feito diante de seus superiores, levou para Manaus 18 índios como prisioneiros. Em Manaus os índios foram alvo da curiosidade pública, que viam no feito do Capitão Catingueira um ato de bravura e coragem. Os 18 índios Waimiri-Atroari ficaram presos no então Quartel de Infantaria da Polícia do Amazonas.

Foram obrigados a vestirem as roupas dos soldados enquanto permaneciam presos. Desses 18 índios, seis morreram de tristeza e maus-tratos dentro da prisão. Doze deles, graças à intervenção do Coronel Euclides Nazaré, que condoído deles, os levou consigo, até a Vila de Moura e de lá mandou-os levar ao Jauaperí.

Em 23 de novembro de 1911, o Capitão de Infantaria, Alípio Bandeira, subiu o rio Jauaperí, partindo da Vila de Moura, com uma comitiva composta de 12 pessoas, entre as quais encontrava-se o Coronel Euclides Nazaré, para tentar novamente um contato amistoso com os índios Waimiri-Atroari.

Em 29 de novembro, a expedição desembarcou no lugar conhecido como Mahaua, e na ocasião foram avistados quatro índios Waimiri-Atroari. O Capitão Alípio Bandeira fez sinais aos índios convidando-os a se aproximarem. Os índios com certo receio e gesticulando muito se aproximaram das embarcações que compunham a frota da Expedição. Depois de muito hesitarem os índios saltaram em terra, próximos de onde já se encontravam os expedicionários. Alípio Bandeira, fez entrega aos índios dos presentes que trazia, mantendo rápido contato com aquele grupo tribal. Destacou-se nesse contato o índio identificado como Mepri, que segundo relatou Alípio Bandeira, ele imitava pássaros e "*alguns quadrúpedes e com isto chegou a divertir os expedicionários durante algum tempo*".

Depois deste contato com os índios, a expedição ainda tentou ir mais além daquele local, entretanto, por não encontrarem índios rio acima, retornaram.

Alípio Bandeira foi nomeado o primeiro Inspetor do Serviço de Proteção aos índios [SPI].

Em 1912, o próprio Alípio Bandeira, fundou na ilha conhecida como Mahaua, no rio Jauaperí, o primeiro Posto de Atração aos índios, hoje conhecidos como Waimiri-Atroari. Entretanto, não obstante a presença no rio Jauaperí de funcionários do SPI, novos fatos colocavam-se contra os índios dando continuidade à escalada de extermínio daquele povo.

A Defesa dos Índios Waimiri-Atroari Pelo SPI

A Castanha do Brasil, na primeira década do século, era procurada por preços fantásticos, motivando que novos segmentos da sociedade nacional, tentassem penetrar nos domínios territoriais dos Waimiri-Atroari.

As áreas dos rios Jauaperí e Alalaú são riquíssimas em Castanha do Brasil e, segundo a visão dos civilizados – "*não tinham donos*" – foram as mais visadas na região pelos coletores de castanha, que viam naquelas terras a oportunidade para riqueza fácil.

Os governos do Estado do Amazonas, sempre visando a "*economia do Estado e de grupos políticos dominantes, permitiam e até mesmo incentivavam a invasão das terras dos índios Waimiri-Atroari*", provocando assim uma série de atritos entre os coletores de castanha e índios.

O primeiro encarregado do Posto Indígena de Atração do SPI, foi o Sr. Gregório Horta, cuja unidade administrativa, foi instalada no rio Jauaperí, no lugar denominado Mahaua. O Sr. Gregório tão logo assumiu suas funções, procurou impedir por todos os meios possíveis, a invasão do território indígena Waimiri-Atroari. Entretanto pouco pode fazer, pois os comerciantes apoiados pelos políticos de Manaus, burlavam as ordens de não invadirem a terra dos índios.

Por iniciativa da 1ª Inspetoria do SPI, o Governo do Estado do Amazonas, através da Lei n° 941 de 16 de outubro de 1917, concedeu aos índios Wautemiris [Waimiri-Atroari] as terras situadas a 50 km a jusante das cachoeiras dos rios Jauaperí e Camanaú.

Mesmo com o amparo legal, a 1ª Inspetoria do SPI não conseguia impedir a invasão do território dos índios Waimiri-Atroari em face de falta de pessoal e meios para melhor vigilância. Com isto, a situação de conflito entre índios e invasores continuava. Toda vez que o coletor de castanha encontrava o índio, este era abatido a tiros.

Em Manaus, existia uma empresa sob a razão social de Penha & Bessa, sob a direção de seu principal sócio, o indivíduo de nome Edgar Penha, cuja atividade comercial era de financiar e promover a coleta de Castanha do Brasil e extração de borracha. Por ordem de Edgar Penha, os seus funcionários toda vez que iam ao Jauaperí e Camanaú, realizar seus trabalhos de coleta, ao encontrarem malocas e roçados dos índios, ateavam fogo e roubavam os gêneros de suas roças. Tudo isto burlando a vigilância do Posto Indígena Mahaua que passou a ser chefiado pelo indigenista Luís José da Silva, onde vinha prestando bons serviços à causa indígena. Edgar Penha, por diversas vezes tentou tirar da chefia do Posto Indígena Mahaua, o Sr. Luís José da Silva, pois o acusava de arbitrário e de que estava entravando o desenvolvimento da economia do Estado, quando proibia a entrada de coletores de castanha no território dos índios.

A 1ª Inspetoria do SPI sempre defendia o servidor das acusações de Edgar Penha, dando conhecimento às autoridades de então, da seriedade do trabalho desenvolvido pelo Sr. Luís José da Silva. Em março de 1926, os índios Waimiri-Atroari, surgiram em várias partes do rio Jauaperí e numa dessas saídas mantiveram diálogo com duas mulheres que se encontravam em um acampamento de castanheiros, de nome Maria e Antonieta, que haviam subido ao rio Jauaperí com seus maridos para trabalharem na coleta de castanha.

Na ocasião os índios deixaram transparecer o descontentamento e o desejo de vingança contra os invasores de seu território.

A maioria dos coletores de castanha que se encontravam trabalhando na área do rio Jauaperí, ao tomar conhecimento do posicionamento dos índios, abandonaram aquele rio. Os funcionários da firma Penha & Bessa, ao contrário, passaram a realizar, quando de suas penetrações na mata a procura de castanha, cerrados tiroteios, tentando "*espantar*" os índios.

Um dia quando o pessoal da firma Penha & Bessa, encontrava-se no local conhecido como Mijacão, foram surpreendidos pelos índios, travando ali uma batalha que terminou com a morte de todos os coletores de castanha componentes da Expedição.

> *Os índios caíram sobre o pessoal, matando e trucidando. As canoas dos expedicionários ficaram encharcadas de sangue e a terra ficou toda em desordem, as bagagens espalhadas, volumes de mercadorias esparramadas, rifles e espingardas encostados a um pau sem que nenhuma dessas armas fossem utilizadas. Todo o pessoal foi vitimado pelos índios que arrastaram alguns cadáveres para o centro da mata, entre eles um dos sócios da firma Penha & Bessa, o Sr. Cândido Bessa. Os corpos estavam molhados, parecendo que tinham sido retirados de dentro d'água. O de José Cândido Bessa tinha ao lado direito um profundo golpe, por onde se via o fígado e o coração. O de Francisco Eliseu apresentava ferimento de flecha em cima do peito esquerdo, os punhos cortados e um forte cipó amarrado no pescoço. Dois molhos de cabelos de mulher apareciam pendurados em uma árvore. Os cabelos eram de Maria Eugênia, que para ali fora em companhia de Francisco Mariano, um dos funcionários e expedicionários coletores de castanha da firma Penha & Bessa. [Relatório da 1ª Inspetoria do Serviço de Proteção aos índios no Amazonas, ano de 1926]*

O servidor do SPI de nome Sebastião Gomes de Lima, lotado no Posto Indígena Mahaua, chegou ao local, minutos depois do ataque dos índios aos invasores de suas terras, pois se encontrava exatamente a procura dos invasores de suas terras, para afastá-los do território indígena. Edgar Penha, principal sócio da firma Penha & Bessa, depois do ocorrido, aumentou sua perseguição aos funcionários do SPI, acusando-os de insufladores dos ataques dos índios. Usando de seu prestígio político, Edgar Penha, procurou por todos os modos, afastar da chefia do Posto Indígena Mahaua, o Sr. Luís José da Silva.

As autoridades do Estado do Amazonas. acatavam as denúncias do Sr. Edgar Penha e por mais que a 1ª Inspetoria do SPI em Manaus, desmentisse as acusações infundadas contra os seus denodados funcionários, a palavra final sempre era do invasor das terras dos índios.

Na tentativa de evitar maiores problemas, a 1ª Inspetoria do SPI, mandou vir a Manaus, o chefe do Posto Indígena Mahaua, alvo das acusações do Sr. Edgar Penha, para pessoalmente explicar às autoridades o que realmente ocorria lá no rio Jauaperí.

Luís José da Silva, tudo explicou e como nada das acusações do Sr. Edgar Penha ficou provado, retornou ao Posto, dando continuidade ao seu trabalho. Entretanto quando tudo parecia ter ficado explicado, Edgar Penha, tramava uma grande invasão à área dos índios Waimiri-Atroari.

Ao retornar ao Posto indígena Mahaua, a bordo de lancha de sua propriedade particular, o Sr. Luís José da Silva, acompanhado de seus familiares, mulher e quatro índios menores Waimiri, foram assaltados por Edgar Penha e cerca de 30 bandoleiros sob seu comando.

Luís José da Silva foi preso e seviciado dentro de sua própria lancha, às vistas de sua esposa e filhos adotivos. Edgar Penha, após o assalto, levando a reboque a lancha "*Rio Andirá*" onde se encontrava preso o servidor do SPI Luís José da Silva, sua esposa D. Cândida Pastana e 4 índios menores, de nomes Abrahão, Beré, Muxupi e Maria, seguiu até o Posto Indígena Mahaua para que fossem retirados daquele local, todos os pertences do Sr. Luís José da Silva.

Queria Edgar Penha, que com a retirada dos pertences de Luís, e as sevícias a que estava sendo submetido, ele não retornasse mais para a chefia do Posto Indígena, como a 1ª Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios, insistia em conservá-lo.

A família de Luís José da Silva assistia tudo aquilo com pavor, destacando-se os índios menores, que tudo viam com muito medo e estranheza. Depois de retirado os principais pertences do Sr. Luís de dentro da sede do Posto Indígena, Edgar Penha, com seus homens armadas, destruíram tudo no Posto.

Até a própria casa que servia de sede administrativa ao 1° Posto de Atração do Serviço de Proteção aos Índios, foi demolida naquela ocasião. Nada restou inteiro do material e das instalações daquele Posto.

Depois de tudo quebrado e demolido, Edgar Penha, que conservava preso em sua própria embarcação, o Chefe do Posto Indígena Mahaua, Sr. Luís José da Silva, e sua família, retornou ao lugar denominado "*Nova Vitória*", às margens do Rio Negro, sede de seus negócios. E ali, desatracou a embarcação "*Rio Andirá*" de propriedade do Sr. Luís José da Silva, que estava servindo de presídio a ele próprio, pois estava confinado no camarote sem poder sair, sendo vigiado constantemente por dois homens armados de rifles.

Edgar Penha ao desatracar a lancha, fez ameaças a Luís José da Silva, dizendo que quem mandava naquelas paragens era ele e não ia admitir que Luís retornasse ao Posto Indígena.

Luís José da Silva, bastante doente em consequência das agressões físicas que sofrera, continuou a sua viagem com destino a Manaus. Chegando a Manaus, tudo relatou à Chefia da 1ª Inspetoria do SPI, que por sua vez levou ao conhecimento das autoridades estaduais, sem conseguir que fosse tomada qualquer providência para punir Edgar Penha e seu bando, ou mesmo coibir que fatos semelhantes voltassem a acontecer. Luís José da Silva, poucos dias depois de sua chegada a Manaus, faleceu em consequência dos maus-tratos e agressões de Edgar Penha. A 1ª Inspetoria do SPI, em seu relatório anual de 1940, faz as seguintes referências sobre os fatos:

> *Até a presente data não teve esta Inspetoria nenhuma notícia de qualquer providência tomada, em relação ao assunto, pelas autoridades policiais que, força é confessar, em todos os demais assuntos, sempre foi solicitada em prestar todo o apoio à ação desta Inspetoria, dificuldades de alta monta certamente impedira até agora as providências sobre os fatos verificados em época anormal, embora praticados por quem, logo em seguida ao ataque do Posto Indígena Mahaua deveria assumir as funções de Prefeito Municipal [Edgar Penha] onde havia saqueado um estabelecimento público à mão armada, conduzindo preso até esta capital o encarregado do Posto Indígena, que veio a falecer em consequência dos maus-tratos recebidos.*

Com a morte de Luís José da Silva, chefe do Posto Indígena Mahaua, e a depredação das instalações do Posto, os trabalhos da primeira Inspetoria do SPI, foram praticamente suspensos na região. Com a destruição do Posto Mahaua, os invasores tomaram conta do rio Jauaperí.

Tudo sob comando do Sr. Edgar Penha, que voltou a organizar expedições de caça aos índios Waimiri-Atroari. Centenas de índios eram mortos toda vez que os encontravam. Sabia-se apenas em Manaus, que os índios "*não mais aborreciam*". E que os coletores de castanha e balateiros. estavam trazendo suas produções para Manaus, vindas do rio Jauaperí e Camanaú. A 1ª Inspetoria do SPI, não mais retornou ao rio Jauaperí. Procurou mudar o local da instalação dos Postos de Atração aos índios. Assim, procurando evitar o relacionamento entre os invasores do rio Jauaperí com os servidores do SPI, foi instalado no rio Camanaú, um Posto indígena com a denominação de Posto Indígena "*Manoel Miranda*" para voltar a tentar atrair os índios e defendê-los da ação predadora e criminosa dos invasores.

Na época, pelo rio Jauaperí, três foragidos da Polícia de Manaus, conhecidos como Pedro Guerreiro, Casemiro e Lauriano, penetraram na área dos índios e tudo indica que passaram a viver com eles e até ajudando-os na defesa de seu território.

Inclusive, se sabe que numa dessas expedições de caça aos índios, organizada pelos invasores, quando os índios foram impiedosamente massacrados, um dos feridos. pedia clemência em português, se dizendo ser Pedro Guerreiro e não índio. Entretanto, nunca mais teve-se notícias dos outros. Pode ser que tenham vivido até os últimos dias com os índios, pacificamente, ou tenham morrido em conflito, confundidos ou com os invasores ou com os índios Waimiri-Atroari.

Somente, já nos anos 40, a 1ª Inspetoria do Serviço de Proteção ao Índio, voltou a tentar contato com os índios Waimiri-Atroari. Abandonando o rio Jauaperí, se instalou no rio Camanaú.

Sob a orientação dos irmãos, Humberto e Luiz Bríglia, foi fundado no alto do rio Camanaú, o Posto Indígena de Atração ao denominado Manoel Miranda.

Entretanto, após um período de contatos amistosos, em dezembro de 1942, os índios Waimiri-Atroari, certamente por confundir os denodados funcionários do SPI, com aqueles criminosos que os vinham perseguindo, por dezenas de anos, atacaram o Posto Manoel Miranda matando todos os que ali se encontravam.

O SPI, através da 1ª Inspetoria de Manaus, não desistiu do contato com os índios Waimiri-Atroari.

Tão logo foi possível, o Posto Manoel Miranda, foi reaberto, em outro local e com denominação diferente – Posto Irmãos Bríglia, em homenagem aos irmãos indigenistas Humberto e Luiz Bríglia que tombaram sem vida, na missão de contatar pacificamente os índios Waimiri-Atroari. Os irmãos, quando em serviço no Posto Indígena Manoel Miranda, entre outros trabalhos relevantes escreveram um vocabulário da língua·dos índios Waimiri-Atroari.

A morte dos irmãos Bríglia provocou entre os idealistas do SPI, mais amor à causa que abraçaram por opção, servindo como exemplo de trabalho a ser seguido por todos.

Os Waimiri-Atroari "Versus" 4 Th Photo Charting Squadron

Nos primeiros dias do mês de setembro de 1944, a Primeira inspetoria do SPI em Manaus, recebeu a visita do Tenente Walter Willianson, do 4 TH Photo Charting Squadron do Exército Norte Americano, que pretendia realizar uma expedição pelos rios Jauaperí e Alalaú, até as proximidades da Cachoeira conhecida como Cachoeira Criminosa [no Rio Alalaú], com a finalidade de realizar naquela região observações astronômicas, atendendo acordos celebrados entre o Governo Brasileiro e o Governo dos Estados Unidos da América. Os funcionários da 1ª Inspetoria do SPI, em Manaus, procuraram explicar ao Ten Walter, que a região onde pretendia fazer as observações astronômicas, nos rios Jauaperí e Alalaú, eram habitadas por índios ainda arredios, que face ao comportamento dos invasores de seus territórios, estes poderiam reagir com atitudes belicosas à presença de sua equipe de trabalho.

Advertiram ainda os funcionários da 1ª Inspetoria do SPI, para as dificuldades que a expedição iria encontrar quanto à navegação, através do rio Alalaú, pois este rio na época encontrava-se com suas cachoeiras e corredeiras com pouca água, dificultando seriamente a navegação de canoas.

Por mais que os funcionários do SPI procurassem cientificar das dificuldades que a expedição iria encontrar, o Ten Walter, demonstrava indiferença aos problemas que iria fatalmente enfrentar. Decidido seguir viagem ao Rio Jauaperí e Rio Alalaú, o Ten Walter, solicitou à 1ª Inspetoria do SPI, em Manaus, que lhe fossem cedidos para a expedição, funcionários experimentados e um dos batelões pertencente ao SPI, para transporte de seu pessoal e material.

A 1ª Inspetoria do SPI, emprestou ao Ten Walter o batelão, denominado de "*Tenente Lira*", e seguiram acompanhando a expedição alguns funcionários experimentados e conhecedores da região.

Antes da partida da Expedição, a chefia da 1ª Inspetoria do SPI recomendou veementemente ao Ten Walter, que tivesse muito cuidado no relacionamento com os índios Waimiri-Atroari, pois estes eram tidos como perigosos, em virtude de sua índole muito desconfiada diante da presença de estranhos em seu território, isto em consequência do sofrimento secular que lhes tinham infringido os civilizados. Entre as recomendações estava a de que o Tenente Walter, levasse na expedição brindes para serem trocados quando do encontro que fatalmente teriam com os índios Waimiri-Atroari, o que poderia ajudar no relacionamento pacífico entre os expedicionários e aquele povo habitante na região dos rios Jauaperí e Alalaú. Em seguida a visita do Tenente Walter à 1ª Inspetoria do SPI, a expedição partiu com destino a área dos índios Waimiri Atroari.

Em menos de uma semana após a partida, a expedição retornou a Manaus, face a uma pane no motor da embarcação. Os funcionários da 1ª Inspetoria do SPI, que seguiram fazendo parte da expedição do Ten Walter. depois de consertado o motor da embarcação, recusaram-se a seguir acompanhando o Ten Walter para dar continuidade à viagem interrompida pela pane do motor.

Alegaram que o Ten Walter não teria seguido os conselhos oferecidos pelo pessoal do SPI que eram conhecedores não só da região como da forma de lidar pacificamente com os silvícolas, e que a forma de agir do oficial norte-americano, fatalmente provocaria nos índios, uma atitude hostil.

A chefia da 1ª Inspetoria do SPI, acatou plenamente a opinião do seu pessoal especializado, principalmente porque aquela chefia tomou conhecimento de que o Ten Walter, não acolhera as sugestões daquela direção, para levar consigo brindes como machados, facões, etc. e em seu lugar levou apenas carteiras de cigarros, que os índios pouco caso fariam com aquele tipo de brinde.

Mesmo sem mandar os funcionários do SPI seguir acompanhando o Tenente Walter, a chefia da 1ª Inspetoria do SPI sugeriu aquele oficial que procurasse na Vila de Moura, pessoal que poderia servir-lhe de guia na expedição que iria empreender aos rios Jauaperí e Alalaú.

O comerciante da Vila de Moura, de nome Raul Vilhena, cedeu ao Tenente Walter, quatro homens conhecedores da região e até com certa prática no relacionamento com índios habitantes na região dos rios Jauaperí e Alalaú.

A expedição partiu da Vila de Moura, em 28 de setembro de 1944, chefiada pelo Tenente Walter Williamson, com destino ao rio Alalaú, tendo como principal objetivo atingirem a Cachoeira conhecida pela denominação de Criminosa.

No dia 17 de outubro, Raul Vilhena, que tinha cedido ao Ten Walter Williamson, 04 homens para servirem de guia à expedição, apreensivo pela demora do seu retorno, enviou correspondência à chefia da 1ª Inspetoria do SPI, em Manaus, informando que até aquela data não tinham retornado, comunicando a sua apreensão pela sorte dos expedicionários e sugerindo que fossem tomadas medidas no sentido de enviar com maior urgência possível, uma equipe de socorro ao rio Alalaú, de preferência por via aérea.

Comunicou ainda Raul Vilhena, que naquela ocasião estava enviando ao rio Alalaú, por via fluvial uma equipe de funcionários seus, para subir o rio Alalaú à procura dos expedicionários. A 1ª Inspetoria do SPI, em Manaus, ao tomar conhecimento dos dizeres da carta enviada por Raul Vilhena, através de seu chefe, entrou em contato com o consulado norte-americano, comunicando o ocorrido.

Na noite do mesmo dia o interventor do Estado do Amazonas convidou a chefia da 1ª Inspetoria do SPI para comparecer ao Palácio, no dia seguinte às oito horas, para tratar do assunto.

No outro dia, no horário estipulado, o próprio Interventor do Estado do Amazonas, Álvaro Maia, acertou com a chefia da 1ª Inspetoria de SPI que seria formada uma nova Expedição que seguiria destino ao rio Alalaú, em busca dos expedicionários chefiados pelo Ten Walter Williamson.

A chefia da 1ª Inspetoria do SPI ainda na reunião realizada no Palácio do Governo do Amazonas quando soube que a Expedição seria composta também com tropa do Exército Brasileiro, firmou posição, e que ficasse bem claro, que o verdadeiro caráter da expedição solicitada pelos norte-americanos, seria apenas de busca e resgate e, em nenhuma hipótese, seria de caráter punitivo, sob pena de não acompanhar a expedição. O próprio interventor do Estado do Amazonas interpelou o Cônsul norte-americano, quanto às intenções da expedição, e na presença do Capitão Dubois, do Exército Norte-americano, tendo recebido como resposta que a expedição tinha apenas o objetivo de recolher os corpos dos norte-americanos e o material por ventura ainda existente da malograda expedição salvando, se possível, também alguma parte dos trabalhos já realizados pelo Ten Walter.

Tendo em vista as intenções pacifistas demonstradas por todos os patronos e membros da expedição, a chefia da 1ª Inspetoria do SPI, aceitou em acompanhar e fazer parte da expedição.

Antecipando-se aos trabalhos da expedição, às 07h30min do dia 23 de outubro de 1944, um avião "*Gruma*", partiu de Manaus com destino à Vila de Moura, levando a bordo a Chefia da 1ª Inspetoria do SPI, o Cônsul norte-americano em Manaus, seu Secretário, o Capitão Dubois, chegando a Moura por volta das 08h30min. Em Moura, os expedicionários encontraram-se com o comerciante Raul Vilhena e que na ocasião já havia chegado a Moura, o único sobrevivente da expedição do Ten Walter, de nome Raimundo Felipe, um dos homens conhecedores da região, gentilmente cedido pelo Sr. Raul Vilhena ao Ten Walter.

Após ouvirem o relato do sobrevivente sobre os acontecimentos no rio Alalaú, ficou decidido de que continuariam sua viagem por via aérea, procurando observar, baseado no relato do sobrevivente, o local onde teria ocorrido o ataque dos índios aos expedicionários.

Passaram a fazer parte da Expedição Aérea o comerciante Raul Vilhena e o sobrevivente da expedição do Ten Walter, que a bordo do avião, orientava o piloto para o local onde teria ocorrido o ataque dos índios. Quando o avião sobrevoou o local só foi possível notar algumas caixas sobre os pedais da cachoeira Criminosa, no rio Alalaú. Após mais voos rasantes e procura de avistar algum outro vestígio sem sucesso, o avião retornou a Moura.

Em Moura, foi tomado por termo o depoimento de Raimundo Felipe e único sobrevivente da expedição chefiada pelo Ten Walter Williamson:

No dia 2 de setembro de 1944, às 13h00min, em duas embarcações chefiadas pelo Ten Walter Williamson, a expedição era composta de 3 oficiais norte-americanos e mais quatro guias, incluindo o próprio Raimundo Felipe. As 17h00min do mesmo dia encostaram as embarcações para pernoite ainda no rio Jauaperí, pernoitando no lugar conhecido como Barreira Branca.

No dia 3 de setembro de 1944, às 06h00min reiniciaram a viagem com destino ao rio Alalaú acampando às 18h00min, para pernoite na ilha do Binanau. A viagem prosseguia sem nenhuma anormalidade.

No dia 28 de setembro de 1944, às 06h00min, seguiram pelo rio Alalaú até acima da cachoeira denominada Cachoeira dos índios. Aí dormiram, passaram os dias 29 e 30, tendo o Tenente Walter Williamson feito a sua primeira observação astronômica.

No dia 30 de setembro de 1944, saíram às 15h00min e foram dormir no Pedral das Palmeiras. Naquele local o Ten Walter fez a segunda observação astronômica.

No dia 1° de novembro de 1944, prosseguiram viagem, atingindo a cachoeira conhecida como Cachoeira Criminosa, por volta das 11h00min. Naquele local, um dos batelões, o de nome Ten Lira, foi atracado onde deveria ficar até o retorno da expedição, que seguiria o rio Alalaú rumo às suas cabeceiras a bordo de uma pequena canoa. No Batelão Tenente Lira, ficaram os mantimentos previstos para o retorno da expedição.

No dia 02 de novembro de 1944, a expedição continuou sua viagem a bordo de uma canoa, deixando para trás o batelão Tenente Lira, sem que ficasse ninguém para tomar conta, subindo os pedrais da Cachoeira Criminosa cuja extensão é de cerca de 3 km. Chegando, entretanto, ao topo da Cachoeira Criminosa, por volta das 14h00min, foram vistas 10 mulheres índias que faziam sinais aos expedicionários. A conselho de Raimundo Felipe, os expedicionários não atenderam os chamados. Um pouco mais acima da cachoeira Criminosa foi armado o acampamento para pernoite.

No dia 04 de novembro de 1944, pela manhã, seguiram viagem até o lugar conhecido como "Repartimento dos Índios" onde penetraram por aquele igarapé, viajando cerca de hora e meia subindo, contra, aliás, a determinação da chefia da 1ª Inspetoria do SPI, em Manaus, que recomendara ao Ten Walter Williamson respeitar e não entrar no referido igarapé. No retorno dormiram na ilha conhecida como ilha do Rio Preto onde o Ten Walter fez sua terceira observação astronômica.

No dia 05 de novembro de 1944, desceram e por volta das 13h00min atingiram o começo da cachoeira Criminosa. Lá encontraram além das índias que avistaram quando subiram o rio, mais 4 índios adultos do sexo masculino e alguns curumins. Os índios novamente acenaram chamando os expedicionários.

Os guias brasileiros aconselharam novamente ao Ten Walter para que evitasse o contato com os índios, e seguissem viagem. O Tenente Walter, não obstante os conselhos ordenou que encostasse a embarcação no local onde se encontravam os índios. Como Raimundo Felipe, que pilotava a lancha [e o único sobrevivente da expedição] desobedecesse, por não querer encostar, o Ten Walter obrigou-o a largar o motor e ao mesmo tempo pilotando a embarcação aproou para a margem direita do rio Alalaú, afirmando:

> *Brasileiro medroso tem medo de índio, eu vou agora tirar fotografia para mandar para América.*

Quando a canoa encostou onde se encontravam os índios, os guias brasileiros permaneceram a bordo e o Sargento Baitz, auxiliar do Ten Walter, um tanto receoso, colocou um pé em terra e outro dentro da embarcação. O Ten Walter Williamson, aproximando-se do grupo de índios ofereceu-lhes cigarros, tendo aceitado e passaram a fumar. Em seguida o Ten Walter, preparando sua máquina, procurava tirar algumas fotos. Os guias brasileiros voltaram a advertir o Tenente para desistir das fotografias, pois estavam notando que os índios estavam muito desconfiados com a máquina fotográfica.

O Tenente não atendendo às observações feitas tomava melhor posição para as fotografias, quando recebeu no peito duas flechas disparadas pelos índios. O Tenente Walter, que se sentindo ferido, jogou a máquina no chão e atirou-se dentro do rio, arrancando as flechas de seu peito. Ao perceberem o desastre que tinha ocorrido todos os expedicionários atiraram-se n'água, tentando fugir a nado. O Sargento Baitz·tendo se atirado n'água não mais voltou à tona, presumindo-se que se tenha afogado, por não saber nadar, ou talvez as piranhas o tivessem exterminado. Os brasileiros Eonio Lemos e Isaías Ovídio, ocultaram-se seguros no motor embaixo da canoa, mas ao serem percebidos pelos índios foram flechados mortalmente. O brasileiro Renato de Araújo foi flechado afundando para não mais voltar. Os índios apoderaram-se da canoa e desceram em perseguição a Raimundo Felipe e do Tenente Walter Williamson que nadavam já distantes do local da tragédia.

Disse Raimundo Felipe, o único sobrevivente do ataque dos índios, que o Tenente Williamson era bom nadador e que mesmo ferido, seguia na frente e que a muito custo Raimundo conseguia acompanhá-lo. No local em plena cachoeira Criminosa, apresenta forte correnteza e isto ajudava-os mais ainda na fuga. A certa altura, segundo afirmou Raimundo Felipe, uma flecha acertou o seu próprio chapéu, que era de "massa" e que por pouco também não tombara sem vida. Com a flechada em seu chapéu, Raimundo Felipe, passou a nadar por debaixo d'água, tentando salvar-se das flechadas. Ao subir à tona, depois de vários mergulhos, teve a felicidade de surgir por detrás de uma pedra da cachoeira, ficando assim protegido das flechadas dos índios. Viu então o Tenente Walter Williamson, que seguia mais a frente nadando a largas braçadas, ajudado pela correnteza do rio, quando foi acertado por uma flecha na nuca e seu corpo inanimado desapareceu num remanso da cachoeira Criminosa. Com um mergulho, Raimundo Felipe, conseguiu passar, sem ser visto, pelos índios, por um dos tombos da Cachoeira Criminosa e ganhou a outra margem do rio, descendo a pé sem alimentação durante 13 dias pela mata até a boca do rio Alalaú [foz do rio Alalaú no rio Jauaperí].

No dia 18 de outubro Raimundo Felipe, ouviu um barulho de motor no rio e gritou por socorro. Era a canoa do Sr. Raul Vilhena que tinha saído de Moura dia 17 à procura dos expedicionários. Raimundo Felipe, magro, quase sem forças, foi recolhido pelos tripulantes da canoa e levado a Moura, onde relatou primeiro todo o ocorrido a Raul Vilhena e à Comissão chefiada pelo Cônsul americano e o Chefe da Inspetoria do SPI, em Manaus. (Este relato foi copiado do relatório do Dr. Alberto Pizarro Jacobina, sobre a ocorrência, datado de novembro de 1944).

Em seguida a Comissão, constituída pelo Dr. Alberto Pizarro Jacobina, Chefe da 1ª Inspetoria do SPI em Manaus, Carlos Pinto Corrêa, inspetor do SPI, Cap Johan E. Du Bois, Ten Conrad Lundgren, Sgt William Thompsom, Ten Itamar Allent, Cb Palheta e mais seis soldados, seguiram viagem ao rio Alalaú, na tentativa de resgatar alguns pertences, ou o que restou da expedição do Ten Walter Williamson.

Poucas coisas conseguiram recolher. Foi encontrado intacto, o batelão Tenente Lira, que pertencia ao SPI e que fora emprestado para compor as embarcações da expedição. Entretanto toda a carga foi destruída. Pelos sinais encontrados na cachoeira Criminosa, a versão apresentada por Raimundo Felipe foi confirmada, não deixando dúvida quanta a ocorrência. Já na volta, a Expedição encontrou um grupo de índios Waimiri-Atroari, que ao avistarem os expedicionários fizeram grande algazarra e acenavam como estivessem chamando. O Dr. Alberto Pizarro Jacobina, acompanhado de seu auxiliar Carlos Pinto Corrêa, numa das canoas da expedição, afastou-se de seu grupo e, levando consigo alguns brindes, tentou um contato amistoso com os índios. Ao aproximar-se do grupo de índios, foi notado que eles também estavam receosos da aproximação da canoa da expedição.

Entretanto Jacobina, procurando expressar-se na língua dos índios, em monossílabos, fazia gestos de amizade, conseguiu encostar sua canoa nas dos índios. Quando isto ocorreu, alguns índios, chegaram a passar para a canoa de Jacobina e ele, passou a distribuir os brindes que levava consigo. Tudo correu de forma amigável e Jacobina, em retribuição aos presentes, recebeu também alguns, como arcos, flechas, bananas e pedaços de carne de anta. As trocas de presentes demoraram cerca de meia hora, e tão logo acabaram, os índios que haviam passado para a canoa de Jacobina retornaram às suas próprias embarcações, e afastaram-se lentamente. Jacobina e seu companheiro Carlos Pinto Corrêa, remaram sua embarcação para junto das outras da expedição. Depois deste contato amistoso. que foi uma vitória do bom senso e do próprio SPI, pois não permitiu qualquer atitude hostil contra os índios, a expedição retornou a Manaus, ciente de que cumprira a missão.

Os Waimiri-Atroari

Os índios conhecidos como Waimiri-Atroari, ou Crichaná, Juaperí, Alalaú, Waitemiri, habitavam a região compreendida desde o rio Urubu, tributário da margem esquerda do rio Negro, até a foz do Rio Jauaperí, subindo por esse rio, até a bacia do seu principal afluente, o rio Alalaú, onde hoje se localiza a maior concentração populacional desses índios. O seu idioma é classificado como do Grupo Karib, em face da semelhança com outras línguas do mesmo grupo linguístico, como os Macuxí, habitantes do Território Federal de Roraima.

Medem aproximadamente 1,80 metros de altura, são fortes e sua pele é de um moreno claro. Cabelos pretos e lisos. Raspam os cabelos da cabeça até um pouco acima da orelha, tanto os homens como as mulheres. Andam normalmente nus. Os homens usam uma espécie de cinta confeccionada com cipó titica que ao mesmo tempo serve de suspensório peniano. As mulheres usam uma espécie de tanga, confeccionada com caroços de bacaba, presos e tecidos de tucum que são fixados na cintura por cordão de fibra também de tucum. A tanga é usada apenas na parte da frente, deixando totalmente descoberto a região glútea.

Confeccionam seus utensílios domésticos com palha de tucum, cipó titica, produzindo balaios, cestas, jamaxis, maquetas, tipitis e peneiras. Utilizam-se também do barro para confeccionar panelas e uma espécie de frigideira para uso no preparo da alimentação.

As suas armas, como o arco, são confeccionadas com o âmago do pau d'arco e medem cerca de 2,10 metros de comprimento, servindo também como Borduna.

As flechas são confeccionadas com taboca e flecheira para o corpo propriamente dito e a ponta ou bico, pode ser de pau d'arco bem afiado, osso de animais silvestres, ou pedaços de facões, devidamente amolados.

Os Waimiri Atroari, ao contrário da maioria dos índios habitantes na Amazônia Brasileira, não são vistos com enfeites corporais, nem mesmo a presença de plumagens foi notada.

Pouco se sabe sobre os rituais dos Waimiri-Atroari, apenas algumas ocorrências foram anotadas como procurarei descrever.

Os mortos dos Waimiri-Atroari são cremados, utilizando-se um jirau de cerca de um metro de altura e o fogo e ateado no espaço existente entre o jirau e o solo. As cinzas dos mortos são jogadas nos rios. Sabre este fato, sabe-se que eles alegam que se deixarem os mortos enterrados, toda vez que passarem no local, terão lembranças tristes dos mortos, por isto optam em cremá-los e jogar as cinzas no rio. Entretanto, esta informação é muito superficial, carecendo maiores estudos sobre o assunto, para poder fazer um comentário seguro.

Os doentes graves são isolados no canto da maloca pertencente ao seu grupo familiar, colocando-se uma pena de gavião nos punhos da rede e embaixo, uma vasilha no chão com água para o doente beber quando estiver com sede, procurando evitar, de qualquer modo, o contato físico com o doente. Sabe-se também que no mês de setembro, que coincide com o período da baixa das águas dos rios, costumam promover festas em suas malocas centrais. Possivelmente dedicada em oferenda às plantações que irão realizar, cujo trabalho ocorre tão logo terminem as festas.

Os Waimiri Atroari vivem principalmente da agricultura. Produzem mandioca, macaxeira, cana-de-açúcar, banana, batata doce e industrializam, de forma artesanal, a farinha. Fazem o plantio e a colheita por etapas. Nunca armazenando o resultado da colheita. Plantam suas roças em épocas e locais diferentes. Ora, próxima à própria maloca, ora entre uma aldeia e outra, nos caminhos que ligam suas povoações. São também hábeis caçadores e pescadores, fazendo parte de seu cardápio, antas, macacos, porcos, jacarés, tartarugas, tracajás e pacas.

Pescam traíra, tucunaré, pirarucu e pirarara. Colhem como alimentos auxiliares, frutas do burití, castanha do Brasil e mel de abelha.

As suas casas constituem em uma construção de troncos fincados no chão em forma oval ou redonda, com duas portas. As paredes da construção são formadas por paus polidos fincados no chão, trançadas com palhas de Ubim ou Buça, não chegando a atingir a altura do teto, deixando uma abertura para entrada do ar e para a saída da fumaça de suas fogueiras. Internamente a maloca contem divisões, formadas por esteios fincados no chão, os quais servem como divisor entre acomodações das famílias e como apoio de suas "*maqueras*", que ficam atadas nesses esteios e nos esteios de sustentação do teto. Em cada divisão interna, vive uma família com todos os seus pertences, como arco, flecha, cestos, jamaxis e maqueiras. No meio da divisão encontra-se sempre uma pequena fogueira, sempre acesa, na qual são preparados os alimentos e serve para esquentar o frio e a fumaça para espantar os mosquitos. Usam como meio de transporte, as ubás, que são canoas construídas de um tronco de madeira cavado no seu âmago e são muito pesadas e de difícil navegação.

Estes dados sobre os índios Waimiri-Atroari foram levantados através de contatos que mantive com aquele grupo tribal e com base também em informações prestadas a mim, pelo Gilberto Pinto Figueiredo e outros colegas de trabalho, que tiveram a oportunidade de conhecerem de perto aqueles índios.

Posto Indígena Irmãos Bríglia

A 1ª Inspetoria do SPI, depois do ocorrido no Posto Manoel Miranda, no rio Camanaú, em dezembro de 1942, quando tombaram sem vida os irmãos Humberto e Luiz Bríglia e seus companheiros insistindo na tentativa de contatar amistosamente com os índios Waimiri-Atroari, organizou uma nova equipe de dedicados indigenistas dispostos ao sacrifício de sua própria vida, para instalarem no mesmo rio Camanaú, um novo Posto Indígena de Atração.

Este Posto, seria instalado, como foi, muito mais acima de onde havia sido instalado o Posto Manoel Miranda, e muito mais próximo das malocas dos índios Waimiri-Atroari.

A direção do Posto Indígena Irmãos Bríglia, denominação esta em justa homenagem aos indigenistas mortos em defesa da causa, foi entregue ao Sr. Luís de Carvalho, que já tinha bastante experiência em contato com índios e demonstrado ser possuidor de conhecimentos necessários para a missão que lhe foi confiada.

Com ele seguiram 12 auxiliares, pessoas também já com experiência no contato com índios em outras áreas e dispostos a realizarem a tarefa de contatar com os Waimiri-Atroari com amor e dedicação.

Entre os expedicionários que chegaram ao Posto Indígena Irmãos Bríglia, destacava-se a figura de D. Cândida, viúva do Sr. Luís José da Silva, primeiro Chefe do Posto Indígena de Atração Mahava, instalado no rio Jauaperí, que morreu em consequência das agressões de Edgar Penha, em defesa do território indígena. D. Cândida, mais tarde casou-se com o indigenista Luiz de Carvalho e com ele seguiu rumo

ao rio Camanaú para a instalação do Posto Indígena Irmãos Bríglia. D. Cândida conhecia bem os índios Waimiri-Atroari, chegando, quando morava no Posto Indígena Mahaua em companhia de seu finado marido Luís José da Silva, a ter como hóspede de sua casa no Jauaperí, quatro índios menores do grupo Waimiri que os tratava como fossem seus filhos. Ela falava fluentemente o idioma dos índios Waimiri-Atroari, talvez uma das únicas pessoas que vieram a dominar a língua daqueles silvícolas. O Posto foi instalado como previra a 1ª Inspetoria do SPI, e Luiz de Carvalho, seguindo as diretrizes fixadas, não procurou forçar o contato com os índios. Preferiu esperar que os índios viessem até o Posto.

Esperou cerca de dois anos e nenhum dos Waimiri Atroari aparecera na sede do Posto, não obstante a aproximação em que se encontrava com relação às suas malocas.

Entretanto, no dia 19 de novembro de 1946, por volta do meio-dia, surgiram na sede do Posto Irmãos Bríglia, cerca de 25 índios Waimiri Atroari, chefiados pelo índio Muxupi, que tinha sido, quando criança, hóspede do D. Cândida no Posto Mahaua no rio Jauaperí.

Muxupi já era um rapaz, pois já se passaram vários anos desde o dia em que ele deixara o convívio com D. Cândida e voltara para a sua aldeia. Isto ocorreu tão logo foi destruído o Posto Mahaua, pelos castanheiros e balateiros, chefiados por Edgar Penha.

D. Cândida estava sozinha em casa na hora em que os índios chegaram ao Posto. Luiz de Carvalho e seus auxiliares estavam para a roça, onde se encontravam trabalhando. A roça ficava um pouco afastada da área da sede do Posto, onde estavam construídas as casas residenciais e sede do Posto.

D. Cândida ao avistar o seu filho adotivo Muxupi, não o reconheceu, chegando a pensar que aqueles índios Waimiri-Atroari que acabavam de chegar de surpresa, iriam atacá-la. Entretanto, reagindo ao susto inicial, procurou conversar com eles, expressando-se no idioma falado pelo grupo. Só assim conseguiu identificar Muxupi, como aquele menino que ela hospedara e tivera como filho adotivo no Posto Mahava. Muxupi também reconheceu D. Cândida como a sua "*Mamãe*" e aceitou o convite para entrar em casa e almoçar com ela.

D. Cândida aproveitou a oportunidade para conversar com todos, perguntando pelos parentes de Muxupi, que conhecera quando ainda morava no Posto Mahua e sobre o conhecido, já naquele tempo, Tuxaua Maruaga. Muxupi, respondeu que Maruaga já estava muito velho e não aguentava mais fazer grandes viagens e ele agora era o chefe daquele grupo. Depois de almoçarem e receberem presentes ofertados por D. Cândida, os índios embarcaram em suas canoas e subiram o rio, rumo às suas malocas, prometendo retornar na próxima lua.

Este contato amistoso mantido com os índios Waimiri-Atroari, por D. Cândida no Posto Irmãos Bríglia em 19 de novembro de 1946, após o que ocorrera no Posto Manoel Miranda, foi considerado pela 1ª Inspetoria do SPI, como um importante marco no relacionamento entre os indigenistas e a comunidade indígena Waimiri-Atroari, no relatório da 1ª Inspetoria do SPI, sobre o fato, D. Cândida foi assim considerada:

> *D. Cândida merece, indiscutivelmente, as glórias dessa pacificação, a ela devemos o êxito de nossa missão, como embaixatriz que foi da paz e da concórdia entre os civilizados e Waimiri, de há muito desavenhos [Relatório de 1ª Inspetoria do SPI, em Manaus, referente às atividades do mês de novembro de 1946].*

Os índios voltaram ao Posto Indígena Irmãos Bríglia, como haviam prometido, E desta vez encontram Luiz de Carvalho e seus companheiros na sede do Posto. Entretanto, segundo D. Cândida, eles estavam desconfiados e bem diferentes de quando lá estiveram em 19 de novembro.

Muxupi, que na primeira visita procurara demonstrar afeição a D. Cândida, durante a nova visita procurava evitar qualquer contato direto com ela. D. Cândida, mesmo notando a diferença de comportamento de Muxupi, procurou desfazer qualquer mal entendido por acaso existente. Fez vestidos para as mulheres índias que vieram acompanhando os seus maridos presenteando-as e elas ficaram muito satisfeitas.

Outros brindes, como machados, facões, arames, foram distribuídos a todos os visitantes, entretanto Muxupi demonstrava sempre certa intranquilidade, e bem diferente de seu comportamento da última visita.

Os índios demoraram na sede do Posto nessa visita 3 dias e após as despedidas prometeram voltar na próxima lua.

Luiz de Carvalho, D. Cândida e seus companheiros, ficaram um pouco apreensivos, pois apesar do contato com os índios ter sido amistoso e alegre, notou-se certa intranquilidade entre eles, principalmente em Muxupi.

D. Cândida estava grávida e esperando o nascimento do bebê para aqueles dias. Luiz de Carvalho já providenciara a vinda de uma parteira que se encontrava hospedada em sua casa no Posto aguardando o dia do nascimento do seu filho. Ela, a parteira, ficou em pânico com a chegada dos índios, pois ela

pessoalmente, não conhecia os Waimiri-Atroari, só tendo notícias deles através de narrativas de massacres e mortes violentas contadas pelos ribeirinhos da região. Mas os índios não chegaram nem mesmo a vê-la, pois enquanto os índios permaneceram no Posto, ela trancou-se em um dos quartos da casa da sede do Posto, de lá só saindo quando os visitantes foram embora.

Dois dias depois da saída do grupo de índios Waimiri-Atroari, chefiados por Muxupi, surgiu novamente no Posto Indígena Irmão Bríglia, outro grupo de índios, não os mesmos que participaram da visita anterior embora estivessem chefiados também por Muxupi. Vieram desacompanhados de mulheres e crianças. Eram só adultos e jovens. Chegaram desconfiados e arredios. D. Cândida procurou conversar com Muxupi, tentando saber quais os motivos do retorno, pois eles tinham partido dizendo que só retornariam na próxima lua, e em poucos dias já tinham retornado. Muxupi desconversava e não respondia as perguntas de D. Cândida.

Falava sobre outros assuntos, mas não explicava a razão do retorno tão rápido. Luiz de Carvalho procurou agradá-los, voltando a distribuir mais pressentes e conseguiu convencê-los a pernoitar no Posto naquele dia. Entretanto pela madrugada partiram do Posto sem se despedirem, como é costume deles. O fato causou apreensão a todos. Na véspera do Natal, dia 24 de dezembro de 1946, o mesmo grupo retornou ao Posto, e sem nenhuma explicação atacou a todos que se encontravam na sede do Posto de Atração Irmãos Bríglia, à flechadas. D. Cândida que se encontrava dentro da casa, quando iniciou o ataque dos índios, ao ouvir os gritos, procurou verificar o que estava acontecendo no pátio, tendo também sido flechada no ombro esquerdo quando saía de casa.

A parteira que se encontrava dentro de casa, trancou-se em um dos cômodos da residência e entrou em pânico gritando e pedindo clemência. Flechada, mas com vida e lúcida D. Cândida ao avistar Muxupi, pediu-lhe que poupasse sua vida e da parteira, explicando-lhe que estava com menino para nascer. Muxupi concordou em deixá-la ir embora. Ela e a parteira e um índio do grupo Ianomâmi, aculturado de nome Raimundo que trabalhava no Posto, foram autorizados a irem embora em uma canoa com motor de popa pertencente ao Posto.

Conta D. Cândida que nada levou de sua casa, saiu de lá do jeito que se encontrava, com a flecha ainda encravada em seu peito e sangrando muito, pois a flecha estava enganchada dentro e não era possível arrancá-la só puxando. Ao passar rumo ao rio D. Cândida avistou o corpo do seu marido Luiz de Carvalho e dos seus companheiros, todos mortos à flechadas. Os três, D. Cândida, o índio Raimundo e a parteira, embarcaram na canoa e começaram a viagem rio abaixo. Na hora da partida, o motor de popa da embarcação não quis pegar, talvez pelo nervosismo em que se encontrava Raimundo, que teve muita dificuldade para fazê-lo funcionar. Mas depois de várias tentativas, Raimundo fez o motor funcionar e o barco seguiu rio abaixo.

Minutos depois da partida, dentro da canoa, nasce o bebé de D. Cândida que continuava com a flecha encravada no seu peito. Somente dois dias depois, após o incidente a canoa chegou a Manaus e D. Cândida recebeu cuidados médicos e a flecha foi retirada do seu corpo.

O menino que nasceu dentro da canoa, nas águas do rio Camanaú, foi batizado com o nome de Luiz Pastana de Carvalho e chegou mais tarde, já

rapazola a trabalhar no Posto de Atração Camanaú, na época em que o Sertanista Gilberto Pinto Figueiredo chefiava a Atração dos índios Waimiri-Atroari.

Somente dois dias depois, após o incidente a canoa chegou a Manaus e D. Cândida recebeu cuidados médicos e a flecha foi retirada do seu corpo. O menino que nasceu dentro da canoa, nas águas do rio Camanaú, foi batizado com o nome de Luiz Pastana de Carvalho e chegou mais tarde, já rapazola a trabalhar no Posto de Atração Camanaú, na época em que o Sertanista Gilberto Pinto Figueiredo chefiava a Atração dos Índios Waimiri Atroari.

Hoje Luiz Pastana de Carvalho, é funcionário da FUNAI e trabalha como vigia noturno do prédio onde funciona a "*Casa do Índio*" em Manaus. D. Cândida Pastana de Carvalho, mora em uma palafita no Igarapé de Manaus, em Manaus, e em condições de vida sub-humanas, recebendo a ajuda de seu filho Luiz Pastana de Carvalho e vive ainda traumatizada pelo que ocorreu naquele natal de 1946.

A Missão Calleri

No início dos trabalhos de construção da BR-174, estrada Manaus-Caracaraí-Boa Vista, a cargo do Departamento Nacional de Estrada e Rodagens [DNER] e do Departamento Estadual de Rodagens do Estado do Amazonas [DER-AM], no ano 1968, contava com um grande obstáculo. O de ter que cruzar a região habitada pelos índios Waimiri-Atroari, índios temidos em toda a região pelas notícias de sua ferocidade e de sua posição contrária à presença de estranhos em seus domínios territoriais.

Inicialmente, era meta dos dirigentes do DER-AM, que antes do início dos trabalhos de desmatamento da estrada nas proximidades da área habitada pelos índios Waimiri-Atroari, que eles já estivessem "*mansos*" e prontos inclusive para participarem, como mão-de-obra (**???**), nos serviços de desmatamento da rodovia BR-174. A FUNAI mantinha na cidade de Manaus, uma unidade administrativa – Delegacia Regional, que através de seu principal funcionário – Sertanista Gilberto Pinto Figueiredo, vinha mantendo esporádicos contatos com alguns índios Waimiri-Atroari, habitantes na região em que a construção da rodovia Manaus-Caracaraí-Boa Vista iria passar.

No rio Camanaú, nas proximidades de sua foz, a FUNAI, mantinha um Posto de Atração, que periodicamente recebia visita dos índios Waimiri, habitantes das malocas construídas nas cabeceiras daquele rio.

Já naquela época Gilberto Pinto Figueiredo, grande conhecedor da região e indigenista assumido, era contrário a construção da rodovia BR-174, que atravessaria todo o território dos índios Waimiri-Atroari.

Gilberto, também era contrário à forma em que os dirigentes do DER-AM, queriam utilizar-se dos trabalhos do pessoal da FUNAI para "*amansarem*" os índios Waimiri-Atroari. Achava aquilo um absurdo, e não estava disposto a aceitar, de nenhuma forma, as propostas formuladas à própria FUNAI, pelo DER-AM.

Talvez por isto, é que a própria FUNAI, através do seu Presidente na época – Queiroz Campos, afastou da área dos índios Waimiri-Atroari, o Sertanista Gilberto e aceitou que em seu lugar fosse nomeado para a missão do "*amansar*" os índios Waimiri Atroari o Padre Italiano Giovanni Calleri, membro atuante da Prelazia da Consolata em Roraima. Padre Calleri, pouca experiência tinha de como lidar com os índios, principalmente com os índios que se candidatara a "*amansar*" no caso os índios Waimiri-Atroari.

Apenas por duas vezes, Padre Calleri, visitara aldeias indígenas no Brasil. Os contatos que manteve foram com os índios Ianomâmi. Uma vez, quando se fazia acompanhar do cinegrafista Guilherme Lombardi, da empresa Amplavisão, de Primo Carbonari, visitou a aldeia dos índios Waicá, da grande nação dos índios Ianomâmi.

Ele e o cinegrafista, partindo de Boa Vista, capital de Roraima, seguiram a bordo de canoas até o Rio Negro, subindo por este até a vila de Tapuruquara. E pouco tempo demoraram na aldeia Maturacá, dos índios Ianomâmi. Por falta de habilidade do Padre Calleri, os índios obrigaram tanto o Padre como o cinegrafista a fugirem correndo do local.

A viagem do cinegrafista às aldeias dos índios Ianomâmi acompanhando o Padre Calleri era para o seu pedido, realizar um documentário que seria exibido na Itália, com rendas em benefício das obras missionárias da Prelazia de Consolata de Roraima.

O Padre Calleri, portanto não tinha em seu curriculum, experiência suficiente para substituir na difícil tarefa de contatar com os índios Waimiri Atroari, o Sertanista Gilberto Pinto Figueiredo, que desde sua juventude vinha mantendo contatos amistosos com aquela comunidade indígena. Após o acerto com a FUNAI, DNER e DER-AM, foi organizado às pressas a expedição que tinha como objetivo principal, a pacificação rápida dos índios Waimiri-Atroari, para que quando os trabalhos de desmatamento da estrada Manaus-Caracaraí-Boa Vista, atingissem a área habitada pelos índios, já não fossem empecilhos à implantação da rodovia.

E que, por falta de mão-de-obra na região, eles, Waimiri Atroari, viessem também participar dos trabalhos (**???**) de construção da rodovia.

A Equipe do Padre Calleri, formada por mais 8 homens e 3 mulheres ([4]), que seguiram para o local, em canoas e no helicóptero pertencente ao DER-AM, partindo do acampamento denominado São Gabriel com destino ao igarapé Santo Antônio do Abonari, onde os mantimentos já esperavam a expedição. Duas canoas, com o material mais pesado, já se encontravam no Igarapé Santo Antônio do Abonari, que teriam seguido via helicóptero. Após o translado do material e dos expedicionários chefiados pelo Padre Calleri, seguiram viagem a bordo de duas canoas, subindo o igarapé Santo Antônio do Abonari, rumo às suas cabeceiras e às malocas dos índios Waimiri-Atroari.

Por volta das 17h00 do dia 22 de outubro de 1968, na foz de pequeno igarapé, afluente da margem esquerda do rio Santo Antônio do Abonari, a

---

[4] Na verdade eram 10 expedicionários no total, o chefe da Expedição – Padre Calleri e mais 7 homens e 2 mulheres. (Hiram Reis)

expedição fez o seu primeiro acampamento dentro do território habitado pelos índios Waimiri-Atroari. Por volta das 18h00, depois de instalado o equipamento de radiofonia, foi transmitida a primeira mensagem do Padre Calleri ao pessoal do acampamento do DER-AM, que acompanhava os trabalhos da expedição através do rádio. Eis na íntegra e em fac-símile a Mensagem Oficial n° 01 do Padre Calleri, ao DER-AM:

Fac-símile da Mensagem Oficial n° 01

MO. PR IND – MANAUS

Mensagem Oficial N° 01

Santo Antônio 28.10.68 – 18h00 – Estamos acampados no último braço do Rio Santo Antônio. Foram terminadas satisfatoriamente todas as operações de transporte de carga e homens com avião e helicóptero. Deixamos hoje de manhã com motor de popa o acampamento do DER-AM, do F.N.T. e à tarde o posto da Transcom. Com a nossa chegada todas as equipes da BR-174 deixaram a região. Estamos sós. Amanhã deixaremos o Rio e, por meio de um caminho contamos encontrar-nos, Deus queira sem imprevistos com a primeira maloca de índios.

SDS Padre Calleri

DATA: 22.10.68 *HORA: 20h30min*

RECEBIDO POR RADIOFONIA DO DER-AM

NOME OP. MINEIRO

Na sua mensagem, o Padre Calleri, informava que já se encontrava nas proximidades da primeira maloca dos índios Waimiri-Atroari e pedia a Deus que não ocorresse imprevistos. No outro dia, os expedicionários seguiram viagem rumo à primeira maloca, continuando a navegar por um igarapé até por volta das 11h00, quando encontraram atracadas na margem do igarapé,

8 ubás, num barranco de onde se via um varadouro longo e limpo, fazendo crer que se tratava de um local utilizado pelos índios como porto de embarque e desembarque e que aquele caminho ligava com as malocas dos índios. O Padre Calleri, que desde o início vinha demonstrando total desconhecimento, até mesmo de viajar pela selva e a de navegar em canoas, na ocasião da chegada da expedição no local onde se encontravam as canoas dos índios, mandou que um dos expedicionários disparasse para o alto 8 tiros de rifle, que segundo ele, serviria de aviso aos índios de que a expedição estava chegando ali. O Padre Calleri, com sua lógica absurda nada mais fez, certamente, do que criar apreensão entre os índios. Pois em qualquer país do mundo ou habitat de qualquer povo, os visitantes amigos não chegam disparando suas armas de guerra, e se assim se comportam são considerados como agressores e prontos a qualquer animosidade. Não se sabe de onde ou de quem Padre Calleri aprendeu aquela forma insólita de avisar os índios de sua turbulenta e indesejada chegada.

À noite, o Padre Calleri, depois de instalado o sistema de radiofonia, transmitiu ao DER-AM, a Mensagem Oficial n° 02, narrando em detalhes a sua chegada no "*porto dos índios*" e da forma como chegou.

Fac-símile da Mensagem Oficial n° 2

MO. PR IND – MANAUS

Mensagem Oficial N° 02

Rio Atroari 23.10.68 – 19h30min – Uma janta de farofa no barranco defronte do primeiro posto dos índios Atroari. As aparências indicam que o posto é de grande movimento: oito compridas, mas silenciosas e bem alinhadas, e atrás um varadouro majestoso e severo que deveria levar para as malocas. Nossa primeira canoa penetrou nesta área às 11h30min da manhã'.

Decidimos acampar aqui, pois achamos imprudente invadir o solo dos silvícolas sem estarmos todos unidos. Demos oito tiros ao alto para assinalar aos índios nossa presença, logo em seguida voltamos. Buscamos o restante dos homens e cargas deixadas em nosso último acampamento. Amanhã à noite na nossa radiofonia agiram do meio dos primeiros índios, se Deus quiser.

SDS Padre Calleri

DATA: 23.10.68 *HORA: 20h40min*

RECEBIDO POR RADIOFONIA DO DER-AM

NOME OP. MINEIRO

Os expedicionários passaram a noite acampados no início do varadouro e local que servia de Porto aos índios, sem que aparecesse nenhum sinal dos índios. Ao amanhecer do dia 23 de outubro, o Padre Calleri, ainda pela madrugada, mandou que novamente fossem disparados mais 4 tiros de rifle para o alto, repetindo o aviso aos índios que a Expedição Calleri encontrava-se ali. Os índios não apareceram, como previra o Padre Calleri. Claro que os índios ao ouvirem os tiros, não iriam aventurar-se a ir de encontro a um inimigo tão corajoso, capaz de chegar ao território dos índios Waimiri-Atroari, ir logo disparando suas armas de fogo.

Como os índios não apareceram, o Padre Calleri, resolveu prosseguir a sua viagem pelo igarapé, pois deduziu que seria muito perigoso, principalmente depois dos tiros disparados, seguir viagem para as malocas dos índios Waimiri-Atroari, através do varadouro. A Expedição percorreu cerca de 38 km por dentro do pequeno igarapé, acampando no final do dia nas proximidades de um pântano que tudo indicava estaria bem próximo de uma das malocas dos índios Waimiri-Atroari. À noite, depois de instalado o acampamento, o Padre Calleri voltou a transmitir suas mensagens através de radiofonia para o DER-AM, relatando o ocorrido durante aquele dia.

Fac-símile da Mensagem Oficial n° 3

MO. PR IND – MANAUS

Mensagem Oficial N° 03

Rio Abonari 24.10.68 – Aqui esta manhã às 09h00, o grande Porto e o majestoso varadouro dos Atroari permaneceram em absoluto silêncio. De madrugada repetimos nosso aviso aos índios com outros 4 tiros ao alto, mas ninguém compareceu ou não quis comparecer. Não teria sido difícil contatar com um primeiro grupo no pasto e com esse continuarmos até as malocas.

Mas, não se tendo esta ocorrência, achamos perigoso entrar sozinhos no varadouro, pois se trataria de violação de posse. Decidimos, portanto, tentar atingir as residências indígenas passando pela via considerada neutra, isto é o rio. Saímos as 11h15min, com 5 homens e uma mulher. Percorremos aproximadamente 38 km. Num igarapé que bem cedo andou se acabando num chavascal tremendamente fechado.

Quase todo esse tempo passamos arrastando e torando paus. No fim também o nosso bom Jonhson deu pane. Com os meios imagináveis num labirinto como este, conseguimos remediar. Mais um esforço e logo acampamos na beira, ou melhor, num pântano. Amanhã não será melhor: mas com tudo é bem preferir a dureza no certo que não facilidade no risco.

Até mais, Padre Calleri.

DATA: 24.10.68 *HORA: 20h50min*

RECEBIDO POR RADIOFONIA DO DER-AM

NOME OP. MINEIRO

A noite passou calma, sem nenhum incidente. Ao amanhecer do dia 25 de outubro, foi desfeito o acampamento e os expedicionários prosseguiram viagem. A viagem estava cada vez mais difícil, pois o igarapé era cada vez mais estreito e de difícil navegação, principalmente porque as embarcações estavam carregadas com os mantimentos da Expedição. O Padre Calleri, fazia cálculos de que estariam bem próximos das malocas dos índios Waimiri-Atroari, e que possívelmente, no outro dia, estariam mantendo contato com os índios Waimiri-Atroari. Ainda no igarapé, fizeram o pernoite. Depois de armarem o acampamento e instalado o sistema de rádio, o Padre Calleri, voltou a transmitir suas mensagens diárias ao DER-AM.

Fac-símile da Mensagem Oficial n° 4

MO. PR IND – MANAUS

Mensagem Oficial N° 04

Rio Abonari 25.10.68 – 17h25min – Conforme nossa fácil previsão, hoje a marcha no labirinto não foi nada melhor. Só o transporte de todo o complexo radiofônico [será a primeira vez que este aparelho se permite tal turismo] no meio de pântanos e chavascais, embaixo de chuvas ininterruptas criou não pouco caso sério. Mas uma forte vontade de vencer, igual em todos os componentes da equipe, permitiu-nos de continuar e cobrir uma distância excepcional: conseguimos acampar a uns mil metros da primeira maloca dos Atroari.

Poderíamos bem alcançá-la, mas a hora em que estamos, do descer do Sol, não é oportuna para esta operação. Hoje à noite daremos as últimas instruções de encontro e amanhã, se não houver imprevistos desagradáveis, ataremos nossas redes com as dos índios. Para a próxima noite não está certa nossa possibilidade de comunicação.

SDS Padre Calleri.

DATA: 25.10.68 *HORA: 17h25min*

RECEBIDO POR RADIOFONIA DO DER-AM

NOME OP. MINEIRO

A expedição prosseguiu viagem, no dia 25 de outubro ao amanhecer do dia, ainda a bordo de canoa, que tinha muitas dificuldades na navegação tendo em vista que o igarapé já estava muito estreito. Por volta das 09h00 encontraram encostadas numa das margens do igarapé duas canoas certamente pertencentes aos Waimiri-Atroari.

E ao aproximarem-se das canoas, surgiu repentinamente de dentro do mato um grupo de índios Waimiri, muito desconfiados e arredios, certamente estranhando muito o comportamento daqueles expedicionários, pois normalmente quando os funcionários da FUNAI ou SPI aventuravam-se a irem até aquela área, iam com muita cautela, evitando até a se aproximarem das malocas dos índios Waimiri-Atroari, e isto só acontecia, quando eram convidados pelos próprios índios e muito raramente.

Tão logo os expedicionários desembarcaram, os índios passaram a verificar os objetos que a expedição conduzia. Por curiosidade e talvez por quererem realizar trocas ou receber de presentes aqueles objetos, os índios verificaram tudo que vinha dentro das canoas. O Padre Calleri, de forma descortês, impediu que qualquer índio se apossasse dos objetos que levava na expedição.

De forma autoritária, o Padre Calleri, fez com que os índios participassem da descarga dos objetos que se encontravam a bordo das canoas. Os próprios índios ainda sob o comando do Padre Calleri, construíram nas proximidades de suas malocas, um local para o acampamento da expedição, onde foi instalado todo o equipamento do sistema de radiofonia, e todo o material que compunha a expedição.

Os índios Waimiri-Atroari, por volta das 15h00, como sinal descortesia aos truculentos visitantes chefiados pelo Padre Calleri ofereceram-lhe panelões de bebidas feitas com milho e mandioca. O Padre Calleri, na calmaria dos índios e de sua boa vontade, arriscou-se a entrar no interior da maloca e quando já estava dentro, contou as redes que se encontravam amarradas nos esteios daquela moradia indígena. Tendo o Padre Calleri, registrado a existência de mais de cem redes amarradas nos esteios da maloca.

Baseado em depoimento do único sobrevivente da expedição Calleri, o mateiro Álvaro Paulo, o Padre ao realizar a contagem das redes, fizera apontando com o dedo, fato este, que voltou a causar irritação entre os índios. Por volta das 19h00 o Padre Calleri, voltou a transmitir suas costumeiras mensagens ao DER-AM, quando enviou a Mensagem Oficial n° 05.

Fac-símile da Mensagem Oficial n° 5

MO. PR IND – MANAUS

Mensagem Oficial N° 05

Atroari 1° – 26.10.68 – 19h00 – Estamos acampados com os Atroari na primeira maloca. Foi luta dura, embora usando todos os recursos psicotécnicos de estratégia indigenista, conseguir o que conseguimos sem abandonar uma lógica honesta a primeira operação. Chegamos às malocas, às 24h00. Os índios compareceram de repente no rio; inicialmente se apresentaram medrosos e desconfiados, depois nos ofereceram laranjas e beijus, mas não nos permitiram entrar na maloca. Em seguida, vendo nossa mercadoria, começaram a se agitar usando gestos violentos para tirar tudo. Com calma e serenidade e o máximo acordo entre nós, nada foi permitido [o índio bem sabe que isso está no nosso direito de gente

superior. Só tenta perturbar para conseguir] e o jeito foi resfriar o fogo com o trabalho.

Mediante artifícios oportunos provocamos entusiasmo na turma: improvisadamente criou-se um movimento: os índios mesmos descarregaram a canoa, transportaram e ajeitaram toda a mercadoria, limparam uma área de mato [deixamos a eles escolher], bem ao lado da maloca deles, construíram para nós um bom barracão e instalaram a antena rádio e fizemo-los mesmos por em movimento o gerador, aparelho de Radiofonia e sistema de iluminação. Todo mundo dos Atroari estava suando. O resultado foi dúplice: se acalmaram e se entusiasmaram em fazer eles mesmos as coisas que nós tínhamos medo de fazer. Às 15h00 nos trouxeram, em sinal de amizade, para tomarmos todos juntos, quatro panelões de bebidas.

Quase uns noventa índios nos fizeram a grande festa. Pelas 18h00, e só naquele momento, fomos oferecer presentes pela primeira vez. Porém a distribuição foi organizada em maneira de extinguir qualquer pedido deles, deixando só a nosso critério. Aproveitamos a alegria para par os pés na maloca: contamos mais de um cento de redes. Amanhã iremos ver. Certo que tudo procedera no mesmo sistema: carregar o índio para resfriá-lo. Que Deus nos ajude.

Trans: Padre Calleri

Nesta mensagem o Padre Calleri demonstrou a sua inexperiência de lidar com os índios. Qualificou-se inclusive na condição de pertencente a um "*povo superior*" que seriam os civilizados logicamente incluindo-se e isto projetou perfeitamente a sua filosofia no trato com povos de costume diferentes do seu e que por isto mesmo não possuía as mínimas condições indispensáveis para conviver com povos de culturas diferentes da dele, principalmente um povo habitante da selva, com características dos índios Waimiri-Atroari.

No amanhecer do dia 27 de outubro, no acampamento da expedição, Calleri, que se encontrava instalado ao lado da maloca dos índios Waimiri-Atroari, tudo estava calmo e sem maiores novidades.

O Padre Calleri determinou aos expedicionários que retornassem ao local onde haviam deixado alguns víveres, para transportá-los até ao acampamento onde se encontravam.

Foi muito difícil para o Padre Calleri, convencer alguns índios a acompanhar os expedicionários na tarefa de transportar o material das canoas para o acampamento.

Mudando o hábito de transmitir suas mensagens no final do dia, o Padre Calleri, ligou o sistema de radiofonia e conseguiu contatos com o acampamento do DER-AM, por volta das 08h50 transmitindo a mensagem Oficial n° 06.

Fac-símile da Mensagem Oficial n° 6

MO. PR IND – MANAUS

Missão Alalaú Relatóriol N° 06

Atroari 1° - 26 de outubro às 05h10 – Nossa pequena equipe da frente vai se dividindo ainda. Dois homens e uma mulher irão ficar defendendo novo acampamento Atroari, e três homens tentarão a não fácil empresa de convencer os Atroari 1° para ir juntos, ver varadouro a 45 ou 50 km do acampamento Abonari 3°, para fazer de costa o transporte de toda a mercadoria. A viagem servirá também para localizar, com os índios, as malocas abandonadas.

Até mais. Padre Calleri

DATA: 27.10.68 *HORA: 08h50min*

RECEBIDO POR RADIOFONIA DO DER-AM

NOME OP. JOSÉ RAIMUNDO

Esta foi a última mensagem transmitida pela Expedição Calleri.

O mateiro Álvaro Paulo, conhecido também como Paulo Mineiro, um dos expedicionários da missão Calleri, desde o primeiro contato com os índios Waimiri-Atroari que vinha alertando o Padre Calleri para a forma que tratava os índios. Dizia Paulo Mineiro, que o Padre Calleri ao invés de tratar com respeito e com dignidade os índios, ao contrário, procurava sempre aos gritos, humilhá-los, inclusive ameaçando-os com uma espingarda, quando eles queriam forçosamente apossar-se de algum objeto que a expedição levava. Quando o Padre Calleri apontara a espingarda a um índio que insistia ficar deitado na rede do Padre, Paulo Mineiro, que já conhecia aqueles índios, quando participara de outras expedições da FUNAI naquela região, sentiu que fatalmente os índios iriam reagir. E tentando evitar o pior advertia insistentemente o Padre Calleri para ter cuidado e mudar os seus métodos de relacionamento com os índios.

Como o Padre não lhe dava ouvidos, Paulo Mineiro resolveu desligar- se da expedição retornando com seus próprios meios a Manaus. Começou a construir uma balsa de paus roliços num local onde poderia iniciar sua viagem de retorno. Entretanto já com a balsa pronta, naquele mesmo dia 27 de outubro, antes de iniciar a sua viagem, resolveu voltar ao acampamento para despedir-se de seus companheiros de expedição e apanhar alguns viveres para a sua alimentação na viagem que empreenderia.

Ao aproximar-se da maloca dos índios, notou um silêncio incomum e precavendo-se, passou a caminhar por dentro da mata com muito cuidado, até chegar às proximidades da área da maloca, quando avistou dois corpos, um de homem e outro de uma das mulheres que compunham a expedição, com sinais de violência e em estado inanimado, deduzindo sem dúvida que os índios haviam atacado a equipe do Padre Calleri. Sem ter coragem de fazer maiores averiguações, saiu dali, em desembalada carreira pela selva, abandonando o plano inicial de retorno.

Paulo Mineiro ficou escondido na mata até o anoitecer, quando voltou a empreender sua fuga. Dirigiu-se primeiro a um dos antigos acampamentos, onde teria ficado algum mantimento e apanhando o indispensável para sua viagem de retorno a Manaus, ainda à noite, embarcou na balsa que havia construído para o seu retorno. Descendo o igarapé Santo Antônio do Abonari, quando o dia clareou já se encontrava longe do local onde os índios atacaram a expedição. Dois dias depois, encontrou alguns caçadores que o ajudaram a ir até a cidade de Itacoatiara, onde pode comunicar-se com as autoridades e com o pessoal do DNER-DER-AM denunciando o ocorrido.

Já neste período a direção do DNER-DER-AM, estava preocupada com a sorte da expedição, pois tinham perdido o contato com o Padre, através da radiofonia.

As buscas dos corpos dos expedicionários foram realizadas pela FAB, através do PARASAR, que depois de mais de uma semana de procura, conseguiu encontrar os restos mortais dos inditosos expedicionários, confirmando assim as afirmações e narrativas do mateiro que sobreviveu ao ataque, o conhecido Álvaro Paulo – Paulo Mineiro.

Ataque no Rio Alalaú

No dia 1° de outubro de 1974, o Sertanista Gilberto Pinto Figueiredo Costa, encarregado da Frente de Atração aos índios Waimiri-Atroari, entrou na minha sala de trabalho na sede da FUNAI em Manaus, e demonstrando muita apreensão deu-me ciência de que uma canoa que saíra do Posto de Atração Alalaú I, instalado na foz do rio Alalaú, transportando os funcionários da FUNAI, João Dionísio do Norte, Paulo Ramos e Luiz Braga, no dia 30 de setembro, com destino ao Posto de Atração Alalaú II, instalado à margem esquerda do rio Alalaú, distante cerca de três km do desmatamento da rodovia BR-174 – Manaus-Caracaraí-Boa Vista, ainda não tinha chegado ao seu destino.

Gilberto, na oportunidade, confessou-se apreensivo pelo fato da demora, pois era sabedor de que o funcionário da FUNAI, Mário Alves de Moura, ao descer o rio Alalaú no sentido inverso ao da embarcação ora esperada, no dia anterior da partida da canoa, avistara um grupo de índios Atroari, acampados na margem direita do rio, chegando mesmo a manter conversa com o grupo de índios e prometer que o "*Papai João*" [como era conhecido João Dionísio do Norte pelos índios] no dia 30 de setembro de 1974, estaria naquele local. Tendo os índios, segundo Mário, demonstrado alegria em saber que o João Maracajá – João Dionísio do Norte - viria encontrá-los. Sobre as razões da demora da canoa em chegar ao Posto Alalaú II transportando os funcionários da FUNAI, sob a liderança de João Dionísio do Norte, levantamos várias hipóteses. Poderia ter sido uma pane no motor de popa da embarcação. Poderia ser também que João Dionísio, como era muito amigo dos índios, tivesse sido convidado por eles para visitar as suas malocas.

E por último, os índios poderiam ter atacado a canoa. Embora esta hipótese fosse a mais remota, pois os contatos com os índios Waimiri-Atroari vinham sendo realizados com muita frequência e os índios demonstravam que já tinham confiança e amizade com os funcionários da FUNAI que trabalhavam nos Postos de Atração Alalaú I e Alalaú II. A nossa apreensão aumentou com relação ao desaparecimento dos funcionários da FUNAI que viajavam na canoa com destino ao Posto de Atração Alalaú II, quando o Chefe do Posto Alalaú II, comunicou-nos através de radiofonia, a chegada à sede daquele Posto de 11 índios Atroari todos do sexo masculino e a maioria adultos.

No Posto de Atração Alalaú II, onde esperavam ansiosos pela chegada da canoa conduzindo mais três funcionários da FUNAI, encontravam-se cinco outros funcionários da FUNAI, que ali prestavam serviços, Adão Vasconcelos – índio aculturado do grupo Baniwa, com instrução primária e que a mais de 2 anos trabalhava para a FUNAI naquela Frente de Atração; Esmeraldo Miguel Neto, também índio aculturado do grupo Baniwa e que prestava serviços naquela Frente de Atração também cerca de 2 anos; Evaristo Miquiles, índio do grupo Sateré-Maué, que trabalhava na Frente de Atração do rio Santo Antônio do Abonari e que temporariamente estava prestando serviços naquele Posto, substituindo o funcionário que tinha se afastado do serviço para tratamento de saúde em Manaus; Odoncil Santos, índio do grupo Baré, com 19 anos de idade, com instrução primária completa e que a mais de 1 ano que presta serviço naquela Frente de Atração; Faustino Lima, índio do grupo Baniwa, com seis meses de trabalho na Frente de Atração Waimiri-Atroari. Todos eles, com exceção de Evaristo Miquiles conheciam os índios que acabavam de chegar à sede do Posto e de quem já se consideravam amigos.

Gilberto, devido à demora da canoa transportando os três funcionários da FUNAI, chefiados por João Dionísio do Norte e o surgimento de um grupo de índios no Posto de Atração Alalaú II, alertou aos funcionários que se encontravam no Posto Alalaú II, através de radiofonia, para que tomassem bastante cuidado e ficassem bem atentos com o comportamento do grupo de índios Waimiri-Atroari ora em visita ao Posto. E que sob nenhuma hipótese, se afastassem da sede do Posto, nem viessem a permitir que fosse criado espaço e ambiente para propiciar condições de ação belicosa por parte dos índios. Gilberto temia que se os funcionários saíssem de dentro de casa e se os índios estivessem com o propósito de atacá-los, iriam fazê-lo do lado de fora da casa, com maior espaço para o lançamento de suas flechas.

Adão Vasconcelos, que liderava o grupo de funcionários da FUNAI naquele Posto, respondeu a Gilberto, pelo rádio, que não ficasse preocupado, pois aqueles índios eram conhecidos deles e amigos, principalmente o chefe deles, o índio conhecido como Comprido.

Mesmo assim Gilberto respondeu a Adão, para que mesmo sendo índios conhecidos e amigos, como era o caso daquele grupo, ficassem sempre alertas e seguissem os seus conselhos, pois a demora da chegada da canoa continuava a inspirar-lhe cuidados e que no outro dia ele, Gilberto, estaria seguindo para o Posto em uma aeronave e sair à procura da canoa desaparecida.

Mantivemos naquele dia contato com o Posto de Atração Alalaú II, através da radiofonia até por volta das 20h00. Como tudo se encontrava normal, ficou estabelecido que no outro dia, 02 de outubro, Gilberto voltaria a entrar em contato com o Posto de

Atração Alalaú II, no horário das 08h00 horas para acompanhar o desenrolar dos acontecimentos com os índios ora em visita ao Posto, isto, mesmo estando já preparado para a viagem que iria fazer naquele dia rumo ao Alalaú.

Desde a hora marcada que tentávamos entrar em contato com o Posto Alalaú II através da radiofonia e não conseguíamos. Gilberto que já se encontrava preparado para a viagem ao Alalaú, começou a ficar mais preocupado, por falta de respostas aos chamados através de radiofonia, apressando-se mais ainda para ir logo ao local.

Como até as 10h00 não conseguimos contato com o Posto, resolvemos seguir logo diretamente ao Posto e verificar pessoalmente o que poderia ter ocorrido.

Por volta do meio-dia, a bordo de um avião anfíbio, pertencente à igreja Adventista, pilotado pelo Pastor Daniel, seguimos eu e Gilberto com destino ao Posto de Atração Alalaú II, localizado à margem esquerda do rio Alalaú. Depois de pousar na pista, nas proximidades do igarapé Santo Antônio do Abonarí, onde montamos uma base de apoio aos nossos trabalhos no Alalaú, instalando inclusive no acampamento que improvisamos uma radiofonia SSB à cargo de funcionários da FUNAI, do Posto de Atração Santo Antônio do Abonarí, rumamos ao Posto de Atração Alalaú II, que continuava sem responder aos nossos chamados por rádio.

Às 15h00 aproximadamente avistamos o Posto. O Posto de Atração Alalaú II consistia numa área desmatada de cerca de 500 x 200 m e nessa área existiam plantações de mandioca e cana-de-açúcar. Uma casa construída com paus roliços, coberta de alumínio, servia de sede naquela unidade de Atração.

Uma pequena casa construída com madeira roliça e coberta de palha destinada ao abrigo de índios em visita e um pequeno depósito para combustível completavam as construções existentes naquela área. O Posto estava aparentemente deserto. Avistamos a porta principal, entreaberta e as janelas da casa totalmente abertas. Tudo indicava que os índios teriam atacado os funcionários da FUNAI que ali se encontravam.

O avião continuava sobrevoando, e nós procuravamos avistar em algum lugar os funcionários que lá se encontravam. Não vimos nenhum sinal de vida. Apenas algumas canoas dos índios encostadas no porto do Posto, demonstrava, que os índios Waimiri-Atroari, ainda se encontravam ali.

A situação pareceu muito perigosa para nós, caso o avião pousasse. Tudo indicava que os funcionários do Posto, não mais ali se encontravam ou se estavam no Posto, estariam sem vida ou gravemente feridos. E a nossa presença na área também poderia ser alvo do ataque dos índios, pois tínhamos o mesmo conhecimento e amizade a eles, como os funcionários e companheiros que ali se encontravam.

Tínhamos três opções. A primeira de retornarmos à Manaus, com a alegação de que por falta de segurança, não descemos no Posto Alalaú, e comunicar às autoridades de que o Posto teria sido atacado e que por falta de sinais de vida dos funcionários, que ali se encontravam, eles fatalmente estariam mortos. A segunda era a de descermos no Posto, e conseguir salvar algum possível ferido, que estivesse precisando de cuidados médicos. A terceira era de que ao descermos no Posto, fossemos também atacados pelos índios e não mais poderíamos retornar a Manaus.

Sabíamos de nossa responsabilidade, tanto para os companheiros do Posto de Atração Alalaú II, como para o próprio piloto da aeronave que nos conduzia e que se insistíssemos a descer, ele também correria o mesmo risco que nós.

Depois de algumas voltas sabre a área do Posto, e nossa reunião, ali dentro do avião, decidimos que deveríamos descer, mesmo que aquele ato fosse o último de nossas vidas. Tentaríamos nos precaver do possível ataque. O piloto Daniel, não estacionaria completamente a aeronave, ficaria com o motor ligado e taxiando pelo meio do rio, enquanto eu e Gilberto iríamos até o Posto. Combinamos que ao pisarmos em terra firme, sairíamos correndo em ziguezague para evitar possíveis flechadas. E que se um de nós fosse ferido e não houvesse mais condições de se locomover, o outro não deveria tentar salvá-lo, pois seria muito perigoso. Deixamos com o Pastor Daniel as recomendações, para que caso viéssemos a morrer, avisasse nossos amigos e familiares.

Desta forma, o avião amerissou no meio do rio Alalaú e eu e Gilberto, ainda vestidos, nos lançamos nas águas e nadando com muita pressa nos dirigimos à sede do Posto. Tão logo tomamos pé, saímos correndo em ziguezague, como havíamos combinado, eu pela direita e Gilberto pela esquerda. A porta principal da casa sede estava entreaberta, parecendo esconder alguma pessoa atrás da parede, esperando qualquer movimento. Nada, não tinha ninguém. Eu, ao passar pela porta da cozinha, deparei-me com um dos nossos companheiros caído no chão, com a cabeça decapitada, totalmente separada do corpo. Era o Faustino Lima. Fiz sinal para Gilberto, que se encontrava encostado com as costas na parede da frente da casa, e mostrei-lhe o que acabara de ver.

Gilberto procurava averiguar se dentro da casa ainda tinha alguém, como não foi notado nenhum movimento, ele entrou de uma vez dentro da casa. Segui-lhe e encontramos a casa toda revirada. Brindes, medicamentos, utensílios jogados no chão. O aparelho de radiofonia SSB, partido a machadadas. Nenhum outro sinal dos nossos companheiros foi encontrado. Apenas o corpo de Faustino Lima, foi encontrado e ainda encontrava-se com sangue escorrendo dos ferimentos que sofrera.

Fizemos sinal ao Pastor Daniel, piloto da aeronave que nos conduzira, ele encostou-se ao barranco, o avião. Ele emprestou-nos uma sacola grande de nylon, e colocamos o corpo de Faustino Lima e embarcamos no avião.

Em seguida saímos à procura de outros sinais que pudessem identificar o que realmente ocorrera no Posto; andamos por toda a área desmatada e não encontramos nenhum sinal. Parecia que os nossos companheiros tinham simplesmente desaparecido.

No Posto, existia uma cachorra que encontramos vindo da mata e ao nos ver latia e corria rumo ao local de onde viera, dando a entender que queria que a acompanhássemos. Resolvemos segui-la e ela, na frente sempre latindo. Na medida em que íamos penetrando na mata a cachorra quando perdia-nos de vista, ficava esperando, prosseguindo tão logo voltava a nos avistar.

A cadela que ia sempre latindo na frente, de repente, deixou de latir e, quando andamos mais uns metros, encontramos a cachorra morta com uma flecha que ainda se encontrava encravada no seu pescoço. Aquele sinal era de que os índios ainda estavam ali e tudo indicava que não queriam que continuássemos seguindo por onde estávamos.

Pensamos também que seríamos atacados naquela hora, foi uma hora bem difícil para nós, pois teríamos que retornar dali, mas não pretendíamos dar as costas para o local onde possivelmente os índios se encontravam. Começamos a retornar tanto eu como o Gilberto, sem virar-nos, andando um pouco de lado, pois temíamos que ao darmos as costas, poderíamos ser surpreendidos por flechadas. Mesmo de frente sabíamos também que estaríamos sujeitos a receber o ataque dos índios. Conseguimos sair daquela parte da mata sem qualquer problema. Apenas notamos movimentos entre as folhagens, e que tudo indicava, na medida em que íamo-nos afastando os índios que se encontravam escondidos na mata, iam trocando de posição.

Ao retornarmos ao Posto, onde o Pastor Daniel tinha ficado sozinho, decidimos tentar mais uma vez encontrar nossos companheiros que ainda encontravam-se desaparecidos, entrando outra vez na mata, só que por outro lado. Novamente penetramos na mata fechada e percorremos uma pequena trilha que existia e que servia ao pessoal do Posto, para realizar alguma caçada. Andamos até o final da tarde sem encontrarmos nenhum sinal. Retornamos ao Posto e como a noite já se aproximava, resolvemos regressar à base de nossos trabalhos de buscas que tínhamos instalado à margem do igarapé Santo Antônio do Abonarí, nas proximidades da Ponte da estrada Manaus-Caracaraí, local onde existe uma pista de pouso, construída pelo 6° BEC.

Chegamos ao campo de pouso, por volta das 18h30min, quase à noite. Retiramos o corpo de Faustino Lima, que trazíamos no avião e tomamos as providências para transladá-lo para Manaus, através de uma ambulância da própria FUNAI, que solicitamos viesse imediatamente para o local.

Pouco depois de nossa chegada ao Campo de Pouso e ao acampamento que havíamos instalado para dar apoio às buscas no Alalaú, uma equipe de companheiros nossos do Posto de Atração Santo Antônio do Abonarí, que desde o meio dia quando, passamos e instalamos a base de apoio, tinha seguido por terra no eixo da rodovia Manaus-Caracaraí a procura de sinais ou de prováveis sobreviventes do ataque dos índios ao Posto de Atração Alalaú II, retornou de sua caminhada e trazia consigo o companheiro Esmeraldo Miguel Neto, que tinha sido flechado no ombro esquerdo, quando se encontrava ainda na sede do Posto de Atração Alalaú II, e que tinha conseguido fugir com vida do local. Conversamos rapidamente com ele, para sabermos exatamente o que acontecera naquela manhã no Posto de Atração Alalaú II e o encaminhamos para Manaus para receber cuidados médicos.

À noite, depois de uma leve refeição em nosso acampamento próximo ao campo de pouso na estrada BR-174 – Manaus-Caracaraí-Boa Vista, as margens do Igarapé Santo Antônio de Abonarí, reunimo-nos Gilberto, Marinélio Machado, chefe do Posto de Atração Santo Amônio do Abonarí e eu, e começamos a procurar uma explicação para as atitudes dos índios Atroari, contra os nossos companheiros do Posto de Atração Alalaú II Conversamos até altas horas. Gilberto, muito abatido como todos nós, repetia sempre:

> *Os índios não podem ter matado João Maracajá, não acredito. Os índios devem tê-lo levado para suas malocas. Os índios adoravam o João.*

Gilberto referia-se ao companheiro João Dionísio do Norte, que junto com 3 outros companheiros, encontravam-se desaparecidos desde o dia 30 de setembro, quando subiam o rio Alalaú numa canoa a motor com destino ao Posto de Atração Alalaú II.

Discutimos muito sobre o problema. Gilberto sempre voltava a levantar a hipótese de que algo muito grave deveria ter acontecido com os índios para motivar uma reação tão drástica. Única explicação que achávamos e o único fato novo na área, que tínhamos conhecimento, era a aceleração da construção da estrada BR-174, com baterias de máquinas pesadas removendo árvores e terra, num trabalho que virava dia e noite. Isto, a nosso ver, poderia fazer os índios pensarem que aquelas máquinas poderiam, também, ir de encontro às suas malocas e suas roças. E assim passamos toda a noite procurando explicação para o que ocorrera. Gilberto muitas vezes dizia-me:

> *Carvalho, estes índios sofreram muito. Foram vítimas de vários massacres por parte dos brancos e essas estradas podem ser vistas pelos índios como um caminho para que os "civilizados" atinjam com maior rapidez as malocas deles e voltem a praticar os massacres do passado.*

Não conseguimos dormir naquela noite. Estávamos nervosos demais e o pensamento fixo, torcendo para que os nossos companheiros que se encontravam desaparecidos ainda estivessem vivos.

E foi com esta esperança, que na manhã do dia seguinte retornamos à área do Posto de Atração Alalaú II, desta vez com mais dois companheiros: Marinélio Machado e o mateiro conhecido pelo apelido de Sacrifício. No Posto de Atração Alalaú II, fizemos nova batida em toda a área e seguindo o relato do sobrevivente Esmeraldo Miguel Neto, dirigimo-nos ao local onde, segundo Esmeraldo, havia sido perpetrado o ataque dos índios contra ele e seu companheiro de infortúnio, Evaristo Miquiles, que tinham saído do Posto juntos com dois índios Atroari a guisa de caçarem pelas redondezas.

Encontramos o local descrito por Esmeraldo e também as flechas disparadas pelos índios e que ainda permaneciam naquele local, mas enfiadas no solo, outras simplesmente jogadas sobre as folhas secas do chão. Encontramos também as botas de Esmeraldo que ali havia deixado na ocasião do ataque dos índios.

Quando recolhíamos as flechas, Marinélio Machado, ao recolher uma flecha que se encontrava encravada no solo a poucos metros de onde nos encontrávamos [Gilberto, Sacrifício e Eu], ao invés de trazer a flecha até onde estávamos, talvez por nervosismo ou imprudência, Marinélio dirigindo-se ao mateiro Sacrifício, jogou a lança, dizendo "*segura*". E a flecha, que tinha a ponta confeccionada em lâmina de facão, lançada por Marinélio para que Sacrifício, a apanhasse, caiu em cima do pé de Sacrifício, de ponta, enfiando-se em seu pé, atravessando inclusive a sua bota e atingindo o solo. Aquele acidente criou um ambiente muito mais nervoso. Sacrifício sentindo-se ferido gritou de dor. Gilberto apressou-se em arrancar a flecha que se encontrava encravada no pé de Sacrifício, e ao mesmo tempo rasgando sua própria camisa, improvisou um curativo para estancar a hemorragia que já começara.

Marinélio, preocupado com o que cornetera, correu para o local, pedindo desculpas a Sacrifício, que ainda gemia de dores. Carregando Sacrifício, que momentaneamente não conseguia caminhar, retornamos ao Posto de Atração Alalaú II, onde havíamos deixado somente o piloto da aeronave que conduzia-nos, o Pastor Daniel, e que nos aguardava muito apreensivo por causa da demora de nosso retorno. Lá no Posto, com ajuda do Pastor Daniel, foi feito novo curativo no ferimento de Sacrifício, que em pouco tempo já se achava em condição de caminhar.

Marinélio e Sacrifício seguiram a pé pela mata na direção do desmatamento da estrada Manaus-Caracaraí, seguindo o mesmo caminho tomado pelos companheiros Esmeraldo Miguel Neto e Evaristo Miquiles após sofrerem ataque a flechas dos índios Atroari. Esmeraldo que já se encontrava em Manaus, hospitalizado, havia nos confessado de que Evaristo, também tinha sido fechado e tentado atingir o desmatamento da estrada. Entretanto devido aos ferimentos não foi possível prosseguir a fuga em companhia de Esmeraldo, que notando a falta de condição de seu companheiro, deixou-o abrigado embaixo de uma árvore e foi em busca de socorro na estrada, quando foi encontrado pela equipe de socorro que seguira por terra, partindo de nosso acampamento nas margens do igarapé de Santo Antônio do Abonarí. Os nossos companheiros da equipe de socorro que estavam percorrendo o desmatamento da rodovia, seguindo as informações de Esmeraldo, estiveram no local onde teria ficado Evaristo e não o háviam encontrando. Agora Marinélio e Sacrifício iriam tentar fazer o mesmo trajeto percorrido por aqueles inditosos companheiros, na tentativa de encontrar Evaristo, que ainda encontrava-se desaparecido. Gilberto e eu voltamos ao avião e seguimos voando acompanhando o curso do rio Alalaú, procurando notar algum sinal de nossos companheiros desaparecidos. Inicialmente seguimos rio acima e ao atingirmos as proximidades das malocas dos índios Atroari, que ficam acima da cachoeira conhecida com "*Criminosa*", pedimos ao Piloto Daniel que sobrevoasse as malocas para observarmos se existiam indícios que nos ajudassem em nossas buscas. Quando sobrevoamos pela segunda vez uma das malocas que tinha dado sinal de que teriam ressoas nas proximidades, os índios atearam fogo nela – um sinal de que possivelmente teria sido aquele o grupo responsável pelo ataque ao P.A. Alalaú II e estavam temendo alguma represália das pessoas que estavam no avião.

Além da maloca incendiada, não constatamos nenhum sinal que nos pudesse ajudar a localizar nossos companheiros desaparecidos. Retornamos rio abaixo, com o avião voando a baixa altitude acompanhando o curso do rio Alalaú. Desta feita, seguimos até o local onde possivelmente teria aportado a canoa que conduzia João Dionísio do Norte e seus companheiros. Ao aproximar-nos do local pedimos ao piloto que amerissasse o avião e seguisse taxiando até uma pequena enseada do rio, conhecida como "*Porto dos índios*". Enquanto o avião permanecia taxiando pelo leito do rio Alalaú Gilberto e eu nos colocamos em cima da aeronave para melhor observar o rio e suas margens, sempre na esperança de encontrar sinal dos desaparecidos.

Ao chegar à enseada "*Porto dos índios*", para onde dirigíamo-nos, o piloto Daniel não conseguiu estacionar a aeronave em condições favoráveis ao desembarque, isto devido à forte correnteza que existia e as inúmeras árvores caídas nas proximidades da margem direita do rio. Gilberto e o Piloto Daniel permaneceram na aeronave e em face do meu peso ser menor, entre eu e o Gilberto, tive a preferência de ser a pessoa que deveria desembarcar e verificar se ali existia algum sinal dos nossos companheiros.

Caminhando por cima de uma das asas do avião, consegui pular em terra. O local realmente era ideal para acampamentos. Existiam árvores frondosas e um pequeno igarapé desembocava no local. O solo estava batido e bem limpo. Caminhando rumo à floresta, distante cerca de 40 metros da margem encontrei um pequeno "*Tapiri*", onde se encontravam pedaços de carne de anta espetados e em posição de estar assando. As achas de madeira que se encontravam embaixo da came, tinham sinais de ter o fogo sido apagado com água e às pressas. Tanto a carne, como as brasas, ainda estavam quentes.

Andei um pouco mata adentro, seguindo por um caminho que se dirigia para a floresta, não encontrando em princípio nenhum sinal, mas sentia um odor de carne em putrefação. Pretendia seguir mais adiante, quando fui advertido por Gilberto, que ainda permanecia na aeronave em pé, de que eu retornasse dali, pois tudo indicava que os índios ainda permaneciam naquele local e escondidos, Realmente, não sei se por causa do nervosismo e da ansiedade que sentia, tudo indicava e eu chegava a sentir que ao meu redor existiam outras pessoas.

Já quando retornava à margem do rio, vi ao lado do caminho, alguns sinais de mata abaixada e de que naquele local fora colocado algum objeto grande e dali saia o odor que eu sentira tão logo descera do avião. Gilberto continuava chamando-me na aeronave, pedindo que eu me apressasse, pois os índios que ali estavam escondidos poderiam tomar alguma atitude belicosa, pois se estivessem com intenções amistosas não estariam escondendo-se.

O avião que já se encontrava com seu motor funcionando, encostou um pouco mais na margem do rio, possibilitando-me que saltasse na asa e entrasse na cabine. Em seguida o avião levantou voo.

Narrei a Gilberto o que vira e que sentira e decidimos formar uma equipe de maior número de pessoas para fazer uma incursão naquele local que, a nosso ver, estavam os corpos dos nossos companheiros João Dionísio do Norte, o "*João Maracajá*", Paulo Ramos e Luiz Braga. Três dias depois, a equipe formada por oito companheiros nossos chefiada pelo Gilberto, encontraram os corpos dos nossos companheiros, no local onde eu havia visto sinal da mata abaixada e com odor de putrefação, mortos a flechadas.

Seguimos rumo ao desmatamento da estrada a fim de apanhar Marinélio e Sacrifício, que tinham seguido por terra acompanhando o itinerário percorrido por Esmeraldo Miguel Neto e Evaristo Miquiles. No local combinado, encontramos Marinélio e Sacrifício que tinham seguido o itinerário e não encontraram nenhum sinal de Evaristo, que ainda continuava desaparecido. Retornamos ao nosso acampamento instalado nas margens do Igarapé Santo Antônio do Abonarí, onde centralizamos as buscas aos companheiros desaparecidos. Ao chegarmos ao acampamento, encontramos mais um dos sobreviventes do ataque dos índios ao Posto Alalaú II. O companheiro Adão Vasconcelos que sofrera ataque dos índios a golpes de facão, tendo conseguido fugir, inicialmente correndo e atravessando o rio Alalaú. Adão teve seu braço fraturado por um golpe de facão. Foi encontrado pela nossa equ1pe de socorro que havia seguido pelo desmatamento da estrada. Adão relatou-nos o episódio em que culminou com o golpe recebido por ele no seu braço esquerdo e a morte de Faustino Lima, cujo corpo já tínhamos encontrado quando da primeira visita ao Posto de Atração Alalaú II e de Odoncil que segundo informou Adão, sofrera também golpes de facão e tentara também fugir atravessando o rio Alalaú, acompanhando Adão. Mas, infelizmente, não tivera a mesma sorte que Adão, pois ao atingir a margem direita do rio Alalaú, foi flechado mortalmente no peito. Após ouvirmos o relato de Adão Vasconcelos, calculamos onde possivelrnente estaria o corpo de Odoncil Santos. Adão seguiu imediatamente para Manaus, onde receberia cuidados médicos. No outro dia pela manhã, o avião, novamente, levou a turma de socorro para prosseguir nas buscas dos desaparecidos. Em seguida, Gilberto e eu rumamos ao ponto onde imaginávamos encontrar o corpo de Odonell, pois a narrativa de Adão, fora esclarecedora de onde poderia estar.

O avião seguiu até o rio Alalaú e amerissou na altura onde a estrada cruza o rio, e dali em diante o avião seguiu taxiando na direção do Posto Alalaú II, eu e Gilberto, subimos para as asas e ficamos observando as margens do rio, local onde segundo nossas previsões e informações de Adão, encontraríamos o corpo de Odoncil. Depois de cerca de 10 inuptos de taxiamento, distante cerca de 200 metros da sede do Posto de Atração Alalaú II, avistamos entre os galhos de árvores caídos no rio, na margem direita do rio Alalaú, um pedaço de pano de cor vermelha, que seria a camisa de Odoncil e quando nos aproximamos do local, constatamos que era o corpo de Odoncil que já se encontrava em adiantado estado de putrefação. Como a aeronave não oferecia condição para resgatarmos o corpo de Odoncil, seguimos até a sede do Posto de Atração Alalaú II e lá, após atracarmos o avião, amarrando-o em um dos mourões do porto, apanhamos uma ubá dos índios Atroari, que ainda se encontrava ali, desde o ataque ao Posto no dia 02 de outubro e, com cordas na mão e remos improvisados com pedaços de tábuas, dirigimo-nos, Gilberto, Piloto Daniel e eu, remando do local onde se encontrava o corpo de Odoncil.

Quando chegamos ao local, em face da forte correnteza do rio, Gilberto, que se encontrava remando na popa da ubá, ficou segurando nos galhos das árvores da margem, para evitar que a ubá, se distanciasse do local onde se encontrava o corpo. O piloto Daniel e eu, tentávamos amarrar uma corda entre os braços do corpo de Odoncil, para poder rebocá-lo até a sede do Posto, onde se encontrava a aeronave, pois a ubá não tinha espaço para tal. Cheguei a mergulhar por debaixo do corpo de Odoncil, para conseguir amarrar a corda com segurança e em condições de rebocá-lo. Como no corpo de Odoncil ainda encontrava-se enfiada a

flecha que o vitimou e o corpo estava flutuando com o rosto voltado para baixo, a flecha, na medida em que passávamos por cima de galhos caídos dentro do rio aí se enganchando, tornou-se mais difícil a remoção do corpo.

Nós, devido à falta de costume de utilizar aquele meio de transporte, aquele tipo de canoa [um tronco de árvore cavado no meio] e com os remos improvisados e inadequados, encontramos muita dificuldade para conseguirmos chegar até uma barcaça pertencente ao 6° Batalhão de Engenharia de Construção, que se encontrava, provisoriamente, ancorada na frente do Posto de Atração Alalaú II. Depois de uma hora remando, conseguimos chegar à barcaça, rebocando o corpo de Odoncil. Imediatamente, Gilberto foi até o avião que se encontrava atracado na frente da casa sede do Posto, buscar lona e plástico para acondicionar o corpo de Odoncil.

Eu e o piloto Daniel começamos a retirar o corpo de Odoncil de dentro d'água para colocá-lo em cima da barcaça, onde seria melhor para o movimentarmos na ocasião de enrolá-lo no plástico e na lona e o embarcá-lo no avião. Quando Gilberto chegou trazendo a lona, conseguimos retirar o corpo de Odoncil. Gilberto arrancou a flecha que ainda se encontrava encravada no peito de Odoncil. O seu revólver ainda continuava em sua cintura no coldre.

Enrolamos o corpo em plástico e lona e embarcamos no avião. O corpo estava muito inchado e em decomposição e para ser possível colocá-lo dentro do pequeno avião, foi necessário retirar um dos assentos. Depois de embarcado o corpo, subimos a bordo e devido o mau cheiro que exalava do corpo, fizemos toda a viagem entre o Posto de Atração Alalaú II e a pista de pouso existente nas

proximidades do acampamento do 6° Batalhão de Engenharia de Construção, com as janelas abertas, dificultando até mesmo a navegação do aparelho.

Após, embarcamos o corpo de Odoncil na viatura que o transportou até Manaus, retornamos as buscas do último possível sobrevivente, Evaristo Miquiles, já ferido por flechadas, mas que havia empreendido fuga rumo ao desmatamento da estrada. Neste resto de dia, não conseguimos nenhum êxito. No outro dia, voltamos às buscas. Uma turma por terra e outra por avião procurando dentro da selva e por todo o desmatamento da estrada algum sinal que pudesse dar pistas para encontrarmos Evaristo.

No final do dia, ao sobrevoarmos o desmatamento da BR-174, vimos um sinal convencionado pelo pessoal de terra que haviam encontrado Evaristo.

Continuando a sobrevoar o local onde teríamos visto o sinal, jogamos alimentos e medicamentos, seguindo para o acampamento instalado na margem do igarapé Santo Antônio do Abonarí, onde seguiu imediatamente outra equipe de companheiros num jipe de encontro a outra que já tinha encontrado Evaristo, mas estava sem condução, com o fim de resgatar o último sobrevivente do ataque, no dia 02 de outubro de 1974.

Evaristo no mesmo dia que foi encontrado deu entrada no Hospital Getúlio Vargas em Manaus ainda com vida, mas infelizmente, dias depois veio a falecer.

Dos dez funcionários da FUNAI que se encontravam no dia 30 de setembro de 1974, nos Postos de Atração Alalaú I e II, no rio Alalaú, seis tombaram sem vida, em sacrifício a uma causa e em defesa dos seus próprios algozes, os índios Waimiri-Atroari.

Manaus-Caracaraí-Boa Vista

Até o ano de 1974, só era possível ir de Manaus ao Território Federal de Roraima, ao Norte do Amazonas, ou por via aérea ou por via fluvial, através de precário sistema de navegação pelos rios Negro e Rio Branco. Seguia-se pelo Rio Negro até a foz do Rio Branco e por esse rio até as grandes cachoeiras ([5]), nas proximidades da Vila Caracaraí já no território de Roraima, e para se seguir até Boa Vista, capital daquele território, teria que se prosseguir a viagem via terrestre.

Várias tentativas foram feitas para que fosse construída uma estrada que ligasse as terras de Roraima ao Estado do Amazonas. A primeira tentativa de construção de uma estrada ocorreu no ano de 1847 e teria o seu percurso seguindo inicialmente o rio Urubu até atingir os campos do então Território Federal do Rio Branco. Entretanto o plano não saiu do papel.

Em 21 de outubro de 1893, foi firmado pelo Presidente da Província do Amazonas um contrato com o Sr. Sebastião José Domingos, para construção de uma estrada ligando Manaus à Vila de Boa Vista, hoje capital do Território Federal de Roraima. (PORFÍRIO DE CARVALHO)

Vide Anexo A

[5] As Corredeiras do Bem-Querer possuem grandes quantidades de penedos, formando corredeiras e pequenas quedas d'água no período da estiagem. (Hiram Reis)

Os trabalhos de construção da estrada foram iniciados em 31 de novembro de 1893 e concluídos em 13 de janeiro de 1895. A construção da estrada foi feita em 14 meses, medindo 815,419 km. Foram cravados em toda sua extensão 816 marcos de 1 m de altura. A estrada tinha uma largura que variava de 05 a 08 m e a travessava 9 rios e 734 igarapés. Não se tem nenhum registro de incidentes graves, envolvendo trabalhadores da estrada e os índios habitantes da região onde a estrada passou. Entretanto em pouco tempo a vegetação cresceu e a estrada ficou novamente intransitável.

Em 1928, L. O. Collins abriu uma "*picada*" ligando Manaus a Boa Vista com 868 quilômetros e 835 metros que a exemplo da primeira estrada em pouco tempo depois de construída ficou completamente intransitável.

Somente na década de sessenta, voltou-se a falar na construção de uma rodovia que ligasse Manaus ao Território Federal de Roraima. Entretanto nada de concreto foi realizado.

No final da década de sessenta, o Brasil firmou vários acordos internacionais, com os países vizinhos e entre eles o de construir uma estrada que tornasse possível a ligação através de rodovia, da região do Prata com os Andes, sem que fosse necessário enfrentar toda a cordilheira. Daí surgiu a idéia da estrada, também conhecida como BV8 ou Transcontinental, que ligaria Buenos Aires, capital da Argentina, Montevidéu, Brasília, Caracas e Bogotá por sistema rodoviário. E a estrada vinha de encontro ao antigo desejo tanto de roraimenses, como dos amazonenses, pois seria a oportunidade de conseguir a ligação através de estrada entre aquelas regiões, através de rodovia, acabando assim com o isolamento daquela região.

A construção da estrada que no trecho Manaus-Boa Vista seria denominada BR-174, atenderia em princípio o acordo firmado com os países vizinhos e atenderia diversos aspectos de interesses nacionais, como político, econômico e militar. Entretanto a rodovia teria que ser construída atravessando a selva amazônica, numa região das mais inóspitas, de difíceis condições de implantação de uma estrada. O traçado da estrada cortava ao meio o território cultural dos índios Waimiri-Atroari, conhecidos na região pela sua agressividade aos não índios e tidos como arredios a toda tentativa de contato.

Entretanto, este fato não foi considerado. A estrada teria que ser construída e era um fato "*irreversível*", aliás, como ultimamente têm sido várias outras obras faraônicas que o governo brasileiro, começa e não chega a concluir ([6]). O Ministério dos Transportes, através do Departamento Nacional de Estradas de Rodagens [DNER], antes do início da construção da estrada propriamente dita, preocupado apenas em evitar que os trabalhos da estrada viessem a ser interrompidos pelos índios Waimiri-Atroari, procurou a Fundação Nacional do Índio [FUNAI], e praticamente exigiu que aquele órgão fizesse o mais rápido possível a "*pacificação*" daqueles índios, no menor espaço de tempo para que quando os trabalhadores da construção da rodovia atingissem a região ocupada pelos índios, esses já estivessem "*mansos*" e até viessem a colaborar como mão-de-obra da construção da estrada ([7]).

---

[6] Porfírio foi punido pelo governo militar em virtude de seu posicionamento contrário à construção da rodovia BR-174, na década de 1970. (Hiram Reis)

[7] Mais uma falácia de Porfírio, em nenhum momento foi sequer aventada a hipótese de se empregar mão-de-obra indígena na construção da estrada. (Hiram Reis)

Para tanto foi organizada uma expedição, formada pelos próprios engenheiros do DNER e alguns militares do Exército Brasileiro, sediados em Manaus, para tentarem eles mesmos o contato direto com os índios Waimiri-Atroari, pois achavam a tarefa fácil, imaginando que bastava explicar aos índios a "*grande vantagem que seria a estrada para eles, que serviria de meio de comunicação entre a região em que moravam com as cidades de Manaus e Boa Vista, além de ser um mercado de trabalho para os índios*" ([8]).

A expedição seguiu ao território dos índios Waimiri-Atroari, por via fluvial, através do rio Camanaú e foram até as proximidades do antigo Posto indígena Irmãos Briglia, do Serviço de Proteção aos Índios [SPI] que se encontrava desativado. Como não chegaram a avistarem-se com os índios, retornaram a Manaus.

A Fundação Nacional do Índio [FUNAI], atendendo solicitação do DNER colocou à disposição daquele organismo Federal, o seu funcionário – Sertanista Gilberto Pinto Figueiredo, com a finalidade de "*pacificar os índios*" Waimiri-Atroari, face às necessidades apresentadas tendo em vista a construção da rodovia.

Inicialmente o trecho da rodovia de Manaus até o rio Alalaú, ficou a cargo do Departamento de Estrada de Rodagens do Estado do Amazonas [DER-AM], permanecendo sob supervisão do Departamento Nacional de Estrada de Rodagens [DNER]. Embora a Fundação Nacional do Índio [FUNAI] houvesse nomeado Gilberto Pinto, para pacificar os índios Waimiri-Atroari, ele tinha sua posição formada com relação ao assunto.

---

[8] Porfírio continua "*fabricando*" narrativas falsas. (Hiram Reis)

Era um sertanista experiente e partidário de que a estrada deveria ter seu traçado alterado e contrário à "*pacificação dos índios*" de forma apressada e de outros métodos preconizados pelos dirigentes do DNER [DER-AM].

Gilberto Figueiredo, no dia 23 de agosto de 1968, subindo o rio Uatumã e depois o seu afluente Rio Abonari, conseguiu encontrar-se com os índios Waimiri-Atroari, quando manteve contatos amistosos e realizou com eles, trocas de presentes. E pretendia Gilberto, já que o traçado da estrada, não era mais possível mudar, segundo as autoridades do DNER, procurar atrair os índios para fora do eixo da estrada, tentando assim evitar maiores problemas para aquela comunidade de silvícolas. Por notarem o posicionamento de Gilberto com relação à estrada e aos índios, o DNER – DER-AM, que tinham pressa em que fosse feita a "*pacificação*" dos Waimiri-Atroari pediram a substituição de Gilberto Pinto, do trabalho de contatar os índios. No seu lugar foi nomeado o Padre Giovanni Calleri, que era conhecido na região pela sua ousadia e forma apressada de "*pacificar*" índios [*Na verdade o Padre Calleri não tinha nenhuma experiência em contato com os índios*] ([9]).

A missão do Padre Calleri era de "*pacificar*" os Waimiri-Atroari com o menor espaço de tempo possível, de acordo com as necessidades do DNER – DER-AM, pois queriam que quando os trabalhos da construção atingissem o território habitado pelos índios, estes já estivessem "*pacíficos*" e mansos, pois pretendiam utilizá-los como *mão-de-obra auxiliar na construção* ([10]).

---

[9] Novamente Porfírio mente. O Padre Calleri tornara-se conhecido por pacificar os índios Ianomâmi na região do Catrimani, na fronteira do Brasil com a Venezuela. (Hiram Reis)

[10] Mentira deslavada. (Hiram Reis)

Infelizmente o apressado ([11]) Padre Calleri, e seus inditosos companheiros de trabalho, foram mortos pelos índios dias depois de penetrarem no território dos índios Waimiri-Atroari. Com a morte do Padre Calleri e de seus companheiros, e ainda por falta de recursos financeiros, a construção da rodovia, foi suspensa temporariamente.

Em fins de 1969 e início de 1970, os trabalhos da construção da Rodovia Manaus-Boa Vista [BR-174], foram reiniciados, e o DNER transferiu a responsabilidade da construção do Departamento de Estrada de Rodagens do Estado do Amazonas [DER-AM] para o 2° Grupamento de Engenharia de Construção [2° Gpt E] – 6° Batalhão de Engenharia de Construção [6° BEC], do Exército Brasileiro.

A Fundação Nacional do Índio [FUNAI], novamente foi chamada a participar dos trabalhos, através da pacificação dos índios Waimiri-Atroari. Só que desta vez, não houve uma participação tão direta do DNER. Os contatos com os índios ficaram exclusivamente a cargo da FUNAI sem nenhuma interferência direta. Novamente os trabalhos de contato com os Waimiri-Atroari, foram entregues ao indigenista Gilberto Pinto Figueiredo, que no período em que a construção da estrada estava parada, continuou seu trabalho junto aos índios, realizando periódicas visitas àquela comunidade indígena.

---

[11] Eu ainda hoje me lembro do Padre João Calleri, hospedado no Adalberto Vale, Colégio de Manaus, onde minhas filhas estudavam. Era de fato uma figura impressionante. Alto, muito forte, bem apessoado, alegre e extrovertido, sincero e cativante, era capaz de inspirar confiança à primeira vista. Tudo nele lembrava o esportista que era. Poderia ter sido um condutor de homens se não tivesse escolhido ser condutor de almas. Por suas atitudes generosas e meigas, as crianças o adoravam, bem como muita gente grande. (Coronel Gélio Augusto Barbosa Fregapani)

Usando métodos de não ingerência na vida dos índios e extremo respeito ao território indígena, Gilberto conseguiu manter contatos amistosos com os Waimiri-Atroari, por muito tempo. Desvinculado dos trabalhos da estrada, Gilberto usava sempre os rios, como caminhos para atingir o território dos índios e para visitas às suas malocas, quando realizava troca de brindes.

Paralelamente à atividade de Gilberto, os trabalhos da construção da estrada prosseguiam o desmatamento com frentes de centenas de homens trabalhando sem descanso, dirigiam-se para dentro do território Waimiri-Atroari. Com a aproximação do desmatamento da estrada ao território dos índios Waimiri-Atroari, Gilberto apreensivo quanto ao possível contato dos índios com os trabalhadores, procurou por diversas vezes o Comandante do 2° Grupamento de Engenharia de Construção – 6° BECnst, para pedir-lhes que fosse instruído a todos que trabalhassem na estrada para que não realizassem nenhuma visita às malocas dos índios.

Gilberto confessou-me várias vezes que sentia que quando fazia essas visitas ao 6° BECnst, e fazia aqueles pedidos de proteção aos índios, não notava entre o Comandante do 6° BECnst e seus auxiliares nenhuma receptividade e isso o deixava temeroso de que seus pedidos não fossem compreendidos e atendidos. As advertências e pedidos de Gilberto resumiam-se sempre em que os trabalhadores da estrada evitassem entrar em contato com os índios e em hipótese alguma procurassem ir até as malocas dos Waimiri-Atroari. Em janeiro de 1973, um dos mateiros empregado no serviço de desmatamento da estrada, desobedecendo as recomendações de Gilberto juntamente com alguns companheiros, esteve visitando uma das aldeias dos índios Waimiri-Atroari.

E lá se comportou de forma abusiva. Teria levado consigo, entre outros objetos, algumas revistas pornográficas, com fotografias obscenas e mostrado às índias e índios. E na ocasião teria tentado acariciar uma das índias que se aproximara. Esse fato irritara profundamente os Waimiri-Atroari.

Poucos dias depois dessa desastrosa visita, os índios atacaram o Posto de Atração Alalaú, instalado no rio Alalaú por Gilberto Figueiredo, matando três funcionários que ali se encontravam no trabalho de manter contatos com os Waimiri-Atroari.

Gilberto ficou magoado com o fato. Pois vinha advertindo o 6° BECnst, para que não permitissem a ida de pessoas às aldeias dos índios. E o fato ocorreu, provocando a revolta dos índios e a morte de três abnegados companheiros de trabalho. Os contatos com os Waimiri-Atroari vinham sendo realizados constantemente de forma pacífica e a presença de forma injuriosa de pessoas nas aldeias dos índios prejudicou todo um trabalho que vinha sendo realizado e a morte de três pessoas o que era o mais grave. (PORFÍRIO DE CARVALHO)

Vide Nota Oficial – Anexo B

Entretanto o Comandante do 2° Grupamento de Engenharia de Construção não aceitou o fato, como de responsabilidade do 6° BECnst que desobedecera as recomendações de Gilberto. O Comandante do 2° Grupamento de Engenharia de Construção, do Exército Brasileiro, em Nota Oficial, publicada em todos os jornais da capital isentou o mateiro que visitara as aldeias dos índios de qualquer responsabilidade das mortes dos funcionários da

Fundação Nacional do Índio, e tentou denegrir a pessoa e o trabalho de Gilberto Pinto Figueiredo e seus companheiros de trabalho, colocando até em dúvida sua competência profissional. Gilberto foi intimado na época, a responder Inquérito Policial [Inquérito aberto pela Polícia Federal em Manaus] que apurava a responsabilidade das mortes que resultaram do ataque dos índios Waimiri-Atroari ao Posto de Atração Alalaú, no rio Alalaú, unidade administrativa da FUNAI. Outras pessoas foram intimadas também a prestar depoimentos. inclusive do Exército, através do 2° Grupamento de Engenharia de Construção – 6° BECnst, que apresentou subsídios através de depoimentos de oficiais que trabalhavam na estrada e fez juntar ao processo a sua Nota Oficial que publicou na imprensa, onde isentava o mateiro Celso Maia, pessoa que teria visitado os índios antes do ataque, e ao mesmo tempo colocava em dúvida os conhecimentos indigenistas de Gilberto Pinto Figueiredo.

Gilberto confessava-me que antes já não era bem visto pelo pessoal do 6° BECnst e com o ataque dos índios ao Posto de Atração Alalau e posicionamento público do Comando do 2° Grupamento de Engenharia de Construção, arravés de Nota assinada pelo próprio General Octávio Ferreira Oueiroz ficou muito mais difícil o relacionamento entre Gilberto e o pessoal do Exército encarregado da construção da BR-174 – Rodovia Manaus-Caracaraí-Boa Vista ([12]). Na região do rio Alalaú e Branquinho, antes da passagem do desmatamento da estrada, foram realizados trabalhos de sondagem do solo através da empresa Lasa Engenharia S/A, que de comum

[12] O relacionamento do Sertanista Gilberto com os militares sempre foi extremamente amigável e respeitoso. Porfírio, tentando enxovalhar o nome do EB, mente descaradamente. (Hiram Reis)

acordo com a FUNAI e as diretrizes preconizadas por Gilberto Figueiredo, o pessoal encarregado do serviço circulou em todo o percurso de onde passaria a estrada, realizando as pesquisas, sem que tivessem o menor incidente com os índios.

O pessoal seguia os seguintes princípios para circular dentro da área dos Waimiri-Atroari:

- ✓ *Não visitar as aldeias;*
- ✓ *Não oferecer presentes aos índios;*
- ✓ *Não caçar no território dos índios;*
- ✓ *Não pescar nas águas dentro do território dos índios;*
- ✓ *Estar vacinado contra moléstias previníveis;*
- ✓ *Não ser portador de doenças contagiosas;*
- ✓ *Nao portar objetos que possam atrair a curiosidade dos índios;*
- ✓ *Não portar armas de fogo.*

O trabalho realizado pela equipe da Lasa Engenharia S/A, cumprindo as normas fixadas por Gilberto, com certeza foi a principal causa da não hostilidade dos índios. Os Waimiri-Atroari, quando da realização dos trabalhos a cargo do pessoal da Lasa Engenharia S/A, visitaram várias vezes os acampamentos de trabalho, mas não ocorreu nenhum incidente.

Tão logo os trabalhos da Lasa Engenharia S/A, foram concluídos, os serviços a cargo do 6° BEC de desmatamento foram aproximando-se do rio Santo Antônio do Abonarí, já dentro do território Waimiri-Atroari. A pedido de Gilberto, a FUNAI, através da 1ª Delegacia Regional em Manaus, passou a cobrar do 6° BEC as normas exigidas e fixadas ao pessoal da Lasa Engenharia S/A, quanto as exigências para a circulação de pessoas dentro do território dos índios Waimiri-Atroari.

Houve imediata resistência do pessoal do Exército que trabalhava na estrada, pois eles não abdicavam da condição de permanecerem armados com arma de fogo. As normas encaminhadas ao 2° Grupamento de Construção – 6° BEC fixava que nenhuma pessoa viesse a circular além da Ponte construída sobre o rio Abonarí, portanto arma rumo ao território Waimiri-Atroari, e que obedecesse às exigências anteriormente fixadas para o pessoal da firma Lasa Engenharia S/A, como não caçar, não pescar, estar vacinado, não visitar as aldeias dos índios, etc...

Estas normas fizeram com que gerasse entre o pessoal do 6° BEC insatisfação, e desrespeitando totalmente as condições fixadas para permanecerem dentro do território Waimiri-Atroari, procuravam sempre impor suas vontades, desconhecendo por completo a presença da FUNAI, através de Gilberto Figueiredo e sua equipe na área dos Waimiri-Atroari.

Algumas vezes quando me encontrava nos Postos de Atração Abonarí e Alalaú, durante a noite, eu cheguei a presenciar, ouvindo tiros de espingarda dentro da mata. Como os Waimiri-Atroari, na época desconheciam o uso de armas de fogo, Gilberto levantava-se de sua rede e junto com os seus companheiros de trabalho fazia buscas na mata tentando localizar o caçador. Uma destas vezes, eu o acompanhei e flagramos um dos trabalhadores da estrada e funcionário do 6° BEC caçando, oportunidade em que Gilberto apreendeu a sua arma. E isto ocorria frequentemente, em total desrespeito as normas fixadas por Gilberto e oficializadas pela própria FUNAI.

A FUNAI através da Sub-Coordenação da Amazônia – SUB-COAMA, em Manaus, por diversas vezes advertiu ao Comando do 2° Grupamento de Engenharia de Construção – 6° BEC, sobre estes

incidentes, alertando sobre o perigo que o nosso pessoal corria toda vez que uma pessoa aventurava-se a caçar dentro do território Waimiri-Atroari. Lembrando sempre que o nosso pessoal era quem ficava mais próximo das aldeias dos índios e por isto seriam os primeiros a serem responsabilizados pelo fato e os primeiros a serem sacrificados, no caso de qualquer ação belicosa por parte dos índios.

Pessoalmente fui várias vezes acompanhando o sertanista Gilberto Pinto Figueiredo apresentar reclamações ao Comando do 2° Grupamento de Engenharia de Construção sobre o comportamento do pessoal do 6° BEC dentro da área indígena. E todas as vezes que estivemos no Comando do 2° Grupamento, em Manaus, a indiferença da chefia era notada, com relação às nossas denúncias.

Certa vez, um dos oficiais do Exército, também certamente do 2° Grupamento, presente àquelas reuniões perguntou-nos se não estávamos sendo exigentes e muito rigorosos, principalmente pelo fato de querer que o pessoal que trabalhava na estrada andasse desarmado, deixando transparecer sem nenhuma reserva que não obedeceriam e nem iriam obedecer às normas fixadas por Gilberto e a própria FUNAI, de que ninguém andasse armado dentro da reserva Waimiri-Atroari.

Mesmo assim, os trabalhos da Rodovia Manaus-Boa Vista – BR-174 andavam em ritmo acelerado, Baterias de máquinas pesadas invadiam e movimentavam-se dentro do território dos Waimiri-Atroari. Sentiu-se nos Postos de Atração Alalaú I, Alalaú II, Abonarí e Camanaú, um movimento incomum dos índios, que desde a entrada na reserva, das máquinas e a grande movimentação na estrada, chegavam em visita aos Postos e pouco demoravam, como normalmente faziam.

Alguns grupos de Waimiri-Atroari surgiram na estrada onde as máquinas movimentavam-se com maior frequência. Gilberto, apreensivo com a situação, circulava entre os Postos Indígenas, e às vezes surgia na estrada, onde estavam os trabalhadores verificando a situação quanto à presença de índios.

Gilberto pessoalmente pediu ao encarregado do serviço de desmatamento, que seguia sempre à frente do trabalho de terraplanagem e aterro, que quando atingissem o rio Alalaú, não construíssem acampamento próximo à margem do rio, para evitar que os índios fossem atraídos ao local, quando passassem em suas canoas no rio, e que viessem a ter, por falta de experiência dos trabalhadores, algum incidente com os índios.

Nesse período, um dos principais líderes dos índios Atroari, conhecido como "*Comprido*", em visita ao Posto de Atração Alalaú II, procurou Gilberto e pediu-lhe com certa insistência que o levasse a Manaus, juntamente com seu filho que o acompanhava na ocasião.

Gilberto temeroso em levar "*Comprido*" a Manaus, pois temia que se levasse Comprido e seu filho a Manaus e lá por mero acaso viessem a contrair alguma doença, por mais simples que fosse, ou mesmo não viessem a gostar da viagem, pudesse provocar uma reação dos índios contra si e seus companheiros de trabalho no Posto de Atração Alalaú II, procurou dissuadi-lo do propósito.

Entretanto Gilberto não conseguiu demovê-lo da ideia. Gilberto então, através da radiofonia, pediu-me que enviasse ao Posto Alalaú II, um avião para conduzir-lhe juntamente com "*Comprido*" e seu filho a Manaus, explicando inclusive a situação.

O avião seguiu imediatamente e Gilberto muito preocupado chegou a Manaus acompanhado de "*Comprido*" e seu filho. Hospedou-se na própria sede onde funcionava a Primeira Delegacia Regional da FUNAI. Ele próprio, Gilberto, alojou-se também ali, para poder dar maior assistência aos visitantes. "*Comprido*" e seu filho, não demonstraram em nenhuma hora, qualquer insatisfação. Muito pelo contrário. Estavam alegres e sorridentes. Gilberto acompanhou-os a passeios por toda a cidade procurando sempre explicar-lhes o funcionamento de cada Instituição visitada.

Gilberto apresentou a "*Comprido*" sua própria família tentando assim estreitar mais ainda os laços de amizade que já vinha existindo entre eles. Os índios estiveram visitando também as famosas lojas de Manaus onde Gilberto comprou alguns presentes para "*Comprido*", seu filho e seus parentes.

No retorno, após três dias de visita a Manaus, a bordo da pequena aeronave que os conduzia, Gilberto procurou mostrar a "*Comprido*" a localização da estrada e das malocas dos índios Waimiri-Atroari.

No sobrevoo, Gilberto ia explicando a "*Comprido*" o que seria a estrada e para que serviria, mostrando a parte próxima a Manaus, onde os caminhões e automóveis circulavam pela rodovia. "*Comprido*" ouvia muito atento as explicações de Gilberto.

O avião, a pedido de Gilberto, sobrevoou uma das malocas dos índios Atroari e "*Comprido*" chegou a reconhecer alguns índios que se encontravam no pátio da aldeia acenando. Ele talvez pensando que seria ouvido pelos seus companheiros que se encontravam nas aldeias, gritava e acenava, tentando fazer-se reconhecer por eles.

Gilberto, como era costume, ao chegar ao Posto de Atração Alalaú II, no rio Alalaú, conduziu Comprido e seu filho numa canoa a motor até o Porto da aldeia onde residia "*Comprido*".

Ao chegar ao porto da aldeia [local de embarque e desembarque nas canoas que é sempre um pequeno igarapé raso onde as canoas dos índios ficam atracadas protegidas da correnteza e de periódicas enchentes] existia um grande número de índios que saudavam alegremente a chegada da canoa conduzida par Gilberto e onde também viajava "*Comprido*" e seu filho.

Os índios ofereceram a Gilberto alguns presentes como bananas e beijus e este após as despedidas retornou ao Posto, certo de que com o passeio de "*Comprido*" a Manaus teria dado um grande passo para a conquista da amizade daquele grupo de índios.

Gilberto, quando retornou ao Posto de Atração Alalaú II, após o pernoite seguiu viagem via fluvial com destino ao Posto de Atração Alalaú I, que se encontrava instalado na foz do rio Alalaú com o rio Jauaperí.

Ao passar no local onde a estrada Manaus – Boa Vista [BR-174] cruza o rio Alalaú viu na margem esquerda um acampamento possivelmente pertencente aos trabalhadores da estrada, encarregados do desmatamento. A presença daqueles trabalhadores naquele local contrariava o acordo e o pedido feito ao 2° Grupamento de Engenharia de Construção – 6° BECnst, para que não instalassem acampamentos na margem dos rios, procurando assim evitar que os índios ao navegarem pelos rios, não fossem atraídos pelos acampamentos e os seus ocupantes.

Gilberto encostou a canoa e foi até o acampamento. Pediu aos trabalhadores que no momento encontravam-se no local, que afastassem as instalações das proximidades do rio. Após fazer algumas advertências aos trabalhadores da estrada sobre a possibilidade de receberem visitas de índios e de evitarem a todo custo de caçarem naquela área, Gilberto continuou sua viagem ao Posto de Atração Alalaú I, muito apreensivo.

Poucos dias depois recebemos radiograma tanto do Posto de Atração Alalaú II como do Alalaú I, informando-nos que durante a noite estavam ouvindo, com bastante intensidade, o barulho das máquinas na estrada. Era também o sinal de que os índios também já estavam ouvindo o ruído provocado pela movimentação das máquinas pesadas em serviço de terraplenagem na estrada, pois suas malocas estavam na mesma distância que separava os Postos de Atração, ao traçado da estrada.

Nesta mesma época, estranhamente a imprensa de Manaus noticiava diariamente assuntos com relação à construção da estrada Manaus – Boa Vista. Ora informava que os índios Waimiri-Atroari tinham atacado os trabalhadores, ora diziam que os trabalhos da estrada estavam prosseguindo sem anormalidades, gerando intranquilidade entre as famílias dos trabalhadores da estrada e que procuravam a FUNAI para ter notícias do que realmente estava ocorrendo. O pessoal da FUNAI, em Manaus, procurava explicar àqueles que procuravam a sede do órgão que tudo ia correndo bem e que não tinha conhecimento até então de nenhum incidente entre trabalhadores e índios. Entretanto as notícias falsas de ataque dos índios aos trabalhadores deixavam-nos apreensivos, pois poderiam estar tentando justificar alguma atitude já tomada ou a tomar.

Antes de 15 dias decorridos da visita que o Capitão "*Comprido*" e seu filho fizeram em Manaus, surgiu nas proximidades do Posto de Atração Alalaú II, um grupo de índios Atroari, que ficaram acampados na margem direita do rio Alalaú.

Mais tarde quando os funcionários do Posto de Atração Alalaú I, chefiados por João Dionísio do Norte [mais conhecido pela alcunha de João Maracajá] foram encontrá-los, foram surpreendidos por eles, em um ataque a flechadas, tendo sido todos mortos.

Simultaneamente outro grupo de índios Atroari surgiu no Posto de Atração Alalaú II, e depois de um dia de visita, atacou os funcionários da FUNAI que se encontravam naquela unidade administrativa.

Os funcionários Adão e Esmeraldo sobreviveram, entretanto, foram gravemente feridos a flechadas e a corte de facão. Morreram, vítimas do ataque dos índios, os funcionários Faustino Lira, Odoncil Santos e Evaristo Miquiles que conseguiu fugir ao ataque dos índios gravemente ferido, mas já no hospital em Manaus, faleceu em consequência de uma flechada no fígado.

Quando em Manaus fomos avisados através de radiofonia do Posto de Atração Alalaú II, que a canoa conduzindo João Dionísio do Norte estava dessaparecida, pois saíra a dois dias do Posto de Atração Alalaú I para o Alalaú II e ainda não havia chegado ao destino, apressamo-nos a deslocarmos para o local, numa tentativa não só de socorrer aqueles nossos companheiros que se encontravam desaparecidos, como também, pessoalmente, procurar avaliar a situação e, se possível evacuar todo o nosso pessoal que se encontrava trabalhando nas frentes de Atração na região dos índios Waimiri-Atroari.

Pois de certa forma já esperávamos a reação dos índios quando as máquinas pesadas passassem a operar nas proximidades das suas malocas. Levantávamos a hipótese de que os índios poderiam pensar que assim como as máquinas, até então desconhecidas deles, derrubavam árvores e removiam terras, poderiam ir de encontro às suas próprias malocas.

Gilberto Figueiredo e eu fretamos um avião anfíbio, pertencente à igreja Adventista de Manaus, sob o comando do Pastor Daniel seguimos com destino ao território dos índios Waimiri-Atroari. Ao sobrevoarmos a área do Posto de Atração Alalaú II, no rio Alalaú, pelo seu estado de abandono, portas abertas, ninguém no pátio deduziu-se que os índios já haviam atacado o Posto e também que os nossos companheiros ja não mais estavam vivos.

Sabendo do risco que corríamos, o de ser possivelmente atacados pelos índios, decidimos descer e ir até o Posto, numa tentativa de salvar possíveis feridos ou até mesmo com nossa presença evitar que os índios continuassem o ataque.

O avião pousou no rio e fomos até o Posto. Na casa sede do Posto só encontramos o companheiro Faustino Lira, que se encontrava morto na cozinha. Pelos sinais ainda de morte recente, deduzimos que o ataque dos índios teria ocorrido minutos antes de nossa chegada, pois o sangue do inditoso Faustino Lira, ainda continuava pingando de seu corpo.

A casa do Posto estava toda revirada. O aparelho de radiofonia destruído. Mas nenhum sinal dos outros companheiros nem dos índios. Apenas na frente da Casa Sede do Posto ainda encontravam-se atracadas 5 ubás pertencentes aos índios, mas nem resumo as canoas pertencentes ao Posto encontramos.

Na tentativa de encontrarmos os outros companheiros, que estavam desaparecidos, eu e o Gilberto entramos na mata à procura de sinais que pudessem levar-nos até eles.

Infelizmente nenhum sinal encontrar-nos dos nossos companheiros. Apenas tivemos certeza que nas proximidades do Posto os índios ainda se encontravam. Um fato que nos deixou muito apreensivos quanto a nossa sobrevivência, foi a de que quando seguíamos rumo à mata, partindo da Casa Sede do Posto uma pequena cadela, pertencente aos nossos companheiros que se encontravam desaparecidos, seguiu-nos, passando a ir como é costume em caminhadas pela mata, sempre à nossa frente. Sempre latindo, a cachorra parecia querer levar-nos a algum lugar, que imaginávamos era o local onde estariam nossos companheiros. Entretanto quando já nos encontrávamos a cerca de 500 metros dentro da mata a cachorra que sempre ia latindo à nossa frente calou-se repentinamente. E quando caminhamos mais alguns metros à nossa frente encontramos a cadela agonizante com uma flecha espetada em seu pescoço. Aquele sinal era evidente que os índios estavam ali e que não queriam que prosseguíssemos em nossa caminhada mata adentro. Retornamos dali, com muita apreensão, pois sabíamos que estávamos correndo sério risco de vida. Entretanto para surpresa nossa conseguimos retornar ao Posto sem nenhum incidente. Por outro caminho continuamos as buscas, à procura de nossos companheiros.

Ficamos, eu e Gilberto, na área dos Waimiri-Atroari, até quando ali já não mais estava nenhum dos nossos companheiros. Conseguimos ainda resgatar com vida, os companheiros Adão Vasconcelos, Esmeraldo e Evaristo Miquiles que veio a falecer no Hospital Getúlio Vargas em Manaus.

Foram dias de angústia e sofrimento para nós, pois cada corpo de companheiro que encontrávamos reaviva a dor e a tristeza. Conseguimos encontrar todos os corpos e transladamos todos para Manaus, onde foram sepultados.

Quando retornamos a Manaus, oficiamos ao 2° Grupamento de Engenharia e Construção um pedido veemente para que mandasse suspender os trabalhos de construção da estrada até que tivéssemos condições de retornar aos Postos de Atração e recompor o nosso pessoal.

Pessoalmente fomos entregar o ofício ao Comandante do 2° Grupamento de Engenharia de Construção, General Gentil. Na ocasião da entrega do documento, o General Comandante, nos fez ciente de que já mandara para as frentes de trabalho da estrada, brigadas de soldados do Exército armados, prontos para "*defenderem a qualquer custo, a continuidade dos serviços de desmatamento e terraplanagem da estrada Manaus-Boa Vista*" ([13]).

Aquela notícia, dada pelo General, deixou-nos perplexos e procuramos argumentar junto ao Comandante que naquele momento não era oportuna à continuidade do trabalho da estrada e muito menos prudente o envio ao local de tropas do Exército *"prontos para defenderem, a qualquer custo, a continuidade dos trabalhos"*, como afirmara.

O General comandante, diante de outros oficiais presentes naquela reunião, respondendo às nossas ponderações afirmou:

[13] Mais uma sórdida falácia do controvertido Porfírio. O efetivo era de um Pelotão de Infantaria do 1° BIS para prover segurança do pessoal do 6°BEC. (Hiram Reis)

A Estrada (BR-174) tem que ficar pronta, mesmo que para isto tenhamos que abrir fogo contra esses índios assassinos. Eles já nos desafiaram muito e estão atrapalhando nossos trabalhos. Temos um compromisso de entregar esta estrada pronta. E não vai ser um grupo de índios assassinos que vai impedir o prosseguimento da obra ([14]).

As afirmações do General Comandante deixaram bem claras as intenções que a missão do grupo de soldados que teria sido deslocada com destino ao território dos índios Waimiri-Atroari. Diante de afirmações tão claras e já decididas não tínhamos mais nada a argumentar. Antes de sairmos da sala, o General Comandante, dirigindo-se ao Gilberto, perguntou:

Que é que você acha disso?

Gilberto com os olhos cheios de lágrimas, mal respondeu. Disse apenas:

General, na tentativa de fazer amizade com os índios Waimiri-Atroari, já morreram entre FUNAI e SPI, mais de 60 funcionários, procurando nunca tomar medidas repressivas contra aquele povo. Agora o que o Senhor está me dizendo que fez e vai fazer, torna o sacrifício dos que perderam suas próprias vidas em defesa daqueles índios em vão.

O General Comandante, apenas respondeu:

Tenho também uma missão a de construir a estrada Manaus-Caracaraí-Boa Vista e terei que cumpri-la. Mesmo que para isto tenha que enfrentar a bala os índios ([15]).

---

[14] Mais uma narrativa falsa construída por um militante da esquerda festiva. O Ten-Cel Lauro Augusto Andrade Pastor Almeida, em fevereiro de 2019, afirmou que estava presente naquela reunião e asseverou que o Gen Gentil disse apenas que a "*construção iria continuar*". (Hiram Reis)

[15] Porfírio continua seu mentirosa discurso. (Hiram Reis)

Diante dessas afirmações e sabedores que os soldados armados já se encontravam dentro da reserva Waimiri-Atroari, podia-se imaginar sem probabilidade de erro, sobre o que estaria acontecendo naquela região.

Saímos da reunião, tristes olhando um para o outro, perguntando-nos: e agora? Tudo que foi feito na defesa dos índios teria sido inútil. Estávamos desolados. Aquela reunião e a posição do General Comandante tinham esclarecido muitas coisas. E nos deixou pensando no que já poderia ter ocorrido dentro da reserva dos índios Waimiri-Atroari sem que soubéssemos e que possivelmente teria sido a causa da ira dos índios contra o nosso pessoal.

Retornamos ao escritório da Coordenação da Amazônia em Manaus, e lá, mais uma vez, eu e o Gilberto, continuamos a discutir o assunto e comentando o posicionamento do Comandante do 2° Grupamento. E sempre nos perguntávamos o que fazer? Diante da posição do General, as possibilidades para continuarmos com as frentes de Atração não existiam. Seria como trabalhar entre dois fogos inimigos. De um lado, os soldados do Exército prontos para o combate tão logo os índios procurassem impedir o andamento dos trabalhos da estrada. Do outro, os próprios índios que vendo nossos companheiros à frente dos soldados, procurariam atacá-los antes do confronto com as Forças Armadas.

A direção da FUNAI, comunicada dos fatos e da intenção das medidas já tomadas pelo Comandante do 2° Grupamento ainda não se pronunciara a respeito. Apenas confirmara nossa decisão de suspendermos os trabalhos de Atração até que pudessem ser tomadas novas medidas com relação ao assunto.

Na região dos índios Waimiri-Atroari, apenas um Posto de Atração permanecia em atividade, o Posto de Atração do Rio Santo Antônio do Abonarí, região de influência dos índios Waimiri, que eram liderados pelo conhecido Maruaga, que desde muitos anos vinha demonstrando cultivar grande amizade aos nossos companheiros daquele Posto, destacando-se a amizade com Gilberto e com o chefe do Posto Marinélio Machado.

Junto com Marinélio ainda permaneciam 6 outros abnegados colegas de trabalho, que talvez por uma questão de honra e fidelidade a Gilberto e amizade dos índios, lá permaneciam independente dos acontecimentos. Mas apesar de se encontrarem dentro da reserva Waimiri-Atroari e de terem conhecimento do que ocorrera com os outros seus companheiros do rio Alalaú, permaneciam lá no Posto Abonarí, sem nenhum temor de que viessem a sofrer um ataque dos índios.

Depois disto, Gilberto que recebera ordens da alta direção da FUNAI de não se afastar de Manaus, através de radiofonia, continuava mantendo diariamente contato com o Posto de Atração Santo Antônio do Abonari.

Em novembro de 1974, a FUNAI resolveu modificar os métodos de trabalho na área dos índios Waimiri-Atroari. Gilberto Pinto Figueiredo, que há mais de 10 anos trabalhava junto aos índios Waimiri Atroari, seria afastado da frente de Atração e no seu lugar seria nomeado o jovem sertanista Sebastião Amâncio da Costa, que naquela época chefiava as frentes de Atração dos rios Itui, ltacoai e Javari, no alto rio Solimões, na área de jurisdição administrativa da Base Avançada de Atalaia do Norte.

Quando a notícia foi dada a Gilberto, de que seria afastado da frente de Atração Waimiri-Atroari, Gilberto ficou muito magoado e triste e chegou a dizer-me: "*e agora o que vou fazer? E os índios, qual vai ser a situação deles?*". Entretanto Sebastião Amâncio que continuava à frente de seus trabalhos na área do alto rio Solimões, ainda não sabia que seria o substituto de Gilberto, pessoa que respeitava muito e era para ele e a grande maioria dos indigenistas que o conhecia, uma espécie de orientador e guia daqueles que realmente abraçaram a causa indigenista.

A direção da FUNAI não definira, entretanto, para onde seria deslocado Gilberto. Apenas decidira que aguardasse o seu substituto, que no caso seria o Sebastião Amâncio da Costa. Gilberto, também estava aguardando o deferimento de seu pedido de aposentadoria que já fazia jus, pelo tempo de serviço prestado ao Serviço Público. Entretanto não era desejo de Gilberto, após aposentar-se, afastar-se do trabalho. Pois o valor que iria receber mensalmente pela aposentadoria do serviço público, era insignificante e para manter-se era necessário continuar trabalhando.

Sebastião Amâncio, quando soube que teria sido nomeado para chefiar a frente de Atração Waimiri-Atroari em substituição a Gilberto, não aceitou a designação e procurando o novo Delegado da FUNAI em Manaus, explicou os seus motivos. Não conhecia os índios, não tinha nenhuma experiência com o grupo Waimiri-Atroari e por isto seria muito difícil e traumatizante o trabalho. E ainda, ele Sebastião Amâncio, estava desenvolvendo um trabalho no alto rio Solimões e gostaria de continuar lá, pois alegava que os contatos com grupos de índios arredios habitantes, naquela região, já haviam começado e a interrupção jogava por terra tudo que tinha sido feito até então.

O Delegado Regional da FUNAI em Manaus, não tinha poderes para modificar uma decisão da alta direção da FUNAI, apenas cumpria ordens para transferir a responsabilidade da frente de Atração Waimiri-Atroari de Gilberto Pinto Figueiredo para Sebastião Amâncio Costa. Sebastião Amâncio, ainda numa tentativa de demover a FUNAI da ideia de nomeá-lo chefe da frente de Atração Waimiri-Atroari, tirou férias e viajou para Brasília, com o intuito de tentar junto à direção da FUNAI, mudar a decisão. A nova direção da Delegacia Regional da FUNAI em Manaus, que substituía o General Coutinho e a minha pessoa à frente da Sub-Coordenação da Amazônia, modificara todo o sistema de trabalho que até então vinha sendo utilizado.

A independência em que agíamos com relação às nossas decisões foi substituída pela política de que tudo deveria ser levado ao conhecimento do 2° Grupamento de Engenharia de Construção para estudo e aprovação. A modificação foi tal e a dependência junto ao Exército chegou a tal nível que foi firmado um acordo de que os funcionários da FUNAI, que prestassem serviços na frente de Atração Waimiri-Atroari, receberiam uma complementação salarial do próprio o 2° Grupamento de Engenharia de Construção, isto visando que fosse aumentado o efetivo de trabalhadores na reserva Waimiri-Atroari, cujos trabalhos até a mudança da direção da FUNAI continuavam desativados.

As normas anteriormente fixadas por Gilberto e a Sub-COAMA em Manaus, para ingresso de pessoas em área indígena, com a necessidade de estarem vacinadas, exames médicos para constatação de não ser portador de doenças infectocontagiosas, foram abandonadas, passando a não exigir absolutamente nada a não ser a ordem do 2° Grupamento de Engenharia de Construção.

Enfim houve praticamente uma intervenção do 2° Grupamento, na direção da FUNAI, em Manaus, principalmente nos trabalhos realizados pela frente de Atração Waimiri-Atroari. No dia 20 de novembro de 1974, no acampamento do Exército – 2° Grupamento [6° BECnst], na altura do Km 220 da BR-174 – Estrada Manaus–Caracaraí–Boa Vista, foi realizada uma reunião entre o Comando do 2° Gpt E e a direção da FUNAI no Estado do Amazonas, Sr. Francisco Mont'Alverne Pires, Delegado Regional da FUNAI, e o chefe da Divisão da Amazônia da FUNAI, Major Saul Carvalho Lopes, quando a sorte dos índios Waimiri-Atroari foi traçada. Na reunião do Km 220, os representantes da FUNAI, que assumiram os cargos em Manaus, passaram a submeter-se às ordens do Exército, através do 2° Gpt E, apenas ouviram e anotaram o que o alto Comando daquela corporação já decidira. Ou seja, o de dar continuidade a qualquer preço os trabalhos da estrada, que tinham sido rapidamente interrompidos, após o ataque dos índios ao Posto Indígena Alalaú no rio do mesmo nome, naquelas proximidades.

Entre outras medidas administrativas, que ficaram decididas naquele momento, ficou acertado que além de medidas de defesa que o pessoal do Exército que trabalhavam na estrada já tomara, seriam realizadas dentro da reserva dos Waimiri-Atroari, demonstrações pelo Exército de força bélica através de rajadas de metralhadoras, explosões de dinamites, de granadas, numa tentativa de "*amedrontar*" os índios e evitar que voltassem a interromper o andamento dos trabalhos da estrada ([16]).

---

[16] Inquérito Civil Público n° 1.13.000.001356/2012-07 – Termo de Depoimento de Sebastião Amâncio da Costa: "*José Porfírio de Carvalho não trabalhava lá nesta época. Na época do Gilberto, ele ficava na retaguarda de apoio, era Administrador Regional, oferecia meios para que os trabalhos ocorressem: alimentação, combustível, viatura, armas [apenas para caça e pesca]*".

Os dirigentes da FUNAI, que participaram daquela reunião, não possuíam a mínima formação indigenista e estavam ocupando os cargos de Delegado Regional e Diretor da Divisão Amazônica, por mero acaso e por motivos de ordem particular, ou seja, apenas em função do alto salário que percebiam e para isto mesmo não tinham nenhum compromisso com a causa indígena.

Nem mesmo aquela região onde se encontravam no momento da reunião conheciam, mas apesar de estarem nos cargos a menos de um mês arvoravam-se de conhecedores do problema e diante das afirmações do Sr. Comandante do 2° Grupamento, diziam apenas o "*Sim Senhor*", às ordens do Alto Comando.

Tanto o Sr. Mont'Alverne e o Major Saul, eram conhecidos por suas posições anti-índio e pelas suas posições acomodadas de simples cumpridores de ordens.

E assim, naquela manhã de novembro, foi oficializada a guerra, que desde muito tempo existia contra os índios Waimiri-Atroari, isto com os funcionários da FUNAI, concordando em tudo que lhe foi dito e determinado pelo Alto Comando do 2° Grupamento. E assim os trabalhos de construção da rodovia Manaus-Caracaraí-Boa Vista, continuaram em ritmo acelerado, sem interrupções.

No outro dia, 21 de novembro de 1974, através do Ofício n° 042/E-2 – Confidencial, o Sr. Comandante do 2° Grupamento – General Gentil Nogueira Paes, determinava ao Comandante do 6° BEC que fossem tomadas as medidas repressivas aos índios Waimiri-Atroari para que os trabalhos da rodovia Manaus-Caracaraí-Boa Vista tivessem continuidade.

Ofício n° 42-E2 - Conf - Anexo C

Entre as recomendações do ofício n° 42-E2, destacaram-se os seguintes itens.

- ✓ *Que considerem as visitas amigáveis dos índios como aviso de futuro ataque e que tomem medidas necessárias para retrair ou receber reforços;*
- ✓ *Sejam distribuídos às turmas e grupos, foguetes e bombas do tipo "junino" – para afugentarem os índios, devendo esses artifícios pirotécnicos ser utilizados com parcimônia, para que produzam resultados;*
- ✓ *Esse comando, caso haja visitas dos índios realize demonstrações de força, mostrando aos mesmos os efeitos de uma rajada de metralhadora, de granadas defensivas e da destruição de dinamite.*

Este documento cujo "*Fac-símile*" encontrasse publicado nas páginas seguintes, foi certamente a "*cobertura*" que o comando do 2° Grupamento de Engenharia de Construção, forneceu aos seus comandados pelos atos já praticados e em prática naquele momento dentro da reserva Waimiri-Atroari.

Pois muito antes da realização da reunião entre o 2° Grupamento de e a FUNAI, no Km 220 da rodovia BR-174, já o Sr. Comandante, nos avisara que tomaria as providências determinadas no ofício n° 042-E2 Confidencial datado de 21 de novembro de 1974, quando enviou grupos de soldados armados para a reserva Waimiri-Atroari, com a finalidade de garantir o prosseguimento dos trabalhos da construção da BR-174 [fato já narrado neste livro em páginas anteriores – Visita ao Alto Comando do 2° Grupamento de Engenharia de Construção feita par mim e o Gilberto Pinto Figueiredo].

A reunião do Km 220 da estrada Manaus-Caracaraí-Boa Vista [BR-174] não contou com a presença do sertanista Gilberto Pinto Figueiredo, que embora oficialmente estivesse afastado de suas funções, na realidade continuava de fato comandando as frentes de Atração, esperando que o seu substituto, já nomeado, mas em férias, assumisse a chefia da frente de Atração Waimiri-Atroari.

Aproximava-se o final do ano e as chuvas naquela região intensificavam-se, diminuindo o ritmo dos trabalhos da estrada.

Na área da reserva dos índios Waimiri-Atroari, apenas o Posto de Atração Santo Antônio do Abonari permanecia ativado. Entretanto desde outubro que os índios não apareciam no Posto. O Chefe do Posto, Marinélio Machado, desde junho de 1974, que adiava o período em que deveria afastar-se do trabalho em gozo de férias regulamentares.

E, apenas por necessidade do serviço e em solidariedade a Gilberto e seus companheiros de trabalho, permaneceu no trabalho até o mês de dezembro. Com a proximidade das festas de fim de ano, Marinélio Machado, afastou-se da chefia do Posto de Atração Waimiri-Atroari Santo Antônio do Abonari e entrou em gozo de férias, que em diversas ocasiões fora adiada.

Embora a chefia do Posto Santo Antônio do Abonari, ficasse a cargo de outro colega também muito experiente, Gilberto, com a saída de Marinélio Machado da chefia do Posto, ficara muito preocupado com sua ausência na área. Entretanto a turma que permanecia no Posto de Atração Santo Antônio do Abonari, já desde muito trabalhava sob a orientação de Gilberto e tinha experiência no trato com os índios.

No Posto, existia um estoque de brindes relativamente suficiente para atender a visita de qualquer grupo de índios e todo o equipamento do Posto funcionava bem. Inclusive a radiofonia SSB que a qualquer hora entrava em contato com a sede da FUNAI em Manaus e com outros Postos indígenas da região.

Além disto, a sede do Posto Santo Antônio do Abonari II, ficava a cerca de uma hora distante de viagem de canoa a motor da estrada BR-174, já transitável por veículos, partindo-se de Manaus em direção a Caracaraí.

Nas proximidades da Ponte construída sobre o rio Santo Antônio do Abonari, a cerca de dois quilômetros do rio, encontrava-se instalado um acampamento do 6° BECnst, no Km 220, que servia de base aos trabalhos de construção da estrada dentro da reserva Waimiri-Atroari.

No acampamento do Km 220, do 6° BECnst, desde o ataque dos índios ao Posto da FUNAI, no rio Alalaú, em outubro/74, permaneciam de prontidão grupos de soldados do exército fortemente armados que periodicamente e sistematicamente faziam excursões dentro da Reserva Waimiri-Atroari, sempre se utilizando de caminhões e jipes nos locais transitáveis, seguindo ainda em longas caminhadas realizando o "*Patrulhamento a pé*".

Mas, quando se aproximava o final da semana, os trabalhos da construção da rodovia eram suspensos e tanto os oficiais chefes de turmas, peões e soldados, retiravam-se da área e seguiam para

Manaus, para passarem o fim de semana, só retornando às vezes na terça-feira ([17]).

E naquela época, fim de ano de 1974, os trabalhos da estrada estava praticamente paralisados, pois as chuvas já castigavam bastante aquela região tornando-se quase que impossível a continuidade dos trabalhos de construção da rodovia. Além disto, a maioria dos oficiais do exército que trabalhava na construção da estrada estava entrando de férias ou viajando para as cidades onde residiam seus familiares para passar as festas de fim de ano.

Poucos dias antes do natal, a imprensa de Manaus publicou notícias de que teria surgido nas frentes de trabalho de construção da rodovia Manaus·– Caracaraí – Boa Vista um grupo de índios Waimiri-Atroari e que os trabalhadores estavam temerosos de que eles repetissem o ataque que fizeram aos funcionários da FUNAI, no Posto de Atração do rio Alalaú em outubro daquele ano.

Gilberto, que se encontrava em Manaus, aguardando a chegada de seu substituto foi convocado pela FUNAI, para seguir urgente a área dos índios Waimiri-Atroari para verificar se a notícia publicada nos jornais em Manaus teria fundamento e tomar, se fosse o caso, as providências no sentido de tentar evitar uma ação belicosa por parte dos índios. Gilberto deslocou-se até a área em avião fretado e percorreu toda a extensão da rodovia construída dentro da reserva Waimiri-Atroari e não chegou a constatar a existência de nenhum sinal que pudesse identificar que os índios tivessem estado em algum trecho da estrada em construção.

---

[17] Mentira!!! O falacioso Porfírio altera a seu bel-prazer a informação do nosso chamado "*arejamento*". Os funcionários civis tinham, a cada mês, uma dispensa de seis dias e os militares com familiares em Manaus uma folga de dois fins de semana por mês. (Hiram Reis)

Gilberto ao retornar a Manaus, afirmou que os trabalhos da estrada estavam paralisados e que aquelas notícias de surgimento de índios na faixa em construção da rodovia talvez tivessem sido divulgadas simplesmente para justificar temporariamente a paralização dos trabalhos de construção da estrada e permitir assim que os trabalhadores do 6° BECnst passassem as festas de fim de ano em Manaus com os seus familiares. Informou ainda Gilberto, que até o acampamento do 6° BECnst, no Km 220 da Estrada Manaus·– Caracaraí – Boa Vista, situado nas proximidades do igarapé Santo Antônio do Abonari, encontrava-se praticamente desativado, pois apenas alguns soldados eram vistos montando guarda.

Gilberto passou o natal em Manaus e sempre mantendo contato através de radiofonia com os companheiros que tinham permanecido no Posto de Atração Santo Antônio do Abonari. Tudo naquele posto corria normalmente, até que no dia 26 de dezembro surgiu na sede daquela unidade de Atração, um grupo de índios Waimiri, chefiados pelo conhecido Maruaga, amigo pessoal de Gilberto, e dos funcionários que se encontravam no Posto.

Os índios, como era normal em visitas amistosas, faziam-se acompanhar dos velhos, mulheres e crianças. E tudo indicava que aquela visita era mais uma que periodicamente aquele grupo de índios, fazia ao Posto Santo Antônio do Abonari para realizarem troca de presentes. Entretanto os funcionários que ali se encontravam tão logo surgiram os índios no Posto, comunicaram a sede da FUNAI em Manaus, e entraram em contato com Gilberto através do sistema de radiofonia. Presenciei o contato que Gilberto manteve através de radiofonia com o Posto de Atração Santo Antônio do Abonari. Notei, entretanto, que Gilberto ficara apreensivo com a notícia da chegada dos índios no Posto.

O encarregado do Posto que se encontrava substituindo Marinélio Machado, transmitiu a informação de que os índios estavam perguntando por Gilberto, entretanto afirmou que tudo estava bem e não era necessário o deslocamento de Gilberto ao Posto de Atração Santo Antônio do Abonari. Mesmo assim, Gilberto, preocupado com seus companheiros que se encontravam no Posto de Atração Santo Antônio do Abonari, decidiu ir até ao Posto e foi naquele mesmo dia, fretando uma aeronave, que o deixou no local.

Tão logo Gilberto chegou à sede do Posto Santo Antônio do Abonari, comunicou-se através de radiofonia com a sede da FUNAI em Manaus informando que tudo no Posto estava sob controle e que os índios estavam apenas passeando, como normalmente faziam naquela época do ano, quando as águas dos rios começam a subir de nível. Tanto o Delegado da FUNAI, em Manaus, como o Diretor da Divisão Amazônica da FUNAI, "*responsáveis*" pela área não se encontravam em Manaus. Estavam passando as festas de fim de ano com seus parentes nas cidades que residiam no Sul do país. Entretanto tudo corria bem na sede do Posto de Atração Santo Antônio do Abonari, pois os últimos contatos através da radiofonia do Posto, com a sede da FUNAI em Manaus, informavam que tudo corria sem incidentes e que os índios Waimiri em visita ao Posto, já se preparavam para partir com destino às suas malocas.

No dia 28 de dezembro, num fim de semana, sábado, na sede da FUNAI, em Manaus, tudo estava calmo. Apenas o sistema de rádio comunicação funcionava. Foi mantido o último contato com o Posto de Atração Santo Antônio do Abonari naquele sábado por volta das 11:00 horas. O próprio Gilberto dispensava o radiotelegrafista de voltar a manter contato com ele domingo.

Tudo estava calmo e não tinha motivos para que o Sistema de radiofonia ficasse de plantão no domingo, dia 29 de dezembro de 1974. Aquele, entretanto, foi o último contato com a FUNAI. No domingo, dia 29 de dezembro de 1974, por volta do meio dia, Gilberto Pinto Figueiredo Costa, sertanista, indigenista, estava morto no necrotério do Hospital Getúlio Vargas em Manaus. A notícia oficial – fornecida pelo Exército – 2º Gpt E – 6º BECnst informava que os índios Waimiri-Atroari, tinham atacado o Posto de Atração Santo Antônio do Abonari II e trucidado todos os funcionários da FUNAI que ali se encontravam, com exceção de um, o índio aculturado de nome Ivã Lima Ferreira, que não sabia explicar com detalhes o que realmente acontecera.

O próprio pessoal que se encontrava no acampamento do 6º BECnst, no Km 220, nas proximidades do Igarapé Santo Antônio do Abonari, teria ido em socorro dos funcionários da FUNAI, que se encontravam no Posto de Atração Santo Antônio do Abonari, mas não encontraram ninguém com vida. A Nota Oficial distribuída à imprensa dava conta de que Gilberto e seus companheiros de trabalho teriam sido mortos a flechadas pelos índios Waimiri-Atroari em inesperado ataque que surpreenderam a todos ao amanhecer do dia 29 de dezembro de 1974.

O enterro de Gilberto, inexplicavelmente, foi antecipado das 16:00, para 15:00 horas, e em nenhum momento foi permitido que o caixão funerário fosse aberto pelos seus familiares. Existiam ordens superiores para que o enterro fosse feito o mais rápido possível. E assim foi encerrado mais um capítulo na história dos contatos entre a sociedade nacional e os índios Waimiri-Atroari. Depois do dia 29 de dezembro de 1974, os trabalhos da construção da rodovia Manaus – Caracaraí – Boa Vista, seguiram em ritmo acelerado e a estrada hoje se encontra concluída.

Centenas de caminhões e automóveis circulam diariamente entre as cidades de Manaus e Boa Vista com bastante regularidade na época da estiagem amazônica. Hoje e comum ver índios Waimiri-Atroari trepados nas carrocerias dos caminhões, viajando de um lado a outro da reserva.

Os Waimiri-Atroari, no mês de junho de 1981, foram vítimas de um surto de sarampo, que por falta de assistência da FUNAI, vieram a falecer 21, entre homens e mulheres. O surto espalhou-se entre toda a comunidade Waimiri-Atroari, mesmo entre aqueles que ainda não se deram por vencidos e ainda se encontram residindo no centro da floresta, resistindo de todas as formas ao contato indiscriminado com os transeuntes da BR-174.

Na parte Leste da reserva, na área de influência das nascentes dos rios Alalaú e Uatumã, encontram-se instaladas, em pleno território indígena, empresas de mineração que desde finais de 79 exploram as riquezas existentes naquela área. Uma hidrelétrica está sendo construída no rio Uatumã, na altura da cachoeira conhecida como Balbina, que com o represamento das águas, inundarão cerca de 1/3 de todo o território Waimiri-Atroari. Uma nova estrada esta sendo planejada para ser construída dentro da reserva dos índios Waimiri-Atroari, pois a rodovia existente, parte dela, principalmente a que se encontra dentro da reserva, será inundada pelas águas da represa Balbina, necessitando que seja construída em um novo traçado, outra rodovia, para dar continuidade ao trânsito já existente entre as cidades de Boa Vista e Manaus ([18]). Com a construção da BR-174, os acordos internacionais firmados pelo Brasil, foram cumpridos. A missão do 2°Gpt E – 6° BECnst, foi coroada de êxitos.

[18] Vide Anexo G (Hiram Reis)

Gilberto Pinto Figueiredo Costa

Conheci Gilberto Pinto Figueiredo Costa, em 1972, quando fui transferido de Brasília para Manaus, na condição de funcionário da FUNAI.

Gilberto era um homem simples e fisicamente não aparentava ser um homem ligado a trabalhos na selva. Parecia mais um próspero comerciante do que um homem ligado ao indigenismo. Entretanto, não obstante a sua aparência, foi um dos maiores indigenistas que conheci e como ser humano, um dos melhores.

Liderava no Amazonas os indigenistas e era respeitado por todos que o conheciam. Conhecia todo o Estado do Armazonas e parte de Roraima e era dotado da chamada memória de arquivo. Era capaz de lembrar-se de fatos ocorridos muitos anos atrás. Tinha uma facilidade de localizar processos sobre assuntos indígenas, quando existia necessidade de consultas, sem mesmo consultar qualquer protocolo ou índice, no arquivo "*morto*" da sede da 1ª Delegacia Regional da FUNAI.

Gilberto praticamente conhecia pelos nomes todos os principais líderes indígenas do Amazonas e os principais problemas enfrentados por cada comunidade. Tinha uma forma muito particular de lidar com os índios. Chamava-os sempre de "*parentes*" e gesticulando, mesmo que não conseguisse expressar-se suficientemente para se fazer entender, conseguia conversar com eles. Gilberto, que começara a trabalhar no "*Serviço de Índios*", como ele costumeiramente denominava o indigenismo, aos 15 anos de idade, como servente da 1ª Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios, testemunhara e participara durante 25 anos ininterruptos de todas as atividades daquela unidade regional do SPI.

Chegou até a assumir, por diversas vezes, frentes de Atração, Postos Indígenas e a própria chefia da Primeira Inspetoria Regional do Serviço de Proteção aos Índios. Todos que chegavam no Amazonas e iniciavam-se no "*serviço*" procuravam Gilberto para orientar-se e aprender como lidar com os índios e sobreviver na selva.

Ele parecia inicialmente tentar testar o iniciante no indigenismo. Fazia-lhe ver primeiro as dificuldades que fatalmente encontraria na selva, quando estivesse sozinho ou comandando uma equipe ou chefiando um Posto Indígena.

Tratava-os com rigor quase militar, fazendo-lhes empreender viagens difíceis, racionando-lhe ao máximo a alimentação, para que aprendesse a poupar, para que não viesse a faltar durante o período da viagem.

Submetia os novatos a serviços pesados, como carga e descarga de barcos, caminhadas longas carregando peso, derrubando a machado árvores de grande porte no preparo de terrenos para roçados. Fazia-os participar de construções de acampamentos e ensinava-lhes a controlar os estoques e material sob sua responsabilidade.

Gilberto, tinha um zelo incomum pelos bens públicos. Se faltava uma peça, por mais insignificante que fosse, obrigava o funcionário que tinha o objeto sob sua responsabilidade a repor imediatamente o objeto que sumira. Qualquer objeto ou produto colhido pelo funcionário do SPI ou FUNAI dentro da área indígena, Gilberto o obrigava a pagar, não admitindo em hipótese alguma, que funcionário do órgão se beneficiasse de algum produto ou bens pertencentes às comunidades indígenas.

Por isto, as vezes não era compreendido. Alguns funcionários e subordinados, o achavam exigente demais e que ele procurava desestimular a presença de outras pessoas no trabalho junto às comunidades indígenas.

Mas muitas vezes, Gilberto, confessava-me a preocupação de que era necessário formar turmas novas de indigenistas, para irem assumindo os trabalhos dos mais velhos, e que ele se incluía entre eles.

Mas também era patente o "*ciúme*" que sentia dos índios. Sentimento este, que existia na maioria dos indigenistas, pois cria-se tanta amizade aos índios que se outra pessoa começa também a conviver com eles, a gente sente-se como se fosse colocado um pouco de lado e isto naturalmente pode ser chamado de uma espécie de "*ciúme*". Em razão disto, talvez tenha surgido algum mal-entendido entre os novatos e o Gilberto.

Quando o conheci, Gilberto, já era o encarregado da Frente de Atração Waimiri-Atroari.

Após o ataque dos índios ao Posto de Atração Alalaú II, quando morreram 3 funcionários da FUNAI, que lá se encontravam, Gilberto desativou os trabalhos do Posto, permanecendo apenas em atividades os Postos Camanaú, localizado na foz do rio Camanaú e o Posto Santo Antônio do Abonarí, na foz do Igarapé Santo Antônio do Abonarí, com o rio Uatumã.

Gilberto, na ocasião do ataque dos índios ao Posto de Atração Alalaú II, responsabilizara o mateiro Celso Maia, funcionário do 6° Batalhão de Engenharia de Construção, como principal "*pivot*" de ter provocado a ira dos índios contra os funcionários do Posto de Atração Alalaú II.

Explicava Gilberto, que um sem número de vezes teria advertido ao empreiteiro do desmatamento dos serviços de construção da Estrada Manaus-Caracaraí, que proibisse os seus empregados de irem visitar as aldeias dos índios Waimiri-Atroari, não só por temer que eles fossem portadores de doenças transmissíveis, como também viessem a praticar atos que os índios pudessem interpretar como ofensas ou desfeitas.

Gilberto, por diversas vezes, também advertira o então comandante do 6° Batalhão de Engenharia de Construção, Cel Oliveira para o fato e este, que gratuitamente demonstrava não gostar de Gilberto, não levava em consideração as suas advertências e pedidos.

O Cel Oliveira dizia-se conhecedor da região e da história e hábitos indígenas. Tinha métodos e opiniões próprias de como lidar com os índios. Por isto talvez a sua indiferença aos pedidos e apelos de Gilberto, que por sua vez, não era um homem ligado aos estudos convencionais. Mas por sua vez, era possuidor de grande conhecimento da comunidade indígena Waimiri-Atroari.

Com muita humildade, Gilberto sempre procurava convencer não só o Cel Oliveira, Comandante do 6° Batalhão de Engenharia e Construção (6°BEC), como também o próprio Comandante do 2° Grupamento de Engenharia de Construção, de que era necessário evitar contatos dos trabalhadores e os índios, principalmente porque a maioria dos que trabalhavam na rodovia BR-174 eram pessoas despreparadas para tal e que esses contatos eram perigosos. E que, caso nesse contato entre trabalhadores da estrada e índios gerasse qualquer incidente, os funcionários da FUNAI nos Postos Indígenas de Atração seriam os primeiros a serem sacrificados.

Mas esses argumentos, por serem de Gilberto, não eram aceitos nem considerados. Quando Gilberto teve conhecimento de que o indivíduo Celso Maia e alguns companheiros, empregados do serviço de desmatamento da Rodovia Manaus-Boa Vista, estiveram em visita a uma das aldeias dos índios Waimiri-Atroari, procurou o Cel Oliveira, Comandante do 6° BEC e fez a reclamação, pois soubera também que os ditos indivíduos haviam levado consigo algumas revistas pornográficas, onde existiam figuras de pessoas praticando atos sexuais que teriam mostrado aos índios e que na ocasião tentaram persuadir a algumas índias a manterem relações sexuais com eles.

Não tendo conseguido o intento, Celso Maia, teria ficado despido e dançado pateticamente para os índios verem, isto ao som de um toca-discos portátil, que levara consigo, na visita à aldeia.

A reclamação de Gilberto, não foi considerada. Poucos dias depois os índios, procurando por Maia, atacaram o Posto de Atração Alalaú II, onde tombaram sem vida três funcionários da FUNAI.

A imprensa de Manaus divulgou a opinião de Gilberto com relação ao ataque dos índios Waimiri-Atroari ao Posto de Atração Alalaú, destacando-se o fato de que muito antes de ocorrer o incidente, Gilberto procurara o Comando do 6°BEC, cientificando-o das ocorrências na área, chegando a pedir que fosse afastado dos trabalhos de construção da estrada, o mateiro Celso Maia, e que infelizmente não foi atendido.

Na imprensa, também foi divulgado o pensamento de Gilberto, responsabilizando Celso Maia e o 6°BEC pelo ataque dos índios ao Posto de Atração Alalaú II, quando morreram 3 funcionários da FUNAI.

Em seguida à divulgação da opinião de Gilberto. o Comandante do 2° Grupamento, General Octávio Ferreira Queiroz, através de Nota Oficial que entregou à imprensa, procurava desmentir as acusações de Gilberto (Fac-símile nas páginas seguintes) procurando ao mesmo tempo denegrir o seu trabalho, isentando o mateiro Celso Maia de quaisquer responsabilidade quanto ao ataque dos índios Waimiri-Atroari, ao Posto de Atração Alalaú II, da Fundação Nacional do Índio.

Na nota oficial do Sr. Comandante do 2° Grupamento, de forma maldosa, foi procurando justificar as advertências que Gilberto fizera antes do ataque dos índios ao Posto de Atração Alalaú II com relação ao mateiro Celso Maia, como que Gilberto estivesse procurando afastar de seu caminho uma pessoa que gozasse de excessiva popularidade e amizade entre os índios e que por isto mesmo estaria atrapalhando o seu trabalho ou empanando a sua liderança. A Nota Oficial do Comando do 2° Grupamento traduziu, sem nenhum sofisma, o clima de animosidade existente entre aquele Comando e a visão que tinham com relação ao trabalho de Gilberto, a frente dos trabalhos junto à comunidade Waimiri-Atroari.

Gilberto ficou muito magoado com os dizeres da Nota Oficial do 2° Grupamento. Mas mesmo assim, quando foi chamado a depor no Inquérito instaurado pela PF em Manaus, voltou a responsabilizar em primeiro plano o mateiro o Celso Maia e o 2° Grupamento, por não dar guarida às suas advertências quanto ao contato com a comunidade indígena WA. Após o incidente, Gilberto continuou seu trabalho à frente da Atração dos índios WA, entretanto um pouco mais cauteloso e sabedor que não era bem visto pelo o Alto Comando do 2° Grupamento, muito até pelo contrário, como uma pessoa não grata àquela corporação.

Chefiava naquela época a 1ª Delegacia Regional da FUNAI, em Manaus, o General da Reserva Antônio Esteves Coutinho. O General Coutinho, entre outras atividades, era afeito e até brincava de "*agente de informações*", considerava-se um informante de primeira linha e hoje, por coincidência ou não ocupa cargo de destaque no Governo Federal, como chefe do "*serviço de informações*" de órgãos veiculados ao Ministério da Previdência Social.

Os Delegados da FUNAI, como o General Coutinho, todos eram membros e participantes da chamada "*comunidade de informações*", que tinham ligações diretas com a Assessoria de Segurança e Informações – ASI, da FUNAI e com o próprio Serviço Nacional de Informações – SNI em cada região.

O General Coutinho, na condição de General, mesmo da reserva e sabedor da animosidade existente entre o Alto Comando do 2° Grupamento de Engenharia de Construção com o Gilberto, nunca procurou desfazer a falsa opinião, mesmo que admirasse pessoalmente Gilberto e seu difícil trabalho.

Uma das manias do General além da de brincar de "*agente de informações*" era de publicar através de jornais, histórias que inventava com relação aos índios, dando-lhes um "*roteiro*" como se fosse um seriado aos moldes dos filmes de faroeste norte-americanos justificando sua atitude quando era consultado, como que estaria informando a opinião pública sobre o que estava ocorrendo nas áreas indígenas.

Ao dar notícias aos jornais de Manaus, inventava estórias como "*Gilberto vai fumar o Cachimbo da Paz com o índio Maruaga*", "*Gilberto marcou novo encontro com os Atroari na próxima lua cheia*", "*Nasceu a nova filha do Capitão e seu nome é Pena Verde*".

Dava essas notícias em doses homeopáticas como se fosse novela em capítulos, deixando sempre o leitor na expectativa das próximas notícias. Gilberto, que não era muito de prestar declarações a jornais, primeiro por causa de seu comportamento introvertido e segundo em obediência as normas da FUNAI que proibia qualquer servidor – menos os Generais – prestar qualquer declaração à imprensa, ficava muito irritado com as notícias sobre o seu trabalho, divulgadas de forma incorreta pelo General Coutinho.

Após o ataque dos índios ao Posto de Atração do Alalaú II, no rio Alalaú, em janeiro de 1973, os trabalhos de construção da Rodovia BR-174 – Manaus-Caracaraí-Boa Vista, foram suspensas em parte, pois a época invernosa não permitia o desenvolvimento normal do serviço de terraplanagem. Gilberto, nesse período, reativou os Postos de Atração que estavam com seus serviços paralisados e deu continuidade ao seu trabalho de contatar os índios Waimiri-Atroari, como se nada tivesse acontecido.

O Posto de Atração Alalaú II, no rio Alalaú, que fora destruído pelos índios, foi reinstalado em outro local, mas no mesmo rio, para que os índios não viessem a relacionar com o anteriormente destruído e não viessem a pensar que a reconstrução do Posto tivesse caráter de vingança.

Depois de instalados os Postos, os índios novamente voltaram a visitar os funcionários da frente de Atração que lá se encontravam trabalhando na área sob a coordenação e orientação de Gilberto. Gilberto enfrentava sérias dificuldades para realizar o seu trabalho, ora faltavam recursos para apoio logístico e compra de brindes para o trabalho de Atração, ora faltava pessoal.

Pois eram poucas as pessoas que se arriscavam a ir trabalhar na frente de Atração dentro da selva, ganhando o salário que a FUNAI pagava [era um pouco mais do que o salário-mínimo]. outros não aceitavam ir, assustados com as histórias que ouviam sobre a índole e comportamento dos índios Waimiri-Atroari. Por outro lado, Gilberto, não aceitava na sua equipe qualquer funcionário, pelo simples fato dele querer ir para a frente de Atração. Gilberto fazia uma espécie de seleção e um estágio, que se não fosse aprovado dentro do que ele via como requisitos indispensáveis ao trabalho, afastava o funcionário imediatamente.

Exigia uma obediência rigorosa aos seus métodos de trabalho, pois sabia que qualquer erro no relacionamento com os índios Waimiri-Atroari, poderia ser fatal. Exigia dos funcionários que trabalhavam em sua equipe, que respeitassem o índio e que em nenhuma hora procurassem ter intimidades com as índias. Gilberto sempre dizia:

> *Prefiro ter poucos funcionários que confio, do que muitos que não confio e que não seguirão os meus métodos de trabalho*

Numericamente, realmente eram poucos os funcionários em cada Posto, cerca de 5 ou 6 no máximo. Mas Gilberto que circulava constantemente entre os Postos tinha muita confiança neles. Principalmente num deles conhecido como "*João Maracajá*" Um velho de 65 anos, que desde os quinze anos, antes mesmo de vir a trabalhar no SPI, já mantinha contatos amistosos com os índios Waimiri-Atroari. João Dionísio do Norte, o verdadeiro nome de "João Maracajá", era uma espécie de orientador dos indigenistas mais jovens, e por sua grande amizade aos índios Waimiri-Atroari, era uma peça fundamental no trabalho desenvolvido por Gilberto.

Aqui e acolá surgiam funcionários que temerosos de prováveis ataques dos índios, pediam para sair ou simplesmente abandonavam o trabalho e voltavam a Manaus, desistindo do emprego na Frente de Atração Waimiri-Atroari. A maioria dos desistentes eram trabalhadores braçais recrutados por Gilberto, para trabalho nos roçados, que à mercê dos índios ficavam apavorados e desistiam do emprego.

Gilberto ironizava o medo dos que desistiam apavorados, denominando de "*medorreia*" a "*doença*" simulada pela maioria dos funcionários que abandonavam os Postos e voltavam a Manaus.

Não obstante a tudo isto, Gilberto dispensava aos seus companheiros de trabalho em geral, muito respeito, não deixando faltar-lhes nada no Posto para a manutenção e se surgissem índios em qualquer dos Postos, ele deslocava-se para o local e lá permanecia até os índios retornarem.

Enquanto Gilberto encontrava-se desenvolvendo o seu sério trabalho, em Manaus, o Coronel Coutinho. Delegado da 1ª Delegacia Regional da FUNAI, comunicava a imprensa amazonense com suas estórias novelescas sobre os índios Waimiri-Atroari, criando na opinião pública uma imagem falsa tanto dos índios Waimiri-Atroari como do trabalho de Gilberto e de seus companheiros de trabalho.

Em minhas mãos, por acaso, e por erro da Secretaria do General Coutinho, Delegado Regional da FUNAI no Amazonas, passou um documento, chamado "*Pedido de Buscas*" originário do próprio SNI, agência em Manaus, onde fazia referência ao noticiário escandaloso publicado pela imprensa de Manaus, sobre o problema indígena e construção da BR-174, citando também o Gilberto como responsável pela divulgação daquelas notícias, que ao ver do autor do

Pedido de Buscas [SNI] estaria colocando a opinião pública contra o Governo e o Exército, responsável pela construção da rodovia BR-174.

Quando li aquele documento, procurei imediatamente falar com o General Coutinho, dizendo a ele que aquelas afirmações do Pedido de Buscas do Serviço Nacional de Informações – SNI eram mentirosas e injustas com relação a Gilberto, pois quem estava dando aquelas informações absurdas à imprensa era ele próprio, General Coutinho, que teria que ir pessoalmente ao SNI, agência de Manaus, e procurar desfazer aquela imagem falsa, arquitetada contra Gilberto. O General obviamente não gostou do que eu lhe disse e não foi a agência do SNI, desfazer os documentos e as acusações formuladas contra Gilberto.

Na primeira vez, depois deste dia, que me encontrei com Gilberto, falei-lhe sobre o assunto e ele pessoalmente também esteve com o General Coutinho, reclamando sobre o que estava escrito no Pedido de Buscas do SNI e exigiu que ele fosse apresentar o desmentido sobre o assunto na agência do SNI.

O General Coutinho não tomou nenhuma iniciativa pois se procurasse isentar Gilberto da autoria da divulgação das notícias absurdas que estavam sendo publicadas pela imprensa de Manaus, teria que as assumir e isto certamente faria com que perdesse o seu prestígio corno informante dos órgãos de segurança e até mesmo perder o emprego que comodamente ocupava. Gilberto, mesmo sabendo que estava no alvo do temido SNI e do próprio Exército, através do 2° Grupamento continuou o seu trabalho como se nada tivesse acontecendo.

A preocupação de Gilberto era somente com os índios. Preocupava-se muito com os possíveis contatos que os índios teriam com os trabalhadores da estrada. Em setembro de 1974, Gilberto pediu-me através de radiofonia do Posto de Atração Alalaú II, que enviasse uma aeronave fretada àquele Posto para conduzir à Manaus o principal líder dos índios Atroari, o conhecido índio Comprido e seu filho em uma viagem de passeio.

Quando Gilberto chegou a Manaus, acompanhado de Comprido e seu filho, estava visivelmente alegre. Conseguira vencer uma importante etapa nos contatos amistosos que mantinha com os índios Atroari.

Gilberto alojou Comprido e seu filho na própria sede da 1ª Delegacia Regional da FUNAI e para melhor dar assistência àqueles visitantes ilustres, ele próprio trouxe a sua rede para dormir na sede da FUNAI, junto com seus convidados, visando melhor assisti-los enquanto permanecessem em Manaus.

Gilberto levou os índios, Comprido e seu filho, para conhecerem toda a cidade de Manaus. Visitaram lojas, praças, escolas, o porto, enfim cumpriram um programa bem movimentado. Os índios demonstraram terem gostado muito do passeio que fizeram.

Quando Gilberto e os índios retornavam ao Posto de Atração Alalaú II, Gilberto pediu ao piloto da aeronave em que viajavam, que conduzisse o avião de maneira que fosse possível avistar o desmatamento da BR-174 e as malocas dos índios Waimiri-Atroari. Gilberto na aeronave, mostrava ao índio Comprido e seu filho, a proximidade da estrada com relação às suas malocas.

E fazia um apelo a Comprido, que ele procurasse explicar aos seus liderados que evitassem visitar a estrada, pois Gilberto previa que os contatos indiscriminados dos índios com os trabalhadores e mais tarde com os viajantes da BR-174, seriam desastrosos para os índios, como tem sido para todas as comunidades indígenas cujos territórios são cruzados por uma rodovia.

Segundo Gilberto, Comprido parecia entender bem o que ele procurava explicar. Quando chegaram ao Posto de Atração Alalaú II, no rio Alalaú, Comprido e seu filho, pediram a Gilberto que os levasse à sua aldeia, que ficava localizada acima do Posto, cerca de seis horas de viagem em canoa com motor de popa.

Gilberto seguiu viagem imediatamente com destino à maloca dos índios Atroari, onde morava Comprido e seu filho.

Ao chegarem no "*Porto*" da maloca, encontravam-se esperando Comprido e seu filho, muitos índios, que saudaram com muita alegria a chegada da canoa que os transportava.

Comprido que levava muitos presentes aos seus parentes, apressou-se em despedir-se de Gilberto e de seus companheiros que tinham seguido na canoa e acompanhado de vários índios, seguiu imediatamente para a sua maloca.

Gilberto retornou ao Posto, confiante de que conseguira consolidar a amizade com aquele grupo de índios Atroari chefiados pelo índio Comprido. Em seguida, descendo o rio Alalaú, ao passar na altura do trecho onde a BR-174, corta o rio, constatou que na margem esquerda encontrava-se instalado um acampamento de trabalhadores do desmatamento da Rodovia BR-174.

Gilberto foi até ao local e pediu aos trabalhadores que ali se encontravam que retirassem o acampamento das proximidades das margens do rio, pois os índios ao passarem pelo rio, iriam fatalmente notar a presença do acampamento e viriam saber e conhecer quem estava ali. E isto poderia provocar algum problema entre índios e trabalhadores da estrada. Aliás, Gilberto, através da Sub-COAMA em Manaus, já advertira o 2° Grupamento que não fossem instalados acampamentos nas proximidades dos rios, para evitar que fosse ponto de Atração aos índios que viajassem pelos rios.

Gilberto ao retornar à Manaus, fez-me a comunicação do fato. Logo após sua chegada à Manaus, recebemos um radiograma da área de Atração Waimiri-Atroari, informando que o empreiteiro de nome André, responsável pelo serviço de desmatamento dos serviços de construção da BR-174, estaria desobedecendo as normas de comportamento dentro da área indígena, fixada por Gilberto, para que todos que trabalhassem na construção da rodovia obedecessem.

Segundo o radiograma, um trabalhador do desmatamento da estrada, empregado do Sr. André, e do 6° BEC, teria sido flagrado nas proximidades da aldeia dos índios Atroari armado e caçando, chegando inclusive a disparar vários tiros. O Chefe do Posto que flagrou o caçador dentro da área dos índios nas proximidades das aldeias, apreendeu a espingarda e conduziu-o sob ordens até o acampamento do 6°BEC, entregando-o ao oficial que respondia pela chefia do acampamento naquele dia explicando-lhe o que ocorria.

No dia 1° de outubro de 1974, enviamos ao Comandante do 6° BEC, com sede em Boa Vista – Território Federal de Roraima, o ofício n° 87/74, comunicando

a irregularidade cometida pelos trabalhadores da estrada, levantando inclusive a possibilidade de vir a ocorrer, em razão da desobediência das normas por nós fixadas e dos tiros disparados pelo caçador nas proximidades da aldeia dos índios Atroari, alguma reação por parte dos índios, contra o pessoal da FUNAI, que se encontrava nos Postos de Atração, como também até mesmo aos próprios trabalhadores da estrada.

No dia 02 de outubro de 1974, os índios Atroari, atacaram o Posto de Atração Alalaú II, na margem do rio Alalaú. Gilberto e eu, antes mesmo de ocorrer o ataque dos índios, já havíamos decidido que por motivos de precaução iríamos mandar recuar todo o pessoal que se encontrava prestando serviços no Posto de Atração Alalaú II, pois aquele Posto, era o que ficava mais próximo das aldeias dos índios Atroari e com o fato dos tiros disparados pelo trabalhador da estrada, poderiam os índios revolta-rem-se e tentar alguma represália.

Entretanto, antes que conseguíssemos retirar todo o pessoal do Posto de Atração Alalaú II, os índios atacaram o Posto no dia 02 de outubro de 1974, por volta das 08h00 da manhã. Antes do ataque recebemos a notícia, através de radiofonia, em que um grupo de índios Atroari teria surgido no Posto de Atração Alalaú II, procuramos imediatamente fretar uma aeronave e seguimos imediatamente para o local. Seguimos pela manhã, do dia 02 de outubro de 1974, a bordo de uma aeronave de propriedade da igreja Adventista de Manaus, pilotada pelo Pastor Daniel. Ao sobrevoar o Posto, notamos, que os índios já haviam atacado, pois o local parecia deserto e não se via nenhum sinal de vida. Apenas na beira do rio, no local que servia de Porto às canoas, encontravam-se cinco ubás amarradas e sem ninguém.

O avião continuou sobrevoando a área e vasculhamos com nossos olhos, toda a área desmatada à procura de um sinal de nossos companheiros. Mas nada. Tudo parecia deserto e sem vida. Estava bem claro, que os índios tinham atacado os nossos companheiros que se encontravam naquele Posto. Sabíamos que era muito perigoso, pousar a aeronave e descermos à procura dos nossos companheiros. Entretanto tínhamos apenas três opções:

- ✓ A primeira. de não descermos e voltarmos a Manaus, para comunicar a nossos superiores que o Posto de Atração Alalaú II, teria sido atacado pelos índios, e que tudo indicava, todos os que ali se encontravam estavam mortos;

- ✓ A segunda era de descermos e verificarmos pessoalmente a que ocorrera, podendo inclusive, salvar alguns dos nossos companheiros que por ventura ainda estivessem vivos ou feridos;

- ✓ A terceira opção era descer e a exemplo de nossos companheiros, sermos vítimas de ataque dos índios, que tudo indicava ainda encontravam-se nas proximidades, pois as suas canoas, ainda estavam amarradas no Porto do Posto.

Eu e Gilberto, sabíamos do grande risco que corríamos quando decidimos pela opção de descer e procurar os nossos companheiros. Fizemos antes do avião amerissar, um pacto, que consistia no seguinte: se um de nós viesse a ser flechado, na ocasião em que descêssemos na área do Posto, não era para ser socorrido, pois seria muito perigoso, a pessoa que tentasse socorrer. Seria vítima também de mais uma flechada. A pessoa que não fosse ferida teria que abandonar o outro e voltar imediatamente para a avião, que ficaria com o motor funcionando e navegando pelo meio do rio, a salvo das possíveis flechadas.

Demos as últimas instruções ao Pastor Daniel, caso viéssemos a morrer, de transmitir aos nossos familiares as nossas últimas vontades, e nos jogamos dentro do rio Alalaú e nadando fomos nos aproximando da margem.

Combinamos também que tão logo "*tomássemos pé*" sairíamos correndo no rumo da casa sede do Posto e em ziguezague, procurando assim evitar possíveis flechadas, pois tudo indicava que os índios estariam escondidos dentro da casa.

Foram as braçadas mais longas de minha vida, podíamos estrar nadando para a morte. Mas algo muito forte e difícil de se explicar nos dava coragem para prosseguir ao nosso intento. Simultaneamente saímos d'água correndo em ziguezague, eu pela direita e Gilberto pela esquerda.

Ao passar pela porta da cozinha da casa sede do Posto deparei-me com uma cena horrível, uma cabeça humana estava equilibrada no batente da porta e por ela escorria sangue e uma substância amarela. Era a cabeça do nosso companheiro. Fautisno Lima, que tivera o seu corpo seccionado por uma "*facãozada*" de um índio.

Em poucos minutos, entramos na casa e encontramos tudo em desordem. Todos os pertences estavam fora do lugar e tudo revirado. O rádio do Posto estava destruído a machadadas. Encontramos apenas o corpo de nosso companheiro Faustino Lima. Não encontramos nenhum sinal dos outros.

Pegamos um saco de plástico que o Pastor Daniel trazia consigo na aeronave, colocamos o corpo do nosso companheiro Faustino Lima e embarcamos no avião.

Teríamos que sair procurando os outros companheiros. O Pastor Daniel ficou no Posto e eu e Gilberto saímos à procura dos outros. Não encontramos ninguém, e por vota das 17h00 daquele dia com o corpo de Faustino a bordo da aeronave, seguimos rumo ao Posto de Atração Alalaú II onde nas proximidades, tinha desaparecido um grupo de 04 companheiros nossos chefiados pelo chefe do Posto João Dionísio do Norte, conhecido como João Maracajá.

Passamos mais de uma semana nas buscas dos nossos companheiros desaparecidos, conseguimos ainda salvar os de nome Adão e Esmeraldo que mesmo feridos, conseguiram fugir e graças às nossas buscas conseguiram salvar-se com vida. Após o ataque dos índios, fizemos um expediente ao 2° Grupamento, pedindo que fossem suspensos os trabalhos de construção da rodovia BR-174 até que nos fosse possível reorganizar as frentes de trabalho, desativadas em razão do que ocorrera.

Pessoalmente, fomos entregar o expediente ao Sr. Comandante do 2° Grupamento, em Manaus. Na ocasião da entrega, eu e Gilberto, em conversa com o Sr. Comandante na presença de outros oficiais pertencentes àquela corporação ouvimos aquela autoridade informar que já havia mandado se deslocar para a área dos índios Waimiri-Atroari, um grupo de soldados do exército armados com o objetivo de garantir, de qualquer modo, a continuação dos trabalhos de construção da rodovia Manaus-Boa Vista. Aquela notícia assustou-nos, pois estávamos ali, exatamente numa tentativa de pedir a suspensão dos trabalhos de construção da estrada, para reavaliarmos tudo que já tinha sido feito e tentar reorganizar os trabalhos de Atração. E aquela informação não nos dava nenhuma esperança com relação à sorte dos índios.

Dizendo. que a "*Estrada tem que ficar pronta, mesmo que para isso tenhamos que abrir fogo contra esses índios assassinos*". o General Comandante, assumia séria responsabilidade quanto a sorte dos índios Waimiri-Atroari Complementando o seu discurso, o General disse:

> *Temos um compromisso de entregar esta estrada pronta. E não vai ser um grupo de índios assassinos que vai impedir o prosseguimento da obra*

As palavras do General feriam os nossos ouvidos, pois tanto eu como Gilberto, havíamos acabado de retornar da área Waimiri-Atroari, após exaustiva busca de nossos companheiros que tinham sido vítimas do ataque dos índios, que acreditávamos teria sido provocado pela presença, nas proximidades de suas malocas, de caçadores desobedientes às normas fixadas por nós, e estávamos convencidos de que os índios teriam agido de forma defensiva, e que era necessário muito cuidado para que eles não vissem em nós o desejo ou comportamento com finalidades vingativas. A presença de soldados do Exército, armados dentro da área, mesmo que não viesse a disparar nenhum tiro, possivelmente seria considerada pelos índios como intenção de vingança.

Entretanto, por mais que não quiséssemos acreditar no que estávamos ouvindo, o General era incisivo quanto à possibilidade dos soldados que seguiram para a área Waimiri-Atroari, terem que realizar demonstrações de força, através de disparos de suas potentes e mortíferas armas de guerra.

Antes de sairmos da sala do Comando, o General Comandante dirigindo-se diretamente a Gilberto perguntou:

> *Que é que você acha disso?*

Gilberto com os olhos cheios de lágrimas, mal respondeu. Disse apenas:

> *General, na tentativa de fazer amizade com os índios Waimiri-Atroari, mais de 60 funcionários entre FUNAI e SPI, já morreram procurando nunca tomar medidas repressivas contra aquele povo. Agora o que o Senhor está me dizendo que fez e vai fazer, torna o sacrifício dos que perderam suas próprias vidas em defesa daqueles índios em vão.*

Saímos calados e tristes. Perguntávamos um ao outro: e agora? Tudo que foi feito, teria sido inútil? E que fazer de agora em diante? Voltamos a conversar sobre o assunto, na sede da FUNAI em Manaus. Quando imaginávamos o que poderia já ter ocorrido dentro da área Waimiri-Atroari, sem que soubessemos, pois, a posição do General Comandante não deixava dúvidas quanto a possibilidade de que antes de termos conhecimento, já teriam ocorrido manobras "*defensivas*" por tropas do exército dentro da área Waimiri-Atroari. Talvez, tenha sido até mêsmo a causa do ataque dos índios aos Postos de Atração, e não aquela razão, que antes de termos conhecimento das intenções do Comandante, imaginávamos.

Comunicamos o fato à sede da FUNAI em Brasília e ficamos no aguardo de providências no sentido de voltarmos a reativar nossos trabalhos na frente de Atração Waimiri-Atroari. Na região dos índios Waimiri-Atroari, apenas um Posto de Atração, continuava ativado: o Posto de Atração do Santo Antônio do Abonarí, região que predominava a presença do grupo Waimiri.

Gilberto permaneceu em Manaus, cumprindo determinação da alta direção da FUNAI, até que foi comunicado que seria afastado dos trabalhos da frente de Atração Waimiri-Atroari.

Foi um grande choque para Gilberto, pois ele ainda tinha esperanças de que alguma providência poderia ser tomada no sentido de suspender os trabalhos da estrada e através de contatos amistosos com os índios conseguir reatar a amizade que havia sido quebrada com o ataque ao Posto de Atração Alalaú, no rio Alalaú.

Em seu lugar seria nomeado o Sertanista Sebastião Amâncio, que naquela época chefiava a Frente de Atração do alto rio Solimões, nos rios Javari, Ituí e Itacoaí.

Quando a notícia foi dada a Gilberto, de que seria afastado da Frente de Atração Waimiri-Atroari, ele ficou muito magoado, pois parecia até uma punição, como ocorrera antes da vinda do "*Padre Calleri*" para a região quando ele também fora afastado dos trabalhos para que o Padre assumisse a sua função.

Surgiu, entretanto, um problema, Sebastião Amâncio não quis assumir a incumbência que a FUNAI determinara. Primeiro, porque Sebastião Amâncio era uma pessoa que gostava muito de Gilberto, o tinha como uma espécie de professor. Segundo, era consciente que não era possuidor dos conhecimentos à altura para substituir o tão experimentado Gilberto que, por mais de 10 anos trabalhava junto aos Waimiri-Atroari. Preferia permanecer no trabalho que vinha desenvolvendo no alto do rio Solimões, do que iniciar um trabalho, que já era de conhecimento de todos, cheios de problemas e de alto risco. Sebastião Amâncio, que acompanhava mesmo de longe as ocorrências, sabia da posição dos "*patronos*" da construção da estrada com relação aos índios e aos funcionários da FUNAI, que insistiam em tomar a defesa deles.

Sebastião Amâncio tentou por diversos modos convencer a alta direção da FUNAI, para revogarem a medida de nomeá-lo encarregado da Frente de Atração Atroarí. Entretanto como não conseguiu, pediu para entrar em gozo de férias regulamentares, e, nesse meio tempo, ia tentar ir até Brasília e procurar convencer os dirigentes da FUNAI a mudar o que já fora determinado.

Nesse meio tempo Gilberto, mesmo oficialmente afastado da frente de Atração Waimiri-Atroari, permanecia em Manaus, aguardando seu substituto, sem que deixasse de manter contato diariamente com a frente de atração, através do único Posto que ainda permanecia ativado na área que era o Posto de Atração Waimiri-Atroari.

Na chefia daquele Posto permanecia o Indigenista Marinelio Machado, que vinha adiando as suas férias. desde julho de 1974, quando fez jus. Entretanto, em solidariedade a Gilberto, permanecia no trabalho, aguardando hora mais oportuna.

Como no final do ano, mês de dezembro, época das chuvas, quando os trabalhos nos Postos ficam quase paralisados, Marinelio saiu de férias deixando em seu lugar um companheiro, conhecido pelo apelido de "*Acaba Rancho*". Pessoa que tinha mais de três anos de experiência no trabalho de frente de atração e tinha o nome de Raimundo Pereira.

Os trabalhos na BR-174 estavam praticamente paralisados. Era fim de ano, e a maioria dos oficiais que trabalhavam na construção estavam licenciados em viagem para as suas cidades natais, onde passariam as festas de final de ano.

Poucos dias antes do natal, os jornais de Manaus noticiaram que índios Waimiri-Atroari, estariam

surgindo na estrada BR-174, nas frentes de trabalho de desmatamento e terraplanagem. E que os trabalhadores da construção estavam temerosos que os índios promovessem algum ataque, a exemplo do que ocorrera com o Posto de Atração Alalaú II da Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

A direção da FUNAI determinou que Gilberto deslocasse até a área e verificasse pessoalmente o que estava ocorrendo.

Gilberto esteve no local, percorreu todo o traçado da estrada, dentro da reserva Waimiri-Atroari e não encontrou nenhum sinal de que os índios tivessem estado nas proximidades dos acampamentos de serviço dos trabalhadores na construção da estrada.

Ao retornar, informou-me que tudo indicava que a notícia publicada nos jornais, tinha sido com a intenção de que o 6°BEC permitisse também que os trabalhadores. não militares, pudessem suspender os trabalhos e viessem passar os dias de festas de fim de ano. em Manaus, com seus familiares.

Gilberto informou ainda que estivera no acampamento do Exército no Km 220, nas proximidades do Igarapé Santo Antônio do Abonari, local onde existia uma pista de pouso para pequenas aeronaves e lá quase não encontrou ninguém. Apenas alguns soldados chefiados por um cabo, que tinha ficado como sentinela daquelas instalações.

Logo após o natal, na sede da Delegacia Regional da FUNAI, encontrei-me com Gilberto que me comunicou ter sido aposentado, mostrando inclusive o Decreto de Aposentadoria publicado no Diário Oficial da União. Perguntei-lhe se pretendia realmente parar. Ele respondeu-me que não, pois o salário que recebia como aposentado era muito

inferior ao que vinha recebendo como funcionário da FUNAI e que, além disto, ele não sabia fazer outra coisa a não ser trabalhar "*no serviço de índios*". E que ia ver se a FUNAI iria aceitá-lo na condição de aposentado e ser recontratado.

Gilberto que passara o dia de Natal pela primeira vez em casa, junto com seus familiares, não deixou de diariamente, entrar em contato com o Posto de Atração Santo Antônio do Abonari, através do sistema de radiofonia.

Tudo naquele Posto corria bem, até que, no dia 20 de dezembro, Raimundo, o "*Acaba Rancho*", informou ao Gilberto o surgimento de um grupo de índios Waimiri-Atroari na sede do Posto e através de radiofonia, identificou inclusive por nomes os índios que lá se encontravam. A presença dos índios no Posto era considerada normal, pois naquela época do ano, quando as águas dos rios começam a subir, eles costumavam vir até ao Posto para realizarem trocas de presentes.

O grupo era composto de homens, mulheres e crianças e estavam chefiados pelo já conhecido e amigo de todos do Posto, o índio sexagenário Maruaga. A presença de mulheres e crianças e velhos deixou Gilberto tranquilo, pois, em nenhum dos ataques dos índios Waimiri-Atroari a Postos da FUNAI e SPI ocorrera quando os índios estavam acompanhados de suas esposas e filhos. Os ataques sempre ocorreram quando os visitantes índios são apenas homens adultos e adolescentes. Nunca quando estão acompanhados de suas famílias.

Raimundo comunicou a Gilberto de que os índios estavam perguntando por ele, mas ao saberem que ele não estava não fizeram muito caso. E que num dado momento da transmissão da mensagem de

radiofonia o próprio Maruaga, escutara a voz do Gilberto no rádio e identificou como se fosse dele ficando aparentemente satisfeito de ouvir a sua voz. Entretanto Gilberto, que já não era mais o Chefe da Frente de Atração Waimiri-Atroari, talvez, com o desejo de rever os índios antes de sua saída de fato da área, resolveu ir até ao Posto de Atração Alalaú.

Seguiu para o local em um avião fretado que pousou na pista existente nas proximidades do igarapé Santo Antônio do Abonari, exatamente no local onde a rodovia BR-174, cruza aquele igarapé. Fica próximo também ao acampamento do Exército no Km 220 da BR-174.

Tão logo Gilberto chegou ao Posto de Atração Santo Antônio do Abonari, comunicou-se com a sede da FUNAI em Manaus, através de radiofonia, informando que a situação no Posto estava tranquila e que não existia motivo para preocupação.

O substituto do Delegado da FUNAI em Manaus, cujo titular encontrava-se viajando para Brasília, manteve contato também com Gilberto através de radiofonia, perguntando sobre a situação. Gilberto repetiu tudo que já tinha dito, reafirmando que a situação era calma e que tudo estava correndo bem. Na ocasião o substituto do Delegado Regional da FUNAI em Manaus, transmitiu a Gilberto, uma pergunta que um determinado Major do 2° Grupamento teria mandado fazer e que na hora parecia um pouco absurda. Pois o referido Major mandara perguntar a Gilberto e queria a resposta, que fosse informado o que é que os índios estavam querendo no Posto. Gilberto ao ouvir a pergunta formulada e transmitida pela radiofonia ficou irritado, pois não cabia a pergunta. Os índios, segundo o próprio Gilberto afirmara na ocasião, andam por onde querem e não devem explicar as suas visitas.

Sabia-se, entretanto, que desde o ataque dos índios ao Posto Alalaú II, em 02 de outubro de 1974, que o sistema de radiofonia, da FUNAI, estava sob censura. Isto foi comprovado, quando certo dia, um dos Postos Indígenas, estava chamando o rádio da FUNAI em Manaus e não conseguiu resposta. Na ocasião recebemos um telefonema do Serviço Rádio do Exército, avisando do chamado do Posto, que não estávamos ouvindo. Este fato comprovou que o sistema de radiofonia da FUNAI, em Manaus, estava sob escuta permanente e sob censura. E, logicamente, todas as transmissões de mensagens entre os Postos indígenas e a sede da FUNAI eram captadas pelo sistema de escuta.

No sábado à tarde, dia 28 de dezembro de 1974, Gilberto informou através de radiofonia, que tudo estava bem no Posto e que os índios que lá se encontravam em visita, estavam preparando-se para irem embora na manhã do dia seguinte. Os brindes já tinham sido trocados e estavam satisfeitos com os negócios. Tudo estava correndo na mais perfeita ordem. Gilberto era uma pessoa que possuía muita experiência no trato com os índios e, por isto mesmo, em nenhuma hora ficava desatento ao comportamento deles. Principalmente porque esses mesmos índios já haviam atacado vários Postos da FUNAI. Gilberto usava inclusive um sistema de segurança quando no Posto em que ele se encontrava era visitado por grupos indígenas, mesmo naquele caso, em que os índios estavam acompanhados de suas mulheres e crianças. Gilberto sempre no final da tarde quando a noite se aproximava, determinava que um dos companheiros de trabalho, atravessasse o rio, ou procurasse amarrar sua rede em local pouco distante da área do Posto, para que de lá pudesse ver toda a área do Posto e detectar, em melhores condições, quaisquer anormalidades que por acaso viessem a ocorrer nas

proximidades da casa-sede. Isto era justificado por Gilberto que dizia que as pessoas que estão dentro da casa sempre têm a visão restrita e uma pessoa que está de longe e fora de casa, tem condição de observar qualquer movimento anormal por acaso praticado pelos índios visitantes.

Pelo depoimento que me prestou o índio Ivã ele, naquela tarde, teria sido o escolhido para ser o "*observador*", tendo ele amarrado a sua rede em uma árvore no outro lado do rio Santo Antônio do Abonari, na frente da sede do Posto.

No último contato via radiofonia com a sede da FUNAI, em Manaus, naquela tarde de sábado, dia 28 de dezembro de 1974, por estar tudo normal, no Posto, Gilberto dispensou o plantão que normalmente o serviço de rádio da FUNAI em Manaus fazia aos domingos, quando os Postos de Atração estavam recebendo visitas, como era o caso do Posto de Atração Santo Antônio do Abonari.

No domingo, dia 29 de dezembro de 1974, por volta do meio dia o corpo de Gilberto Pinto Figueiredo Costa encontrava-se no necrotério do Hospital Getúlio Vargas, em Manaus, que teria sido trazido por oficiais do exército, que se encontravam no acampamento do 6°BEC, localizado no Km 220, nas proximidades do Igarapé Santo Antônio do Abonari.

A versão oficial informava que Gilberto e seus companheiros que se encontravam no Posto de Atração Santo Antônio do Abonari, tinham sido vítimas de ataque dos índios Waimiri-Atroari, os mesmo que se encontravam em visita ao Posto, desde o dia 26 de dezembro e que segundo Gilberto naquele dia 29 de dezembro estavam retornando às suas malocas.

A notícia do ataque dos índios Waimiri-Atroari ao Posto de Atração Santo Antônio do Abonari teria sido dada ao pessoal do acampamento da 1ª CiaECnst, do 6°BECnst, no KM 220 da BR-174, pelo índio aculturado Sateré-Maué, de nome Ivã, que trabalhava na Frente de Atração e que na ocasião teria conseguido fugir correndo pela selva.

Segundo informações oficiais, após a notícia dada por Ivã sabre o que ocorrera no Posto de Atração Santo Antônio do Abonari, alguns oficiais e soldados do exército que se encontravam naquele domingo no acampamento do 6°BEC, no KM 220 da BR-174, seguiram imediatamente para o local a bordo de duas canoas movidas a motor de popa.

O tempo de uma viagem entre o local onde ficava o acampamento do 6°BEC, numa canoa a motor até a sede do Posto de Atração Santo Antônio do Abonari, era por volta de uma hora e meia, isto se a pessoa que fosse pilotando a embarcação tivesse bastante prática e conhecimento da navegação naquele igarapé, que era estreito e cheio de árvores caídas no leito, dificultando a navegação.

Não se sabe quanto tempo levaram as duas canoas para fazer a viagem entre a rodovia BR-174 e o Posto, nem mesmo o tempo em que levaram para recolher os corpos de Gilberto e seus companheiros. Sabe-se, entretanto, que o corpo de Gilberto chegou a Manaus por volta das 11h00 da manhã, a bordo de uma aeronave, que por coincidência encontrava-se pernoitando na pista de pouso do Km 220 da BR-174, nas proximidades do acampamento do 6°BEC.

O corpo de Gilberto, do Aeroporto, foi transladado para o necrotério do Hospital Getúlio Vargas de Manaus e lá colocado em uma urna mortuária lacrada.

Os familiares de Gilberto tentaram em vão conseguir ver o corpo, entretanto, não lhes foi permitido, sob a alegação de que estaria com sinais visíveis de violências e seria melhor que seus parentes não o vissem. O enterro que estava inicialmente marcado para as 16h00 foi antecipado por "*conselhos de amigos*" para as 15h00 daquela tarde de domingo dia 29 de dezembro de 1974.

Ivã, que foi o único funcionário da FUNAI que se encontrava no Posto Santo Antônio do Abonari, que logrou escapar com vida, explicou-me que não vira praticamente o ataque dos índios. Afirmou apenas que ao amanhecer do dia 29 de dezembro, encontrava-se do outro lado do rio Santo Antônio do Abonari, seguindo determinação de Gilberto, que o mandara passar a noite do outro lado, exatamente para observar o Posto de local onde pudesse ver o que ocorria ao seu redor. Esta atitude era normal. Toda vez que os índios encontravam-se no Posto, Gilberto, sempre mandava alguém pernoitar fora da área do Posto. E que, ao se dirigir para a beira do igarapé para lavar o rosto e depois chamar a canoa para atravessá-lo, no meio de uma neblina intensa, comum na região naquela hora da manhã, assustou-se quando ouviu uma intensa fuzilaria e muita fumaça no rumo da sede do Posto Santo Antônio do Abonari. Ouviu também muitos gritos e notou que Gilberto estava em pé na varanda da casa do Posto, gritando e gesticulado muito. Os índios que se encontravam acampados em uma casa de palha nas proximidades da casa-sede do Posto, correndo e gritando rumo à mata, isto no meio de uma intensa fuzilaria. Ivã não esperou mais. Temendo o pior, empreendeu sua fuga em desabalada carreira dentro da selva, rumo à estrada, numa tentativa de salvar-se daquilo que estava ocorrendo no Posto de Atração Santo Antônio do Abonari.

Pelo depoimento de Ivã, ficou uma dúvida quanto, quem estaria atirando ([19]), pois os índios Waimiri Atroari não sabiam utilizar-se de armas de fogo, nem as possuíam. Gilberto e seus companheiros por formação indigenista, dificilmente teriam atirado nos índios. E o que fazia Gilberto, em pé, na varanda do Posto, gritando e gesticulando enquanto os índios corriam para a mata? O que ocorrera naquela manhã para mudar as intenções dos índios ao ponto de voltarem-se contra os funcionários da FUNAI no Posto Santo Antônio do Abonari? A hipótese dos índios atacarem o Posto era remota, pois, eles nunca tomam nenhuma medida belicosa quando estão acompanhados de suas mulheres e filhos. E a maioria dos visitantes eram crianças, mulheres e velhos.

Mesmo que a hipótese de ataque dos índios Waimiri-Atroari fosse a mais provável, eles em toda a história de ataques que realizaram, nunca deixaram os atacados reagirem. Usavam sempre estratégias de surpreender quem eles iriam atacar, nunca ocorrendo um confronto direto. A não ser quando os atacados tomassem a iniciativa e isto nunca iria acontecer por parte de Gilberto. Só o tempo, um dia talvez, possa desvendar o mistério que envolveu a morte de Gilberto e seus companheiros de trabalho naquele dia 29 de dezembro de 1974.

---

[19] O curioso é que o relatório afirma:

"Ivan, o único sobrevivente, além de umas poucas galinhas, 02 cachorros e um filhote de caititu, jogara-se no Rio e fugira pelo mato, indo refugiar-se no acampamento de 1ª Cia E. Assim foi o final de ano no Destacamento Sul".

Não seria estranho, para não dizer surreal, que se Ivan tivesse qualquer suspeita de que o massacre tivesse sido patrocinado pelo Exército Brasileiro ele, mesmo assim, procurasse refúgio no acampamento da 1ª CiaE? O Pinóquio dde carteirinha mente, mais uma vez. (Hiram Reis)

Os WA Depois da Morte de Gilberto P. Figueiredo

Após a morte de Gilberto Pinto Figueiredo Costa, funcionário da FUNAI, encarregado de chefiar a atração dos índios Waimiri-Atroari, no dia 29 de dezembro de 1974, no Posto de Atração do Santo Antônio do Abonari, o órgão oficial de assistência aos índios no Brasil a FUNAI, mudou os seus métodos de atração daqueles silvícolas.

Para substituir Gilberto, após a sua morte, foi nomeado inicialmente o Sertanista Apoena Meireles, que procurou, ao invés de contatar com índios, atraindo-os aos Postos de Atração, construir uma infraestrutura administrativa, aumentando substancialmente o efetivo material e pessoal, instalando inclusive Postos de Vigilância na estrada Manaus – Caracaraí, dentro da reserva Waimiri-Atroari. Apoena passou pouco tempo chefiando a Frente de Atração Waimiri-Atroari. Não chegou a manter contato com os índios. Retirou-se da chefia da Frente de Atração, transferindo a responsabilidade para o também Sertanista Sebastião Firmo, ex-funcionário da Frente de Atração Waimiri-Atroari, na época em que Gilberto comandava.

Sebastião Firmo, em novembro de 1975, nas margens do rio Alalaú, onde a rodovia Manaus – Caracaraí – Boa Vista cruza aquele rio, manteve contatos amistosos com um grupo de índios Atroari, que surgiu na estrada, após cerca de um ano sem contatos. Desde então, os contatos com os índios Waimiri-Atroari foram aumentando. Os índios passaram a visitar quase que diariamente a estrada e os acampamentos dos funcionários da FUNAI na estrada, que atingia cerca de 200 pessoas, instalados nos Postos de Vigilância da FUNAI, dentro da reserva

Waimiri-Atroari, na margem da rodovia BR-174. Com a intensidade da circulação de veículos na BR-174, a FUNAI, no sentido de proteger os transeuntes e possíveis ataques dos índios, criou os chamados Postos de Vigilância e Equipes Volantes de Batedores que seguiam acompanhando os comboios de veículos que se formavam para cruzarem a área da reserva dos Índios Waimiri-Atroari. Nenhum incidente grave foi registrado nesses últimos seis anos. Nenhum dos transeuntes foi molestado pelos índios. E a FUNAI foi relaxando a vigilância e hoje é comum um caminhoneiro parar seu veículo e oferecer carona aos antes temidos índios Waimiri-Atroari.

A política da FUNAI antes da morte de Gilberto Pinto Figueiredo, em dezembro de 1974, de atrair os índios Waimiri-Atroari tinha como uma das diretrizes, a de evitar por todos os meios que os índios viessem a circular pela estrada Manaus-Caracaraí, quando ela viesse a ficar transitável. Os Postos de Atração aos índios Waimiri-Atroari eram instalados em locais onde a atração fosse dirigida para longe do traçado da BR-174. Temia-se que os índios, quando a estrada estivesse pronta e com trânsito regular passassem a ter contatos indiscriminados com os transeuntes [o que infelizmente esta ocorrendo agora], viessem a contrair doenças e receber influências negativas no seu sistema de vida.

Exemplos já existiam na época, em locais onde as estradas atravessavam reservas indígenas, com resultados negativos e destruidor das comunidades indígenas habitantes daquelas áreas. Na nova política de Atração da FUNAI, em que a frente de Atração passou a ter como base o eixo da BR-174, exatamente ao contrário da política anterior, fez com que alguns grupos de Waimiri-Atroari, viessem a construir suas novas malocas nas margens da rodovia, nas proximidades dos Postos da FUNAI.

Hoje existem nas margens da estrada, mais de três aldeamentos dos índios Waimiri-Atroari, que vem mantendo indiscriminadamente e de forma desordenada contatos com os transeuntes da rodovia. A FUNAI que continua incentivando os índios a permanecerem ali residindo nas proximidades da estrada, consciente do mal que está fazendo, assume um risco e a responsabilidade de todos os males que por ventura já adquiriram e irão adquirir por estarem residindo nas margens da rodovia.

Nos meses de maio e de junho de 1981, surgiu entre os índios habitantes nos aldeamentos instalados na margem da rodovia BR-174, onde a FUNAI ostenta uma infraestrutura composta de casas, galpões, veículos e pessoal capaz de atender, se quiser, mais de duas centenas de índios enfermos, um surto de sarampo que contaminou toda a população daqueles aldeamentos.

A origem da contaminação do sarampo, sem sombra de dúvida, foi do contato indiscriminado que os índios Waimiri-Atroari, vêm mantendo com os transeuntes da estrada e que por lapso da própria FUNAI, a tudo permite sem a necessária intervenção.

Os índios habitantes nas proximidades da rodovia e ali instalados por indução da própria FUNAI, bem que poderiam ter sido vacinados contra o sarampo, medida esta elementar quando se leva a sério um contato com índios ainda não acostumados ao convívio com a sociedade dita civilizada.

Entretanto os encarregados da Frente de Atração não tiveram esta iniciativa, preferiram esperar que acontecesse, para depois lamentar. Dos cento e setenta e quatro índios que residiam nas aldeias à margem da Estrada, 21 deles morreram a míngua, sem os cuidados médicos necessários.

Funcionários da FUNAI, que lidam diretamente com os índios e os atendentes de enfermagem quando descobriram o surto de sarampo, apelaram à administração do órgão pedindo socorro, tentando assim evitar em tempo que o sarampo viesse a provocar mortes e maiores sofrimentos entre os índios acometidos do mal.

Os apelos não foram atendidos. A administração da FUNAI, em Manaus, omitiu-se quanto ao tratamento intensivo e aos cuidados solicitados pelos funcionários ligados à área da saúde. E, 17 mulheres e 04 homens, às vistas dos funcionários, morreram sem que eles pudessem fazer alguma coisa.

Vide Anexo D

A morte de 21 índios Atroari, vítimas de sarampo e por total descaso do órgão encarregado de assistência aos índios, demonstra claramente as intenções da atual política indigenista brasileira, hoje sob a tutela de um grupo de militares, que oriundos da chamada "*Comunidade de Informações*" vem colocando em prática uma política Genocida, visando simplesmente a exterminação das comunidades indígenas no Brasil.

O sarampo que contaminou o grupo indígena Waimiri-Atroari, que se encontra residindo nas proximidades da rodovia BR-174, espalhou entre os índios do mesmo grupo que ainda não mantém comtatos com a pessoal da FUNAI, resistindo ao contato nas malocas no centro da selva, eles contaminados, sem nenhum cuidado médico também vieram a falecer. É o que se deduz (**???**).

O número, portanto, de mortos em razão do surto de sarampo surgido entre os índios Waimiri-Atroari em maio e junho de 1981, ainda esta por ser precisado, pois fatalmente nunca se saberá o número de vítimas provocadas pelo surto.

Mesmo depois deste trágico fato, a FUNAI não se preocupou em vacinar os índios contra doenças evitáveis e nem mesmo intensificou a vigilância na estrada para que os transeuntes evitem manter contato com os índios Waimiri-Atroari.

Nas proximidades da área tradicionalmente ocupada pelos índios Waimiri-Atroari está sendo construída uma usina Hidrelétrica que utilizará o represamento das águas do rio Uatumã, na altura da cachoeira Balbina, que virá provocar a inundação de cerca de $^{1}/_{3}$ da área já reservada para os índios Waimiri-Atroari. Ao Leste da reserva já se encontra em pleno funcionamento a Empresa Timbó Mineração Ltda. pertencente ao grupo Paranapanema que está explorando os recursos minerais da área dos índios Waimiri-Atroari. A FUNAI já começou a enviar à área seus antropólogos e técnicos, supervisionados por Coronéis, propondo um estudo visando a diminuição da área e a consequente liberação das terras às empresas de Mineração que pretendem nos próximos anos instalar seus equipamentos no território dos WA (**???**).

No INCRA, em Manaus, são encontrados documentos de mais de 30 proprietários com títulos registrados em cartório, da área compreendida pela reserva Waimiri-Atroari, território tradicionalmente habitado por aqueles índios.

Em pouco, tempo, se a política não mudar, só ouviremos falar dos índios Waimiri-Atroari, através de bibliografia em citações nas bibliotecas.

A Reserva Indígena Waimiri-Atroari

Desde o início dos trabalhos do SPI, no Estado do Amazonas e da Primeira Inspetoria com sede em Manaus, que foram feitas várias tentativas de fixar limites ao avanço da sociedade não indígena sobre o território dos índios Waimiri-Atroari.

A instalação pelo SPI do Posto Indígena Mahaua, nas margens do rio Jauaperí, visando principalmente defender a integridade do território dos índios Waimiri-Atroari foi o primeiro passo para a criação de uma reserva para aqueles índios.

O primeiro documento, sobre a reserva Waimiri-Atroari, foi a Lei n° 941, de 16 de outubro de 1917, que no artigo 59, destinava as terras da margem direita no rio Jauaperí, para os índios Waimiri.

Entretanto, em 1921, o então Governador do Estado do Amazonas, o Desembargador Rego Monteiro, visando afastar qualquer empecilho às intenções de seu sobrinho Simplício Coelho Rezende Rubin, de tomar conta das terras dos índios Waimiri-Atroari, revogou a Lei n° 941 e promoveu assim a oficialização da invasão ao território indígena.

Mesmo assim, sem a proteção das leis, ou de reservas legalmente constituídas, os índios Waimiri-Atroari, após recuarem suas moradias da foz do rio Jauaperí para as cabeceiras do rio Alalaú, da foz do rio Camanaú para a região das nascentes daquele rio com as nascentes do igarapé Santo Antônio do Abonarí, da foz do rio Uatumã, para a área de suas cabeceiras, não permitiam o avanço da presença do homem civilizado para dentro daquele território. E toda a vez, que algum corajoso, aventurava-se a penetrar no último reduto dos Waimiri-Atroari, fatalmente pagava com a própria vida.

Entretanto com o início da construção da BR-174, e após o insucesso da missão Calleri e por proposta de indigenistas da FUNAI, destacando-se a participação pessoal do indigenista Gilberto Pinto Figueiredo, foi criada a reserva denominada Waimiri-Atroari, através do Decreto n° 68.907 de 13 de junho de 1971.

Os limites fixados não foram exatamente os propostos por Gilberto. A área proposta era muito maior da que foi considerada reserva indígena pelo Decreto a seguir:

> *Ao Norte: partindo da cabeceira do rio Camanaú por uma linha reta e seca até a foz de um riacho sem nome, afluente da margem esquerda do rio Jauaperí nas coordenadas aproximadas de 61°13'O e 00°35'S, daí subindo este rio à foz do seu afluente rio Alalaú, subindo este até a foz do riacho sem nome, seu afluente da margem esquerda, nas coordenadas aproximadas de 60°28'O e 00°49'S, subindo este riacho até sua cabeceira, daí por uma linha reta e seca até a cabeceira do riacho sem nome, afluente da margem direita do rio Uatumã, nas coordenadas aproximadas de 59°59'O e 00°37'S, daí descendo este riacho até sua foz no rio Uatumã.*
>
> *Leste: Deste ponto descendo o rio Uatumã até a foz do seu afluente igarapé Santo Antônio do Abonari até sua cabeceira do riacho sem nome, primeiro afluente da margem direita do rio Curianaú partindo de sua foz, nas coordenadas aproximadas de 61°01'O e 01°42'S, descendo esse riacho até a foz do rio Curiaú e por este rio abaixo até a sua foz no rio Camanaú.*
>
> *Oeste: Subindo o rio Camanaú até sua cabeceira principal.*

A área da reserva ficou com extensão aproximada de 1.611.900 ha, encravada no munícipio de Airão, no Estado do Amazonas.

A reserva, entretanto, não englobou toda a área habitada pelos índios Waimiri-Atroari. Muitas malocas dos índios e áreas de caça ficaram de fora. As malocas instaladas na margem direita do rio Alalaú e muitas outras na região central, além do Alalaú não foram consideradas e os limites fixados pelo Decreto 68.907, deixaram-nas de fora da reserva.

Na época, os indigenistas da FUNAI, principalmente Gilberto Pinto Figueiredo, protestaram contra o fato da reserva não atingir toda área realmente ocupada pelos índios Waimiri-Atroari. Entretanto nada de positivo conseguiu-se. A alegação era sempre de que por se tratar de uma região inóspita, não havia necessidade de retificar o Decreto que criara a reserva e que como ainda não se tinha conseguido contatar com a maioria do grupo indígena, seria melhor esperar o contato para definir com maior precisão os limites da área.

Entretanto, em agosto de 1974, conseguiu-se que nova área fosse interditada para fins de atração dos índios Waimiri-Atroari. Mais uma vez, não obstante ficaram de fora do Decreto que fixou os limites:

> *Decreto 74.463, de 26 de agosto de 1974, fixava os seguintes limites para esta nova área a ser acrescida à reserva decretada inicialmente para os índios Waimiri Atroari.*
>
> *Norte: Partindo do rio Jauaperí, na altura da ilha Graziela, num ponto de coordenadas 61°05'O e 00°20'S por linha seca ao rumo geral Leste, numa extensão aproximada de 4 km até a cabeceira do riacho denominado Pretinho, afluente da margem direita do rio Alalaú no ponto de coordenadas geográficas aproximadas de 60°38'O e 00°20'S. Deste ponto desce este riacho até sua confluência no rio Alalaú. Sobe este rio pela sua margem esquerda até sua confluência com o riacho sem nome, num ponto de coordenadas aproximadas de 60°10'O e 00°18'S.*

Leste: Deste ponto sobe este riacho sem nome até sua cabeceira. Daí por uma linha reta e seca, até a cabeceira do riacho sem nome afluente da margem esquerda do rio Alalaú no ponto de coordenadas 60°05'O e 00°35'S.

Sul: Deste ponto desce este riacho sem nome até sua confluência com o rio Alalaú, daí desce este rio pela sua margem direita até sua confluência com o rio Jauaperí.

Oeste: Deste ponto, sobe este rio pela margem esquerda no ponto de coordenadas 61°05'O e 00°20'S.

Este Decreto estava com os limites errados quanto as coordenadas geográficas e em janeiro de 1975, através do Decreto 75.310/75, ele foi retificado. Entretanto, ainda permaneceu um erro, que demonstra a falta de cuidado e critérios em fixar limites de áreas indígenas naquela época. A área interditada pelo Decreto 74.463/74 e retificada pelo Decreto 75.310/75, fica encravada no território de Roraima e não município de Airão no Estado do Amazonas. Erro que persiste até os dias de hoje.

No mesmo ano de 1975, Apoena Meireles, sertanista que substituiu Gilberto Pinto Figueiredo à frente dos trabalhos de atração dos índios Waimiri-Atroari, vendo a urgente necessidade de instalar na região condições para desenvolver um trabalho de proteção dos índios mais efetivamente em vista da instalação da rodovia BR-174, propôs a criação de um Parque Indígena, nos moldes dos já existentes em outras áreas da Amazônia, como o Parque do Aripuanã e Parque do Xingu.

Entretanto, somente em 1977, a sua ideia foi acolhida e reformulada pelo General Demócrito Soares de Oliveira, então Diretor da Coordenação da Amazônia – COAMA, órgão da administração da própria FUNAI, encarregado dos assuntos da

Amazônia Legal, e proposta ao Presidente da FUNAI, que por sua vez tentou vender a ideia ao Ministro do Interior de então – Maurício Rangel Reis, não conseguindo, entretanto, aprovação.

Em 1978, o Presidente da FUNAI, General Ismarth de Araújo Oliveira, acolhendo sugestões da COAMA, interditou mais uma área adjacente à reserva às áreas anteriormente interditadas para proteção dos índios Waimiri-Atroari, declarando área de ocupação, através da Portaria n° 511 N, datada de 04 de julho de 1978, incluindo, consequentemente, na área de reserva, a área de 03 malocas que se encontravam fora dos limites da reserva Waimiri-Atroari e das áreas anteriormente interditadas.

A Portaria n° 511 N, juntamente com os Decretos 68.907/71, 74.463/74 e 75.310/75, delimitaram a área mínima do território dos índios Waimiri-Atroari, que na época já era uma ilha entre um sem número de novos vizinhos que se instalaram na região com projetos de exploração de madeira, agropecuária e mineração.

A Portaria n° 511 N, foi o último documento oficial que visava a proteção do território dos índios Waimiri-Atroari.

Estes diplomas, mesmo de forma frágil, mas que reconheciam oficialmente a área dos índios Waimiri-Atroari, foram a principal defesa do território daqueles índios à frente de várias tentativas de invasão. Entretanto no decorrer dos anos e com a instalação de projetos de exploração agrícola e madeireiro nas proximidades da reserva, aventureiros e especuladores, com a parcimônia de órgão oficial, chegaram a registrar como propriedades particulares, vastas áreas dentro da reserva dos índios Waimiri-Atroari.

Mesmo com registro, ou declaração de posse junto ao INCRA e "*pagando impostos*", estes falsos proprietários nunca se arriscaram a tomar, de sua, declarada propriedade, talvez pelo grande temor que os regionais ainda cultivam com relação à agressividade dos índios Waimiri-Atroari.

Com autorização da FUNAI, encontra-se instalada dentro da reserva Waimiri-Atroari a empresa de mineração Timbó Mineradora Ltda., pertencente ao grupo Paranapanema, que se encontra em plena atividade exploratória na região Leste da reserva.

Vide Anexo E

Nas proximidades da reserva Waimiri-Atroari, no rio Uatumã, abaixo um pouco do limite Noroeste está sendo construída a usina hidrelétrica denominada Balbina, que usara o represamento das águas do rio Uatumã, como força hidráulica, formando um grande lago a jusante da barragem, que provocará a inundação de cerca de $^{1}/_{3}$ da área da reserva Waimiri-Atroari.

Em janeiro de 1979, a ELETRONORTE comunicou à FUNAI que iria iniciar os trabalhos da construção da Barragem que represará o rio Uatumã informando o nível que a lamina d'água atingirá e a sua influência na área da reserva Waimiri-Atroari.

Vide Anexo F

A inundação de parte da reserva Waimiri-Atroari, atingirá também parte da rodovia BR-174, exatamente no trecho da estrada que fica dentro da área dos índios.

Entretanto, sabe-se que existem duas alternativas para solucionar a problema da inundação do trecho da rodovia.

- ✓ Alteamento dos trechos atingidos.
- ✓ Construção de uma nova estrada, contornando o lago que se formará dentro da reserva Waimiri-Atroari, quando da construção da barragem na cachoeira Balbina.

Sabe-se também que a construção de uma nova estrada já foi determinada. Os trabalhos de levantamento topográfico já foram realizados. Mais uma vez o território Waimiri-Atroari sofrerá depredações.

Vide Anexo G

Diminuição da Reserva Waimiri-Atroari

Quando este livro já se encontrava composto, surgiram fatos novos, que vieram confirmar minhas previsões e infelizmente, foram tomadas novas medidas pelo poder público, visando destruir o que resta dos índios conhecidos como Waimiri-Atroari.

No ano de 1980, a FUNAI, tendo à frente da sua administração o bisonho Coronel da reserva João Carlos Nobre da Veiga, pessoa declarada inimiga dos índios, vinha tomando uma série de medidas visando diminuir algumas das poucas reservas indígenas já existentes no território nacional.

Sabe-se que o referido Coronel João Carlos Nobre da Veiga, tinha e ainda mantém estreita ligações com grupos econômicos do ramo de exploração e extração de minérios.

Talvez por isto, tenha facilitado que a empresa Paranapanema S/A, conseguisse obter junto ao DNPM, do Ministério das Minas e Energia, alvará de pesquisa na área Nordeste da reserva indígena Waimiri-Atroari.

Depois de um ano de pesquisa a empresa Paranapanema, constatou a existência de uma grande jazida de estanho na área em que pesquisava dentro da reserva indígena Waimiri-Atroari.

Para exploração da jazida, foi elaborado o Projeto Pitinga, com previsão de investimentos na área de US$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de dólares) para aplicação nos anos de 1982 e 1983.

O potencial da jazida foi estimado em 28.000 toneladas de estanho, perfazendo um montante de US$ 420.000.000 (quatrocentos e vinte milhões de dólares).

Entretanto o projeto enfrentava dificuldade para sua aplicação, em face de jazida encontrar-se encravada dentro da reserva indígena Waimiri-Atroari.

A dificuldade foi afastada, pois a própria FUNAI, tutora dos índios e responsável pelo zelo e conservação da posse e usufruto pelos índios das terras por eles habitadas, através de seus dirigentes, inclusive seu Presidente, Cel Nobre da Veiga, vinha praticando uma política de traição aos seus tutelados e declaradamente de posição favorável a grupos econômicos invasores dos territórios indígenas.

Tao logo a firma Paranapanema procurou a FUNAI para tentar conseguir a necessária autorização para explorar a jazida existente na área Nordeste da reserva indígena Waimiri-Atroari, foi desencadeado um processo de elaboração de proposta para diminuição da área da reserva.

Através do Departamento Geral de Patrimônio Indígena da FUNAI, foram nomeadas várias comissões de antropólogos (recém-contratados pela FUNAI em substituição a um grupo de indigenistas, que por não concordarem com a política posta em prática pela administração do Cel Nobre da Veiga) para reestruturarem em caráter de urgência a diminuição da reserva indígena Waimiri-Atroari de tal sorte que deixasse de fora a jazida de estanho descoberta pela empresa Paranapanema. Entretanto mesmo usando os antropólogos recém-contratados o DGPI, sob comando do Cel Pagano não conseguiu que fosse elaborada a proposta de diminuição da reserva indígena Waimiri-Atroari.

Resolveu então o Diretor do DGPI, Cel Pagano a nomear um seu colega, o Coronel da reserva de nome Ney Fonseca e sua principal assistente, a antropóloga de nome Hildegart Rick, para dar uma solução urgente no "*caso*" Paranapanema. O Cel Ney Fonseca e a antropóloga Hildegart estiveram na área dos índios Waimiri-Atroari, num período de 2 (dois) dias e fizeram rápidos sobrevoos sobre a mata, verificando, segundo alegaram em seu relatório, a existência ou não de malocas de índios Waimiri-Atroari, nas proximidades do acampamento da empresa pesquisadora de minérios, Paranapanema.

Como não "*viram*" nenhuma maloca nos rápidos e "*arriscados*" sobrevoos que fizeram sobre a mata amazônica, no processo, já em andamento propuseram a

diminuição da área da reserva indígena Waimiri-Atroari. A proposta de diminuição da reserva indígena foi remetida ao Ministério do Interior (Processo FUNAI BSB/2625/81), em caráter de urgência e em seguida encaminhado à Presidência da República para formalização do Decreto.

Em 23 de novembro de 1981, o Presidente Figueiredo, através do Decreto n° 86.630/81, revogando todos os decretos anteriores (Decretos 68.907/71 de 13.07.71, 74.463 de 26.04.74 e 75.310 de 27.01.75 que criavam e aumentavam a Reserva Indígena Waimiri-Atroari), tornou extinta a Reserva Indígena Waimiri-Atroari, transformando a área habitada por aqueles índios como "*Área Interditada Temporariamente Para Fins de Atração e Pacificação Dos Índios Waimiri-Atroari*", invertendo totalmente o processo de formalização de uma Reserva Indígena, pois a medida tomada não caberia, pois a Reserva Indígena já estava legalmente criada e com os limites já bem definidos pelos Decretos nos 69/907/71 e 74.463/74 e 75.310/75.

Além do ato de acabar com a Reserva Indígena, tornando-a apenas "*área interditada*" o Decreto 86.630/81 de 23.11.81, diminuiu a área em 526.800 hectares, exatamente a área pretendida pela empresa de mineração Paranapanema S/A.

Um verdadeiro absurdo, um verdadeiro crime contra a população indígena Waimiri-Atroari, pois devido a sua condição de índios ainda arredios, não tem condições de protesta publicamente contra o abuso e traição praticada pelos seus tutores.

Nova Estrada Dentro da Terra dos Indios WA

Com a extinção da reserva indígena Waimiri-Atroari, que passou a ser apenas uma "*área interditada temporariamente*" e a diminuição da área deixando livre e desembaraçada 526.800 hectares para a empresa Paranapanema S/A, foi dado o prosseguimento ao processo de instalação do Projeto Pitinga, daquela empresa, que visa a exploração de jazida estanífera.

Entretanto a Paranapanema S/A, não satisfeita com os 526.800 hectares das terras indígenas que lhe foram, não se sabe a que preço, cedidas pela direção da FUNAI, passou a exigir daquele órgão, que lhe autorizasse a construir dentro da nova "*área interditada*" uma estrada para utilização em caráter privado e exclusivo, com o fim de escoar por rodovia, o minério a ser retirado da jazida de estanho que se encontra na área indígena, hoje em poder daquela empresa.

No período em que a Paranapanema formalizou a FUNAI o pedido de autorização para construir a estrada, antes mesmo de qualquer resposta, iniciou os trabalhos de construção abrindo picadas e levantamentos topográficos.

Nesta época, dezembro de 1981, o Cel Nobre da Veiga foi afastado da FUNAI, levando consigo a fama de pior Presidente que a FUNAI já teve, inclusive com a marca de várias denúncias públicas de seu envolvimento com casos de corrupção administrativa.

Em seu lugar assumiu o Cel Paulo Moreira Leal, que oriundo da Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, era uma esperança para que pelo menos a seriedade e o respeito às leis fosse restabelecido na FUNAI.

Com a mudança da administração, os desejos da Paranapanema não tiveram a mesma acolhida que vinha recebendo na época da administração do Cel Nobre da Veiga.

Consultados os antropólogos do órgão (Processo nº 003929/81-FUNAI) e sem a ameaça do Cel Nobre da Veiga, estes foram de parecer contrário à pretensão da Paranapanema S/A de mais uma vez invadir as terras dos índios Waimiri-Atroari, através da construção de uma estrada com 38 km de extensão para seu uso exclusivo.

Diante do impasse técnico, devido à negativa dos antropólogos, um dos remanescentes da administração Nobre da Veiga, o truculento Diretor e Chefe da Assessora de Estudos e Pesquisas da FUNAI, Cel Ivã Zanoni Heusen, assumiu a questão "*Paranapanema*" e procurou novas fórmulas para atender o desejo daquela empresa de mineração.

Sugeriu que tendo em vista a necessidade premente e inevitável de ser construída a estrada, fosse criada na área, uma infraestrutura por parte da FUNAI, visando evitar possíveis reações dos índios contra os construtores da estrada e futuros transeuntes da rodovia, quando a Paranapanema S/A iniciasse o transporte do minério.

Sugeriu também que fosse cobiçado um elemento que conhecesse os índios Waimiri-Atroari, para exercer suas atividades de sertanista e indigenista junto às equipes de funcionários da Paranapanema S/A, visando a proteção dos trabalhos a serem realizados quando da construção da estrada.

A pessoa escolhida fui eu. E pessoalmente fui convidado pelo Cel Zanoni. Como senti que por trás do convite existiam interesses não confessados e que a firma Paranapanema estava invadindo terras indígenas, recusei em princípio o convite, propondo que antes de qualquer resposta, eu visitasse a área e depois do meu retorno daria a minha resposta final.

Estive na área indígena Waimiri-Atroari, assim como no acampamento da Paranapanema, onde os trabalhos de infraestrutura já se encontram mediante estágio de implantação.

Constatei na ocasião, que o Projeto Pitinga, da Paranapanema, não se restringe somente à área de 526.800 hectares, cedidas da área indígena pela FUNAI, mas inclui também toda a área compreendida a direita da rodovia BR 174 no sentido Manaus-Caracaraí, entre os rios Santo Antônio do Abonari e Alalaú e que a estrada a ser construída pela Paranapanema, visa principalmente a posse dessa área e não necessariamente um meio e via de escoamento do minério já descoberto na área cedida pela FUNAI.

Quando retornei a Brasília, apresentei um relatório ao Presidente da FUNAI, Cel Paulo Moreira Leal, informando-o dos males que a estrada, se construída, causaria aos índios e que havia constatado com relação às pretensões expansionistas do Projeto Pitinga da Paranapanema, com relação às "*Terras dos índios Waimiri-Atroari*".

Em princípio a minha denúncia foi bem acolhida, principalmente quanto à denúncia do processo em que resultou na diminuição da reserva.

Providências na FUNAI foram tomadas no sentido de apurar responsabilidades quanto a possível envolvimento de funcionários do órgão, favorecendo a empresa Paranapanema S/A em prejuízo das terras dos índios Waimiri-Atroari.

Sabe-se que o Cel Paulo Leal, após ter sido contrário a pretensão da Paranapanema S/A em construir mais uma estrada dentro da "*área interditada dos índios Waimiri-Atroari*", teria voltado atrás, cedendo a fortes pressões que recebera dos altos escalões da administração federal.

Após a entrega do meu relatório ao Presidente da FUNAI, contrário às pretensões da Paranapanema S/A, fui procurado por um dos seus funcionários, o Sr. Villas-Bôas, que ao saber do meu parecer contrário à pretensão da empresa em que trabalha, de construir uma estrada dentro dos domínios territoriais dos índios Waimiri-Atroari, fez-me pessoalmente ameaças, dizendo:

Que o poder econômico e muito forte e que passaria par cima de mim e do Presidente da FUNAI e até mesmo de quem quer que fosse que tentasse impedir o sucesso do Projeto Pitinga.

Da forma como estão acontecendo os fatos, certamente quando este livro começar a chegar às mãos do público, novos crimes contra os índios Waimiri-Atroari já foram perpetrados e sua reserva mais uma vez diminuída.

Anexo A

Folha de BV
Boa Vista, RR – Terça-feira, 31.05.2016

Fazendeiros Sebastião Diniz e o Coronel Pinto
Personagens da nossa História
[Por Francisco Cândido]

Sebastião Diniz: Em 1861 o fazendeiro Sebastião José Diniz transferiu-se da Ilha de Marajó, no Pará, para o vale do rio Branco [Roraima], trazendo grande quantidade de bois, cavalos, ovelhas e aqui fundou mais de vinte fazendas. Dentre elas as Fazendas: Flechal, Ponta da Serra, Maruaí, Jutaí, Jacitara, Truaru, Pau-Rainha, Iracema, Santa Adelaide, Bonfim e outras na região da Serra da Lua.

Sebastião Diniz foi também pioneiro no transporte fluvial do rio Branco, com lanchas a vapor em viagens de Boa Vista a Manaus e de lá até Belém, no Pará. Com seus próprios recursos financeiros ele ajudou na ocupação desta região, além de haver, com uma equipe de 52 homens, feito a primeira estrada de terra [uma picada no meio da selva] partindo de Manaus até Boa Vista.

E, para trabalhar em suas fazendas no rio Branco, foi buscar famílias nos estados nordestinos, onde ele fez circular notícias sobre a agropecuária e a riqueza dos nossos lavrados.

Nas longas viagens do Nordeste até Boa Vista, ele fornecia as passagens, alimentação e roupas. E, quando as famílias eram levadas para suas fazendas no interior, ele providenciava a construção de moradias e participação na criação do gado. Assim foi com as famílias: Terêncio Lima; Pereira de Melo – vindos da cidade de Bananeiras, na Paraíba; Severino Pereira da Silva [Severino Mineiro –

fundador do Uiramutã e patriarca da família Sales em Boa Vista]; Família Piauí – os descendentes do velho Piauí; e, vindos do Rio Grande do Norte – Oliveira Brito; e vindos do Ceará: João Evangelista de Pinho e os Alves dos Reis, o Joaquim Gomes [Joaquim Vermelho], o Roberto Costa e irmão; e muitas outras famílias.

Os nomes de Sebastião Diniz e o de Terêncio Lima estão ligados à primeira estrada de Manaus a Boa Vista. Sob a chefia de Terêncio Lima, 52 homens, entre Topógrafos e trabalhadores braçais, percorreram 815 quilômetros, sendo 761 km em mata virgem do Amazonas e 54 km nos campos de Roraima. Foram 14 meses de caminhada, iniciando em 13.11.1893 e concluída no dia 13.01.1895.

Nesta viagem, eles atravessaram 9 rios caudalosos e 734 igarapés, e fincando no solo 816 marcos quilométricos em toda a extensão. Tudo isto, usando apenas machados, facões, terçados, foices e enxadas. A picada desenvolveu-se cortando os rios no Amazonas: Tarumã, Cueiras, Urubu, Uatumã; e, já nas terras de Roraima, os rios: Jauaperí, Anauá, Baraúna, rio Branco e rio Mucajaí. A estrada que eles, sacrificadamente, fizeram já não existe mais.

A estrada partia de Manaus até a hoje localidade de Novo Paraíso, e de lá seguia para a Serra da Lua, passando por onde hoje estão as colônias Confiança I, II e III, e, vinha até o Cunhã-Pucá. Do total de 52 homens, apenas 18 conseguiram chegar a Boa Vista, e mesmo assim, em estado deplorável de saúde e fome, alguns vinham carregados nos ombros dos companheiros e outros, praticamente, se arrastando. Os demais, lamentavelmente, ficaram para sempre na imensidão da selva. Dentre os sobreviventes e que conseguiu cumprir a jornada de trabalho, estava o Antônio Terêncio Lima. Por seu trabalho, Sebastião Diniz deu-lhe várias fazendas e gado.

Coronel Pinto: Seu nome era Manoel Pereira Pinto, nascido no dia 31 de agosto de 1864 em Coimbra – Portugal. Ainda jovem o Manoel Pinto veio para o Brasil, precisamente para o Grão-Pará [à época, a região composta pelas províncias do Pará, Amazonas, e parte do

Maranhão]. Em Belém do Pará, Manoel Pinto ingressou na Guarda Nacional, em pleno período Imperial de Dom Pedro II, chegando ao posto de Coronel da Guarda Nacional, daí o nome: Coronel Pinto. Após deixar a vida militar, o Coronel Pinto comprou várias propriedades rurais na Ilha de Marajó, onde conheceu e casou com a senhora Maria Diniz de Lima Pinto – filha do rico fazendeiro Sebastião Diniz. O Coronel Pinto veio para Boa Vista e, em seguida foi para a região da Serra da Lua, no Cantá [onde sua esposa Maria Diniz, tinha herança de terras deixadas pelo pai Sebastião Diniz]. O casal foi proprietário de várias fazendas com grande extensão de terras, e tiveram os filhos: Ernesto, Ernestina, Aurélio, Aurelina, Joaquim, Regina, Branca, Manoel Parimé, e Manoel Vitorino Pereira Pinto [este último filho, o "*Vitorino Pinto*" foi por muitos anos Tabelião do primeiro Cartório em Boa Vista. Era casado com a senhora Blandina Castelo Branco Pereira Pinto – conhecida como "*Tia Nazinha*"].

Após ficar viúvo, o Coronel Pinto, deixou a região da Serra da Lua e se mudou em definitivo para Boa Vista, onde foi contratado pela Prefeitura para exercer a atividade de "*Guarda-livros*" [Contador, o contabilista de Finanças]. Ele fazia a contabilidade fiscal da Prefeitura e de várias propriedades dos fazendeiros em Boa Vista.

Manoel Pereira Pinto, o Coronel Pinto, foi um dos fundadores da primeira Loja Maçônica de Roraima [a hoje Loja Liberdade e Progresso n° 1, na rua que leva seu nome]. Ele faleceu em Boa Vista no dia 05 de maio de 1965. (FOLHA DE BV, 31.05.2016)

Anexo B

Jornal do Comércio, n° 21.205
Manaus, AM – Quinta-feira, 15.02.1973

Ministério do Exército
Comando Militar da Amazônia
2° Grupamento de Engenharia de Construção

Nota Oficial

O Comando do 2° Grupamento de Engenharia de Construção, a quem está delegada a implantação da BR-174 [MANAUS – BOA VISTA – FRONTEIRA DA VENEZUELA], em face das insistentes notícias que vem sendo publicadas em jornais desta capital e, mesmo, dos grandes centros do País, em que o Sr. Celso Moreira Maia é apresentado como responsável ou culpado pelo trágico trucidamento de três funcionários da FUNAI por silvícolas, no posto daquela Fundação situado à margem do rio Alalaú, sente-se no dever de prestar ao público os indispensáveis esclarecimentos a fim de que conclusões precipitadas e acusações sem fundamento na verdade dos fatos não venham a estigmatizar um humilde patrício que, à sua maneira e com o seu trabalho, colaborou eficazmente na importante obra que estamos realizando.

Desde que se intensificaram os trabalhos de desmatamento na BR-174, com previsão de travessia da Reserva Indígena Waimiri-Atroari, este Comando manteve-se permanentemente informado do que estava acontecendo naquela frente de serviço, seja através do Comando do 6° BECnst, que dirige diretamente os trabalhos, seja através da Delegacia Regional da FUNAI, cuja missão era exercer, com o seu pessoal especializado, o controle dos grupos indígenas Waimiri-Atroari que habitam as proximidades do traçado da rodovia.

Durante todo o período em que as turmas de desmatamento permaneceram na área indígena, que se estendeu de Jul 72 a 4 Jan 73, quando foi atingido o rio Jauaperí e iniciada a retirada do pessoal por aquele rio, nenhum choque ou desentendimento foi registrado entre trabalhadores e índios Atroari, muito embora estes acorressem frequentemente aos acampamentos das turmas, via de regra em busca de presentes, particularmente artigos de alimentação. A segurança das operações foi mantida, na travessia do território habitado pelos Atroari, pela observância de procedimentos previamente estudados e estabelecidos, ditados pela experiência e argúcia de homens estudiosos da história e dos hábitos indígenas e, conhecedores da região, como o Ten Cel José de Almeida Oliveira, Cmt 6° BEC; o sertanista Gilberto Pinto Figueiredo Costa, da FUNAI e o empreiteiro André Moreira Nunes. Duas regras básicas foram seguidas: a presença permanente de grandes efetivos [cerca de 200 homens foram mantidos em serviço], que desencorajasse qualquer atitude agressiva por parte dos indígenas e a abundância de suprimentos, que neutralizasse a sua natural cobiça e rapacidade. Essas medidas revelaram-se plenamente eficazes e asseguraram a paz entre trabalhadores e silvícolas durante todo o tempo em que estiveram em contato.

Uma vez atingido o rio Alalaú pelas turmas de desmatamento, em Jul 72, o empreiteiro André Moreira Nunes comtratou Celso Moreira Maia para efetuar o transporte de suprimentos, por via fluvial, até o acampamento estabelecido na margem Norte daquele rio e que serviria de apoio para o prosseguimento dos trabalhos. Desincumbindo-se dessa tarefa foi que Celso Maia manteve, em duas oportunidades apenas, contatos casuais com grupos de Atroari, em companhia de seu auxiliar Pedro Leandro. Ambos os contatos, porque se verificaram no acampamento da turma de desmatamento, à margem do Alalaú, ou em suas proximidades, foram testemunhados por um número considerável de pessoas, que são unânimes em afirmar quanto às manifestações de alegria e consideração dos indígenas para com Celso Maia. Chamando-o, mesmo, repetidamente, de "*Papai Maia*". Há, pois, abundante e indubitável comprovação testemunhal da boa acolhida dada pelos indígenas a Celso Maia.

Já a versão que tem sido difundida, de que aquele cidadão teria praticado atos ofensivos aos costumes indígenas e por isso atraído seu ódio, carece totalmente de testemunhas oculares e peca pela inaceitabilidade da história fantástica de um homem que, quase sozinho, teve a inacreditável coragem e audácia de ofender os Atroari em suas próprias malocas, retirando-se, após, impune e ileso. Datam de 14/15 Ago e 17/20 Set os contatos de Celso Maia com os Atroari, comprovadamente amistosos. Após esta última data, não mais os encontrou, por motivos que adiante se verão.

Em Out 72, o sertanista Gilberto Pinto Figueiredo Costa, encarregado pela FUNAI de chefiar os trabalhos de controle dos Atroari durante a travessia da Reserva Indígena pelas turmas de desmatamento da BR-174, solicitou ao Cmdo 2° Gpt o afastamento de Celso Maia daquela área, sob a alegação de que suas relações com os indígenas estariam perturbando o trabalho da equipe da FUNAI.

Já sabedor da verdadeira natureza das relações de Celso Maia com os Atroari, através das informações procedentes da frente de serviço, este Comando considerou a solicitação do sertanista e atribuía a razões exclusivamente de ordem técnica, perfeitamente compreensíveis. Uma excessiva popularidade do transportador entre os Atroari, francamente caracterizada e comprovada, poderia enfraquecer ou comprometer a ação de liderança sobre os indígenas que, por imposição funcional, deveria ser mantida por Gilberto Pinto. Fiel, portanto, à politica de unidade de comando, fixação e definição de responsabilidades e confiando, como sempre confiou na ação profissional especializada dos elementos da FUNAI e no acerto da orientação seguida por aquele órgão, o Cmdo do Gpt recomendou ao empreiteiro André Moreira Nunes que Celso Mala não mais entrasse em contato com os Atroari. O que foi acatado e compreendido por ambos, não tendo Celso Maia, em outras viagens que realizou, ultrapassado a confluência Jauaperí/Alalaú.

Não foi, pois, convém frisar, Celso Maia proibido de penetrar na Reserva Indígena por mau comportamento em relação aos indígenas, mas, simplesmente afastado, de

comum acordo, a fim de manter-se o princípio de fixação de responsabilidades previamente estabelecido:

A CONSTRUÇÃO DA ESTRADA É MISSÃO DO EXÉRCITO, O CONTROLE DOS INDÍGENAS É MISSÃO DA FUNAI.

Realmente, no período que transcorreu após 20 Set 72, data do último contato de Celso Maia com os silvícolas, estes o procuraram várias vezes, não com o propósito vindicativo que está sendo atribuído a essas buscas senão com a esperança de obter novamente com ele as utilidades com que costumava brindá-los. Se houve qualquer impaciência ou inquietação entre os indígenas provocada pela pessoa de Celso Maia, isto se deveu à sua prolongada ausência, pois aguardavam a sua volta, vendo nele um homem capacitado a proporcionar-lhes coisas por eles apreciadas, jamais um elemento nocivo a ser eliminado.

Assim sendo, com base em fatos comprovados e no bom-senso, estaríamos muito mais próximos da verdade se formulássemos a hipótese de os indígenas terem trucidado os desventurados funcionários da FUNAI por julgá-los responsáveis pelo desaparecimento de Celso Maia ou por sua incapacidade de fazê-lo aparecer. E, neste caso, a "*culpa*" recairia sobre o dedicado sertanista Gilberto Pinto, que propôs o seu afastamento da área e o Cmdo do 2° Gpt E Cnst, que concordou com a medida. E muitos outros "*culpados*" poder-se-ia encontrar, seguindo essa linha de raciocínio e fazendo variar as hipóteses ([20]).

Donde se conclui que o essencial da questão não é encontrar, obrigatoriamente, culpados. Isso não restituiria a vida àqueles heroicos funcionários que tombaram no seu posto e no cumprimento do seu dever, nem, traria mais satisfação e amparo às suas famílias. Criminalmente falando, os culpados são os Atroari, que os assassinaram, e mais ninguém. E estes são irresponsáveis perante nossas leis, dada a sua concepção de selvagens.Buscar culpados ou responsáveis indiretos pela triste ocorrência seria uma tarefa quase irrealizável e sem qualquer objetivo prático, por isso que a todos os atos, erros ou

[20] E agora Porfírio? (Hiram Reis)

omissões praticados anteriormente ao massacre, por quem quer que fosse, e que pudessem tê-lo provocado ou propiciado, faltaria a condição essencial para configurar a culpabilidade, qual seja o propósito deliberado de atingir aquele resultado.

Somos testemunhas das tremendas dificuldades enfrentadas pelos dedicados homens da FUNAI, no cumprimento da tarefa mais árdua, difícil e arriscada que se tem notícia neste País. Beneficiamo-nos permanentemente desse trabalho e consideramo-lo fator decisivo dos êxitos até agora alcançados na nossa missão, pelo que lhes somos infinitamente gratos.

Ao mesmo tempo em que nos irmanamos com eles, na sua dor pela perda daqueles três companheiros, contamos em que a inteligência, sensatez e dignidade de seus dirigentes saibam conduzir as indispensáveis investigações no sentido de apurarem-se quais os erros ou falhas de procedimento ou de segurança cometidos na montagem e operação do posto do Alalaú, visando, exclusivamente, evitá-los no futuro, poupando, assim, vidas tão preciosas para a consecução de seus nobres e grandiosos objetivos.

Estes são os esclarecimentos que o Cmdo 2° Gpt E Cnst sentiu-se no dever e na obrigação de prestar aos nossos patrícios, em nome do Bom Senso, da Justiça e da Verdade.

Manaus, AM, em 13 de fevereiro de 1973

Gen Bda OCTÁVIO FERREIRA QUEIROZ,

Cmt do 2° Gpt E Cnst
(JORNAL DO COMÉRCIO, N° 21.205)

Anexo C

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
2° GRUPAMENTO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

Manaus, AM, em 21.11.1974
Ofício n° 42-E2-Conf Do Comandante do 2° GECnst
Ao Comandante do 6° BECnst
Assunto: Trabalhos na BR-174
[Determina]

1. Em consequência da reunião realizada no KM 220 da BR-174, entre este e esse Comando, juntamente com os Sr. Francisco Mont'Alverne Pires, Delegado Regional da FUNAI no Estado do Amazonas e Saul Carvalho Lopes, Diretor da Divisão Amazônia da FUNAI, e, considerando:

    - Os últimos acontecimentos havidos na região do Rio Alalaú;
    - Que os trabalhos de implantação da BR-174 não podem ser interrompidos;
    - Que estes trabalhos devem ser realizados obedecendo todas as medidas de segurança;

2. Determino que:

    - O trabalho da Turma de Desmatamento Manual, a partir do Rio Alalaú, seja realizado em conjunto com a Turma de Limpeza e Destocamento e que ambas as Turmas possuam um só acampamento;
    - A Turma de desmatamento Manual realize seus trabalhos grupada e que esses grupos possuam, no mínimo, 15 homens;

- A Turma de desmatamento Manual seja sempre acompanhada por elementos especializados da FUNAI;
- Dentro das possibilidades da FUNAI, sejam as demais turmas acompanhadas por esses elementos especializados;
- Sejam dadas instruções intensivas para que todas as turmas ou grupos que recebam visitas amigáveis dos índios as considerem como um aviso de futuro ataque e que tomem as necessárias medidas para retrair ou receber reforços;
- Sejam distribuídos às turmas e grupos – foguetes e bombas do tipo *"junino"* – para afugentar os índios, devendo esses artifícios pirotécnicos serem utilizados com parcimônia, para que produzam resultados;
- Seja estabelecido no Destacamento Sul desse Batalhão um Grupo de segurança, comandado por um oficial, com efetivo a critério desse Cmdo e que tenha entre outras, as seguintes missões:
  - ✓ Planejar e dar segurança às turmas de trabalho, com prioridade para as turmas mais destacadas à frente;
  - ✓ Planejar e dar segurança nos deslocamentos motorizados que os oficiais e sargentos Chefes de turma são obrigados a fazer, por força de suas atribuições;
- Esse grupo de segurança seja devidamente instruído para, no caso de indícios de agressão, utilizar todos os meios de persuasão possíveis, só se valendo do uso da força nos casos de legítima defesa própria ou de outrem;
- Esse Cmdo coloque, de início, homens à disposição da FUNAI para auxiliar o trabalho dos sertanistas e que, no futuro, forneça uma complementação de salário ao pessoal contratado da FUNAI;

- Esse Cmdo forneça todo o apoio solicitado pelos elementos especializados da FUNAI, apoio esse em brindes, gêneros alimentícios, material para a construção dos Postos, alojamentos e deslocamentos necessários;
- Esse Cmdo, caso haja visitas dos índios, realize pequenas demonstrações de força, mostrando aos mesmos os efeitos de uma rajada de metralhadora, de granadas defensivas e da destruição pelo uso de dinamite;
- Sejam os acampamentos protegidos com cercas de 8 fios de arame farpado, e que, entre a cerca e a mata haja uma área de terreno limpo [desmatado], com no mínimo 6 metros de largura, envolvendo todo o acampamento.

3. Informo, outrossim, que, fica estabelecido que o relacionamento com vista à pacificação dos índios é a cargo da FUNAI, a quem estamos solicitando medidas que precedam e acompanhem os trabalhos de implantação da rodovia.

_____

Gen Bda Gentil Nogueira Paes
Cmt do 2° Gpt E Cnst

Anexo D

Jornal do Brasil, n° 145 – Rio de Janeiro, RJ
Quarta-Feira, 24.09.1969

FUNAI Detém Chefe Atroari
Temendo Sarampo na Aldeia

Brasília [Sucursal] – O Sertanista Gilberto Pinto está se defrontando com um sério problema: impedir que o Cacique Maruaga dos Atroari regresse de imediato à sua aldeia, pois pode estar levando doença que dizimará seu povo. Maruaga esteve recentemente no Posto Indígena Jatapú, onde quatro crianças se encontram com sarampo. Se ele ou um dos seus 23 guerreiros retornar à aldeia com o bacilo da doença, os Atroari, cerca de 2 mil, poderão morrer da doença, que normalmente lhes é fatal.

PACIFICAÇÃO

Desde que massacraram a expedição do Padre Calleri os Atroari vêm sendo alvo das atenções da FUNAI, que tem desenvolvido todos os esforços para pacificá-los. Em maio, um grupo desses índios aproximou-se do Posto Irmãos Bríglia, ocorrendo novos encontros nos últimos meses. O sertanista Gilberto Pinto, considerado na FUNAI como o melhor depois de Francisco Meireles, acertou com o cacique Maruaga, através de índios que apareceram no posto, um encontro a várias luas, mais ou menos em fins de outubro. Foi surpreendido com a notícia de que Maruaga, acompanhado de 23 guerreiros, apareceu no Posto do Rio Jatapú. Nesse Posto, quatro crianças encontram-se com sarampo. Ao ser avisado do aparecimento de Maruaga, Gilberto deslocou-se para o local, mas já não o encontrou. Após dias e noites de marcha batida, de acordo com notícias chegadas ontem, conseguiu encontrar Maruaga já nas cachoeiras do Rio Camanaú.

A missão principal de Gilberto é de colocar Maruaga e seus 23 guerreiros de quarentena, até que se verifique se algum deles contraiu ou não a doença. O receio da FUNAI é que estes índios, ao regressarem, contaminem a Aldeia, o que representará morte certa para vários Atroari, pois são muito sensíveis ao sarampo e à gripe.

O sertanista Gilberto Pinto, no entanto, não pode explicar aos índios essa circunstância, pois são desconfiados e há receio de que se revoltem.

No primeiro contato, mantido a 19 último. Gilberto não conseguiu convencê-los a ficarem para caçadas e pescarias porque, argumentavam, "*estavam sem suas Marias*", as mulheres. Ainda que Gilberto Pinto não tenha notado qualquer sinal da doença nos índios no encontro mantido a 19 último, poderá haver dificuldades mesmo que ele consiga, retê-los.

Os índios, que se mostram muito desconfiados, se algum deles vier a ficar com sarampo poderão considerar isto uma consequência de terem sido retidos pelo sertanista. (JORNAL DO BRASIL, N° 145)

Jornal do Comércio, n° 23.388 – Manaus, AM
Sexta-Feira, 22.05.1981

Para a FUNAI o Sarampo Atroari é Coisa Normal

O Conselho Indigenista Missionário [CIMI] e o Grupo Kukuro de Apoio a Causa Indígena, divulgou nota esta semana informando que os Waimiri-Atroari estão morrendo em Manaus, vitimados por tubérculose, sarampo, esquistossomose e pneumonia. O CIMI definiu esse surto de "*guerra bacteriológica*", incentivada pela FUNAI, que costuma publicar novas técnicas no processo de civilização desse povo.

Para o CIMI, essas novas técnicas não deixaram de ser uma forma do processo de extermínio. Essas acusações foram rebatidas pelo Delegado Regional da FUNAI, Kazuto Kavamoto, quando declarou que:

> *Providências estão sendo tomadas desde o início do mês de abril, muito antes da campanha antissarampo. Aliás, essas providências vêm desde o ano passado.*

Alguns índios, acometidos de doenças como tuberculose, sarampo e esquistossomose, já retornaram às suas aldeias. O chefe "*Alcoa*" da tribo Waimiri do Abonarí, que estava internado no hospital de Moléstias Tropicais, também já voltou à sua tribo, disse o delegado.

> *Nós admitimos que esteja havendo surto de diversas doenças graves, mas admitimos também que a FUNAI não está omissa aos problemas indígenas. A Fundação Nacional do Índio tem alocado recursos para darmos maior assistência aos silvícolas, adiantou Kavamoto.*

O Delegado Regional da FUNAI mostrou-se bastante aborrecido com as declarações do CIMI e taxou-as de "*incoerentes e falsas*". (JORNAL DO COMÉRCIO, N° 23.388)

Anexo E

Jornal do Comércio, n° 33.157 – Manaus, AM
Domingo, 08.01.1984

Kazuto Contesta Denúncia Sobre Invasão em Reserva

O Delegado Regional da Fundação Nacional do Índio Kazuto Kazamoto contestou as denúncias, feitas pela imprensa, a respeito da possível invasão da reserva dos índios Waimiri-Atroari pela empresa de mineração Paranapanema. Ele fez essa contestação por ocasião da visita que fez ao Pitinga, acompanhando e General Euclides Figueiredo, onde a Paranapanema está extraindo cassiterita. Explicou Kazuto que a exploração de cassiterita está sendo feita há pelo menos 40 km da reserva dos índios Waimiri-Atroari, cujos limites com a área de lavras da Paranapanema são feitos pelo rio Tucutinga. O delegado afirmou, no entanto, que futuramente a Paranapanema poderá até vir a explorar cassiterita na reserva indígena, urna vez que tal procedimento é garantido por Lei Federal. Disse Kazuto durante a entrevista:

> *As denúncias de que a Paranapanema está invadindo a reserva dos Waimiri-Atroari são infundadas. Como os senhores podem ver, a exploração está sendo feita nesta área, a 40 quilômetros de distância dos limites da reserva.*

INVASOR

Por outro Lado, o titular da FUNAI revelou que foi constatada uma invasão na parte Sudeste da reserva. A empresa de prospecção mineral CERGAM está instalada ilegalmente naquela área, inclusive

sem autorização do Departamento Nacional de Produção Mineral [DNPM]. Ele informou que as providências cabíveis já foram tomadas e acredita que até o final da próxima semana todos os equipamentos da CERGAM tenham sido retirados da reserva. Kazuto disse que as atividades da CERGAM estavam bem adiantadas, inclusive já haviam iniciado a construção de um aeroporto também clandestino. A 1° DR da FUNAI deslocou funcionários para a área invadida a fim de acompanharem a retirada dos equipamentos da CERGAM. Os Waimiri-Atroari serão indenizados pelos prejuízos causados em sua reserva. (JORNAL DO COMÉRCIO, N° 33.157)

Anexo F

Revista Manchete, n° 1.935
Rio de Janeiro, RJ – Sábado, 20.05.1989

Balbina é Irreversível.
E o Brasil já Pensa no Terceiro Milênio

[...] No caso de Balbina, a reserva dos índios Waimiri-Atroari foi que sofreu com a barragem. A terça parte dessa nação teve que ser transferida para outra área, pois o Lago atingiu todo o Sudeste de seu território, onde ficavam as aldeias Taquari e Tapupunã. A primeira foi alagada e a outra precisou ser remanejada porque a cabeceira do Rio Uatumã, que fornecia água e pescado para os silvícolas, ficou contaminada.

No entanto, os Waimiri-Atroari tiveram melhor sorte do que os caboclos ribeirinhos. Foi dada, aparentemente, uma atenção maior aos índios e estes, de um modo geral, se mostram satisfeitos. A partir do final da década de 60, com o início da construção da BR-174 [Manaus-Boa Vista], que cortou a reserva ao meio, os choques e a decadência desses índios começaram. A população, estimada, na época, em 3.000 pessoas, foi reduzida por epidemias e atritos que chegaram a extinguir aldeias inteiras.

Diante desses fatores foi criado o Programa WA, custeado pela ELETRONORTE e gerenciada pela FUNAI, que estabelece uma linha de ações de assistência e apoio às comunidades indígenas, afetadas direta ou indiretamente pela construção da usina, nos próximos 25 anos.

A base do programa é criar alternativas para a sobrevivência dos índios e minimizar os efeitos do impacto ambiental. A ELETRONORTE faz questão de esclarecer que foram os próprios líderes das aldeias deslocadas que escolheram os novos locais de moradia. E mais: que a empresa indenizou os índios pelos serviços das novas roças, com base na área utilizada para plantações das antigas aldeias. Esse montante foi depositado em caderneta de poupança para cada uma comunidade: 442.500 cruzados novos para Tapupunã, que agora se chama Sumauma, com uma população total de 35 índios; e 1.250.000 cruzados novos para Taquari, atual Manauma com 72 pessoas.

Mas, há quem discorde do programa. É o caso de Egydio Schwade, membro do MAREWA – Movimento de Apoio à Resistência Waimiri-Atroari. Para ele, a transferência obrigatória dos indígenas de suas terras, além de violentar suas relações com o meio-ambiente, pode desencadear, também, uma espécie de desordem social motivada por um longo período de readaptação à nova área.

O que tem agradado mais aos índios nessa história toda é o atendimento médico constante que vêm recebendo da ELETRONORTE, em convênio com o Hospital de Medicina Tropical. Existem registros de que uma epidemia de sarampo chegou a matar 21 índios de uma só vez em 1981.

"*Meu povo quer viver em paz, com saúde e com terra, e isso nós conseguimos*", fala Tomás, o principal líder da aldeia Manauma. "*Balbina matou sim, mas é pau*", completa o índio, referindo-se à floresta alagada. De acordo com o sertanista e gerente do Programa Waimiri-Atroari, Raimundo Nonato Correia, a população dessa reserva em 1986 era de 397 pessoas. Hoje, cresceu para 446.

Esses dados não são suficientes para convencer alguns indigenistas e ecologistas da boa intenção da ELETRONORTE/FUNAI. Francisco Guinter é um dos que acham isso tudo uma agressão à cultura indígena. Ele afirma:

> *Até que ponto, em nome do progresso, homens podem se apropriar de terras que têm dono e mexer com toda uma tradição milenar de uma raça, só porque pode pagar, indenizar, ressarcir os prejudicados por isso? Será que não existiria outra forma de desenvolver o país sem ser preciso destruir tantas coisas?*

Para o presidente do INPA, o biólogo e economista Herbert Schubart, uma forma de minimizar o impacto ambiental causado pelas grandes hidrelétricas seria substitui-las por uma série de represas menores:

> *É uma alternativa que pode causar menos danos no seu conjunto, mas, também, custará bem mais caro.*

Outros cientistas entendem que seria menos desastrosa uma termelétrica alimentada a lenha ou a construção de um gasoduto, ligando o campo de Juruá a Manaus, ou ainda a construção de linhas de transmissão desde Tucuruí. [...] (REVISTA MANCHETE, N° 1.935)

Anexo G

Jornal do Brasil, n° 199 – Rio de Janeiro, RJ
Quinta-Feira, 28.11.1968

SAR Está em Dúvidas
Quanto ao Destino da Missão Calleri
[Álvaro Caldas e Ronald Theobald - Enviados Especiais]

DNER CONDENA MUDANÇA NO TRAÇADO DA ESTRADA

Manaus – O Chefe do 1° Distrito Rodoviário Federal do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, engenheiro Altemiro Veríssimo Silveira, condenou qualquer tentativa de mudar o curso da BR-174, que está sendo construída para ligar Manaus a Santa Helena. Afirmou que os atritos criados com a passagem da estrada no território dos Atroari podem ser contornados de outra forma. A rodovia, segundo o engenheiro é fundamental para o desenvolvimento da região, e a mudança de seu traçado trará prejuízos de grande monta, pois mais de NCr$ 2 milhões já foram investidos em suas obras.

DIFICULDADES

Defende o engenheiro Altemiro Veríssimo Silveira a adoção de uma solução global e definitiva para as situações de conflito criadas com os índios Waimiri-Atroari, que habitam as bacias dos rios Alalaú e Jauaperí:

> *Que só pode ser conseguida através de sua pacificação, e posterior retirada para um local distante da estrada.*

Assim, tanto a estrada seria mantida em seu percurso original, não trazendo prejuízos para o Governo nem aumentando o seu traçado com os desvios que o DNER seria obrigado a fazer, como também lucrariam os índios, que passariam a habitar outra região, tendo respeitados as suas tradições, usos e costumes.

Acredita o chefe do 1° Distrito Rodoviário Federal que a oportunidade agora é a melhor possível para que a pacificação dos Waimiri-Atroari seja feita planejada e conscientemente, dando prosseguimento ao trabalho iniciado pelo Padre João Calleri da Prelazia Consolata de Roraima.

A CONSTRUÇÃO

A rodovia Internacional Manaus-Boa Vista terá dois pontos importantes de apoio, que são as cidades de Caracaraí, a 612 km de Manaus, e Boa Vista capital do Território de Roraima. A estrada esta sendo aberta na selva, com grandes dificuldades por turmas de trabalhadores contratados pelas empreiteiras. Depois de Manaus, Caracaraí é a primeira cidade por onde ela passará. Na fase atual, a rodovia está com 180 km desmatados, e penetra no território dos Atroari, na região próxima ao igarapé de Santo Antônio, nas proximidades do local onde esteve o Padre Calleri com sua expedição pacificadora.

A FUNAI, defensora da tese de que o roteiro da estrada deve ser alterado, afirmou, através do chefe do seu 1° Distrito, Capitão Alexandre de Sousa, sediado em Manaus, que a aproximação dos trabalhadores e mateiros com os indígenas está contribuindo para torná-los mais hostis, dificultando o trabalho de sua pacificação, além de ser inconstitucional a invasão do território Indígena.

No momento, cerca de 300 trabalhadores estavam trabalhando no local. Os trabalhos de desmatamento

foram paralisados quando deixou Manaus a expedição. a pedido do Padre Calleri, que condicionou a sua ida à suspensão dos serviços. De acordo com o entendimento entre o DNER e a FUNAI, as obras seriam reiniciadas tão logo a expedição retornasse.

O objetivo do Missionário Consolata era o de adquirir a confiança dos Atroari, integrando-os na expedição, para depois então afastar-se alguns quilômetros da área da estrada, na expectativa de levar atrás de si os indígenas, que construiriam então nesta outra área suas malocas.

O esquema de construção da BR-174 prevê que ficará a cargo do DERAM o trecho que vai de Manaus até a região do rio Alalaú, que é a habitada pelos Waimiri-Atroari, ficando sob a responsabilidade do DNER a construção deste local para cima, até Santa Helena, passando por Caracaraí e Boa Vista. A rodovia já tem mais de 70 quilômetros em condições de tráfego, sendo que a parte restante, até a região do Alalaú, foi desmaiada, estando a picada aberta na selva. O seu piso será todo de cascalho. Ao mesmo tempo, o DNER já abriu 130 km na mata, saindo de Boa Vista. [...] (JORNAL DO BRASIL, N° 199)

Bibliografia

FOLHA DE BV. ***Fazendeiros Sebastião Diniz e o Coronel Pinto – Personagens da nossa História (Por Francisco Cândido)*** *– Brasil – Boa vista, RR – Folha de BV, 31.05.2016.*

JORNAL DO BRASIL, N° 145. ***FUNAI Detém Chefe Atroari Temendo Sarampo na Aldeia*** *– Brasil – – Rio de Janeiro, RJ – Jornal do Brasil, n° 145, 24.09.1969.*

JORNAL DO COMÉRCIO, N° 21.205. ***Ministério do Exército – Comando Militar da Amazônia – 2° Grupamento de Engenharia de Construção – Nota Oficial*** *– Brasil – Manaus, AM – Jornal do Comércio, n° 21.205, 15.02.1973.*

JORNAL DO COMÉRCIO, N° 23.388. ***Para a FUNAI o Sarampo Atroari é Coisa Normal*** *– Brasil – Manaus, AM, Jornal do Comércio, n° 23.388, 22.05.1981.*

Ofício n° 42-E2-Conf. ***Trabalhos na BR-174*** *– Brasil – Manaus, AM – do Comandante do 2° GECnst ao Comandante do 6° BECnst, 21.11.1974.*

PORFÍRIO DE CARVALHO. ***Waimiri-Atroari A História que Ainda não foi Contada*** *– Brasil – Brasília, DF – Editado pelo autor, 1982.*